



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Resistência, Ocupação e Criminalização: O Movimento Estudantil nas Greves das Universidades Paulistas em 2007.

Pablo Emanuel Romero Almada



Coimbra, 2009

Cabeçalho com a entrada referida no índice



FEUC
FACULDADE DE ECONOMIA



Mestrado em Sociologia

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Resistência, Ocupação e Criminalização: O Movimento Estudantil nas Greves das Universidades Paulistas em 2007.

Pablo Emanuel Romero Almada

Dissertação de Mestrado apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Sociologia, realizado sob a orientação do Prof. Dr. Elísio Guerreiro Estanque, Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Dissertação realizada no âmbito de Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo.

Coimbra, 2009



UC
WWW.UC.PT

Palavras-chave

Movimento Estudantil Brasileiro, Movimentos Sociais, Autonomia Universitária, Reforma Universitária, Manifestações Estudantis.

Resumo

Pretende-se uma análise das manifestações e ocupações do Movimento Estudantil Brasileiro, em diversas reitorias e espaços universitários no ano de 2007. A resistência criada pelos estudantes remete-se, tanto à formação de um novo movimento estudantil, como de uma nova perspectiva da sua acção política. Para tal, a análise centra-se em três pontos que considero essenciais para essa nova dimensão: a resistência às políticas neoliberais do ensino superior brasileiro e latino-americano, juntamente aos “ataques” à autonomia universitária; a ocupação, como estratégia política para a negociação; e, a criminalização, consequência a que se sujeita o movimento, ao não encontrar interlocutores para suas reivindicações e ao questionar a legitimidade do espaço universitário.

Palavras-chave

Brazilian Students Movement, Social Movements, University Autonomy, University Reform, Students Protests.

Abstract

The aim of this research is directed at the analysis of Brazilian Students' Movement's strikes and occupations of rectorships and academic spaces during 2007. The resistance developed by the students refers to both the formation of a new student's movement and to a new conception of its political action. In this sense, the analysis has its focus placed on three essential traces which are viewed as crucial for this new dimension: the **resistance** towards the Brazilian and Latin-American neoliberal politics concerning Superior Education, together with the "assaults" directed at the university's autonomy; the **occupation**, as political strategy towards negotiation; and **criminalization**, consequence to which the movement submits itself due to the absence of the counterpart of the negotiational process concerning its claims and when it calls in question the legitimacy of the academic space..

Haec demum sapiet dictio, quae feriet

“A expressão será boa se ferir”

Epitáfio de Lucano

*Yes, 'n' How many years can a mountain exist
Before it's washed to the sea?
Yes, 'n' how many years can some people exist
Before they're allowed to be free?
Yes, 'n' how many times can a man turn his head,
and Pretend that he just doesn't see?
The answer, my friend, is blowin' in the wind,
The answer is blowin' in the wind.*

Blowin' in the wind – Bob Dylan

ÍNDICE

LISTA DE SIGLAS AGRADECIMENTOS

INTRODUÇÃO	I
1. METODOLOGIA E HIPÓTESES DE PESQUISA	7
1.1. CAMINHOS EPISTEMOLÓGICOS PARA A DEFINIÇÃO METODOLÓGICA	7
1.2. METODOLOGIA.....	11
1.3. HIPÓTESES	14

PARTE I

2. TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E A EMERGÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	17
2.1. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A PRODUÇÃO CAPITALISTA	18
2.2. ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E IDENTIDADES COLECTIVAS	21
2.3. IDENTIDADES E ACÇÃO COLECTIVA	25
2.4. DESAFIOS DAS ACÇÕES COLECTIVAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	35
3. MOVIMENTO ESTUDANTIL, AUTONOMIA E REFORMA UNIVERSITÁRIA.....	39
3.1. HISTÓRIA E ACTUALIDADE DO MOVIMENTO ESTUDANTIL.....	40
3.2. AUTONOMIA E REFORMA UNIVERSITÁRIA.....	51

PARTE II

4. RESISTÊNCIA, OCUPAÇÃO, CRIMINALIZAÇÃO: A GREVE CONTRA OS “DECRETOS”	65
4.1. UNIVERSIDADE E MOVIMENTO ESTUDANTIL – 2003 A 2007	66
4.2. OS DECRETOS E AS UNIVERSIDADES PAULISTAS EM 2007	73
4.3. DISCUTINDO A OCUPAÇÃO: NEGOCIAÇÃO E ESTRATÉGIA POLÍTICA	82
4.4. 20 DE JUNHO DE 2007: O DIA QUE A POLÍCIA ENTROU PELA PORTA DA FRENTE	87
5. À GUIA DE CONCLUSÃO OU “APESAR DE VOCÊ”	91
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	

ANEXOS

- I. LOCAIS EM GREVE NA USP (EM 30-05-2007)
- II. 2009: QUAL A UNIVERSIDADE QUE QUEREMOS?

LISTA DE SIGLAS

ANDES-SN – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

CACH – Centro Acadêmico de Ciências Sociais/Unicamp

CONLUTE – Coordenação Nacional de Lutas Estudantis

CONLUTAS – Coordenação Nacional de Lutas

CRUESP – Conselho dos Reitores das Universidades do Estado de São Paulo

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DAC – Directoria Acadêmica/Unicamp

IES – Instituições de Ensino Superior

IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/Unicamp

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

FCL - Faculdade de Ciências e Letras/Unesp-Marília

FCLAR- Faculdade de Ciências e Letras/Unesp-Araraquara

FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais/Usp

LDB – Lei de Diretrizes de Base

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LER-QI – Liga Estratégica Revolucionária – Quarta Internacional

PCO – Partido da Causa Operária

PROUNI – Programa Universidade Para Todos

PSDB – Partido Social – Democrata Brasileiro

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC – Pontifícia Universidade Católica

REUNI – Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SIAFEM - Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios

SINTUNESP – Sindicato dos Trabalhadores da Unesp

SINTUSP – Sindicato dos Trabalhadores da Usp

STU – Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp

UEE – União Estadual dos Estudantes

UFAL - Universidade Federal de Alagoas

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

UFGD – Universidade Federal de Grande Dourados

UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMA - Universidade Federal do Maranhão

UFPA - Universidade Federal do Pará

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

UNAM – Universidade Autônoma do México

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à orientação do Prof. Dr. Elísio Estanque, por ter aberto os horizontes para que essa pesquisa tenha sido realizada, por sua boa orientação, reflexiva, questionadora e esclarecedora. Também agradeço aos Professores Rui Bebiano, Hermes Augusto Costa, Sílvia Portugal, Virgínia Ferreira, e André Brito Correia, ambos da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, por suas aulas e comentários sempre pertinentes.

À Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, por ter me recebido no intercâmbio que realizei no Brasil no âmbito do Programa de Mobilidade Luso-Brasileira do Santander, nomeadamente ao Professor Augusto Caccia Bava, pela orientação e pelos debates.

Ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, pelos anos de Graduação e aos Professores Gilda Portugal Gouvêa, Ricardo Antunes e Fernando Lourenço.

Ao Centro Acadêmico de Ciências Humanas – IFCH – UNICAMP; DCE-Unicamp; Centro Acadêmico de Ciências Sociais – UNESP, Centro Acadêmico de Ciências Sociais – USP; Centro Acadêmico de Letras – USP; Juventude Revolucionária do Partido da Causa Operária; Sindicato dos Trabalhadores da UNICAMP; Sindicato dos Trabalhadores da USP.

Aos colegas e amigos.

A Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais.

A todos os meus familiares, em especial minha mãe e avó, Mariangela Mello e Lina Mello.

INTRODUÇÃO

O caso que iremos analisar aqui trata-se dos manifestos ocorridos no Brasil, em especial em 2007, dos quais houve inúmeras ocupações de reitorias e espaços universitários em universidades públicas (estaduais e federais). Desse caso específico, mas não singular, iremos observar sobretudo três aspectos: a acção dos estudantes como *resistência* as alterações de nível educacional, económico e político e as actuais condições de infra-estrutura das instituições de ensino superior; a *ocupação*, como ponto de apoio da acção política desses estudantes; e a *criminalização* por causa das práticas de ocupação. Na Universidade de São Paulo, a ocupação de 51 dias de sua reitoria por parte dos estudantes, retrata um momento de greves e manifestações tiveram a atenção voltada a questão da autonomia universitária, a criação da Secretaria Superior do Ensino, por parte do governo estadual de São Paulo. Por todo o Brasil, a nível das universidades federais o quadro foi semelhante: greves de estudantes, aprovação de planos de reestruturação do ensino, nomeadamente o REUNI. De forma geral, o que se passou esteve sempre relacionado com a questão das reformas universitárias pretendidas pelos governos e a contrapartida dos estudantes, na tentativa de deter essas reformas, ainda que não sejam de fato uma reforma universitária declarada, mas ao que tudo indica, promovem alterações nas estruturas universitárias. Aqui encontramos o conflito, o qual nos suscita algumas questões sociológicas, para iniciarmos a reflexão sobre esses fatos.

Ao investigarmos os agentes envolvidos encontramos sectores de estudantes, trabalhadores concursados e terceirizados, professores; partidos de esquerda e extrema-esquerda; correntes ideológicas; sindicatos e disputas sindicais; entidades estudantis; entidades docentes; empresas; fundações de pesquisa; governo estadual e federal; o Estado e suas políticas educacionais e para o ensino superior; os interesses sobre o ensino das instituições internacionais. Observamos que o *locus* de conflito foi sobretudo o interior das universidades, a ir os estudantes para as ruas em manifestações, principalmente conjuntas com os trabalhadores das universidades e seus sindicatos, a contar com o apoio de partidos de esquerda e entidades estudantis. Por

outro lado, governantes, fundações de pesquisa, reitores e professores estiveram relacionados sobretudo a aceitação do projecto proposto de mudanças na estrutura universitária, ou mesmo, por não oferecerem uma visão crítica adequado às alterações propostas. Observamos também uma reconfiguração no sistema educacional brasileiro: as novas alterações propõem um modelo de ensino mais voltado ao mercado de trabalho, acarretando problemas no âmbito do tripé universitário de pesquisa – ensino – extensão, garantido e enunciado no Artigo 207 da Constituição Federal Brasileira de 1988. Sobre esse aspecto, se observa que a posição dos estudantes é distinta dos governantes, do ponto de vista que essas alterações podem representar um primeiro passo para uma futura privatização das IES, em contraposição do argumento de melhoria de gestão universitária encabeçada pelas políticas voltadas ao ensino superior¹.

Para América Latina, a construção de medidas e alternativas elaboradas pelas instituições internacionais para o ensino superior tem o objectivo de propor um modelo de ensino diferente do existente, com maior integração com o mercado de trabalho e abertura das universidades para captação de recursos externos ao Estado. As alterações propostas nos últimos anos para o ensino superior brasileiro nos indicam que a construção desse caminho está a ser descrita nas políticas de reestruturação do ensino superior: primeiro, chama-se a atenção para as medidas voltadas para a expansão das instituições privadas de ensino, em detrimento de uma expansão do sistema federal já existente; segundo, as alterações processadas no período anterior parecem persistir, primeiro, com o projecto do PROUNI – Programa Universidade Para Todos – que visou a expansão do ensino através de critérios de inclusão socioeconómica, atribuindo cotas aos estudantes nas instituições privadas de ensino; depois, através do REUNI – Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – o qual busca promover mudanças singulares nas universidades federais, nomeadamente nas questões de ampliação da oferta de vagas, ampliação das formas de acesso, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de

¹ Se observarmos essas políticas de nível federal, podemos encontrar traços de certas tendências de modificação do ensino superior pelo mundo. Na Europa, a mudança do ensino superior recente tem alterado desde a instituição de propinas, a reorganização do sistema europeu em dois ciclos (Graduação e Pós-Graduação), um sistema de créditos que permite maior mobilidade estudantil, maior aproximação da universidade com o mercado de trabalho – processos de mudança e introdução do “Processo de Bolonha”. Essa mudança na característica do ensino europeu, tem como base os planos e directrizes colocadas por instituições internacionais – ONU, OCDE – para se estabelecer alterações no ensino superior, obedecendo certos critérios de desenvolvimento na Europa.

recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior.

Dessa forma, dividiremos o texto em quatro partes das quais se segue. A primeira, *Metodologia e Hipóteses de Pesquisa* busca relacionar, a partir de definições epistemológicas, no sentido da mudança da compreensão dos paradigmas necessários da sociologia, definir a metodologia a ser utilizada e as hipóteses de pesquisa. Essa passagem é fundamental para se observar as alterações do contexto social, político, cultural e econômico da sociedade contemporânea, permitindo, através disso, relacionar os métodos de observação e os pontos de partida pra tal. A segunda parte, *Transformações Sociais e a Emergência dos Movimentos Sociais* consiste, à luz da primeira, na procura por uma construção teórica da problemática, no sentido de observar essas transformações em termos de um conjunto de factores articulados: as classes, as identidades e os processos de construção de acções colectivas. Isso implica em buscar contextualizar as acções colectivas dos estudantes em termos de meios materiais e simbólicos, interpretados na capacidade de construção de uma cultura política dos movimentos sociais. A terceira parte, *Movimento Estudantil, Autonomia e Reforma Universitária*, revela os aspectos da organização dos estudantes, perpassados historicamente, permitindo relacionar a organização estudantil em torno de acções políticas e mobilizações referentes à autonomia universitária, relacionando também os caminhos tomados pela reforma universitária brasileira. Finalmente, a quarta parte, *Resistência, Ocupação, Criminalização: A greve contra os “Decretos”*, procura articular uma visão analítica da Greve das Universidades Paulistas em 2007, relacionando os aspectos do cotidiano do universitário e estudantil, com a análise dos “Decretos”, da ocupação e da criminalização do movimento estudantil.

PARTE I

I. METODOLOGIA E HIPÓTESES DE PESQUISA

A proposta de observação de uma temática actual, por parte da sociologia, exige uma consideração em relação às discussões sobre as transformações no campo das ciências sociais, articulada com as transformações na realidade social. Aqui procuramos construir um breve panorama epistemológico, social e político², a partir do qual poderemos trabalhar contributos metodológicos e epistemológicos para a compreensão do tema em questão, o movimento estudantil.

Pretende-se, portanto, delinear os caminhos epistemológicos e de definição metodológica, seguido do plano de hipóteses a serem analisadas. Nesse sentido, essa passagem será de relativa importância para estabelecer alguns pontos de apoio para o momento seguinte, de análise dos acontecimentos e da acção do movimento estudantil brasileiro, delimitando o caso das greves e ocupações das reitorias das universidades – referenciando, sobretudo, o caso ocorrido na USP em 2007, a participação do movimento estudantil e articulação das demandas de luta, acção colectiva, práticas e subjectividades emergentes. Não obstante, a conceitualização paradigmática realça a importância da construção do movimento e resistência às políticas vigentes para o ensino superior – dos campus universitários às políticas globais.

I.1. CAMINHOS EPISTEMOLÓGICOS PARA A DEFINIÇÃO METODOLÓGICA

Desde a formação das bases da ciência moderna, a Verdade estabelece o “modelo global de racionalidade científica” (Santos, 1987), fundamentada na divisão entre as ciências e o senso comum. Essa observação estática da ciência veio defrontar-se com os processos de mudança social em que é exigido um conhecimento vivo, “que

² Essa perspectiva está exposta, sobretudo, em Santos (1987, 1989, 1995, 2001), Altvater, (1999) e Casanova (2006). A compreensão desses dois momentos será importante para tecermos uma proposta de metodologia que permita pensar o lugar do pesquisador e a sua relação com o objecto pesquisado, procurando evitar as análises dualistas, que diferem o “nós” do “outro”, o “pesquisador” e seu “objecto”.

produz a acção que determina, à sociedade que transforma” (Morin, 1996: 16). A observação dos aspectos subjectivos também possibilita a compreensão das atitudes mentais e sentidos atribuídos à acção, com vista a obter um conhecimento intersubjectivo, descritivo e compreensivo (Santos, 1987: 22).

Por parte da epistemologia, a crise dos conceitos, da forma de construção dos conhecimento e da relação sujeito – estrutura, dogmatizam a ciência, tendo-a como “aparelho privilegiado de representações do mundo” (Santos, 1989: 22). À medida que emerge a ciência pós-moderna, desorganiza-se o modelo anterior, em virtude do distanciamento entre a ciência e o senso comum, assumindo uma atitude hermenêutica, a partir da qual se opera um discurso que aproxima o distante, através do diálogo no sentido de uma comunicação com os outros saberes do mundo, possibilitando superar dicotomias presentes na ciência. Da parte social e política, enfrentam-se novas questões emergentes no contexto da globalização, referentes ao fenómeno multifacetado, de dimensões políticas, culturais, religiosas, jurídicas interligadas que alteram a realidade social, com novos temas transversais e novas capacidades analíticas para que a pesquisa esteja apta a dar conta dessa nova realidade. (Santos, 2005a: 32)³.

É nesse sentido que a temática da democracia está inserida no contexto global, articulando a governança global com fronteiras e direitos humanos (Altvater, 1999), panorama no qual os movimentos sociais se inserem, a questionar diversos problemas económicos, políticos, institucionais, dos agentes sociais, da integridade pessoal ou social, integrando-se no paradigma desenvolvimento económico, cultural e social autónomo. Os diversos aspectos sociais citados implicam novos marcos de referência política, com políticas “bidimensionais”, que articulem a redistribuição económica e o

³ A passagem a seguir identifica as principais transformações sociais e políticas da contemporaneidade: “Parece combinar a universalização e a eliminação das fronteiras nacionais, por um lado, o particularismo, a diversidade local, a identidade étnica e o regresso ao comunitarismo, por outro. Além disso, interage de modo muito diversificado com outras transformações no sistema mundial que lhe são concomitantes, tais como o aumento dramático das desigualdades entre países ricos e países pobres e, no interior de cada país, entre ricos e pobres, a sobrepopulação, a catástrofe ambiental, os conflitos étnicos, a migração internacional massiva, a emergência de novos Estados e a falência ou implosão de outros, a proliferação de guerras civis, o crime globalmente organizado, a democracia formal como condição política para a assistência internacional, etc.” (Idem). É nesse sentido que devemos pensar os movimentos sociais na contemporaneidade e o movimento estudantil, a fim de compreender como é que esses movimentos emergem no cenário da globalização mundial e mediante isso, o que buscam e a sua relação com os conflitos sociais.

reconhecimento cultural (Fraser, 2006), emergentes nas diversas tensões em que os movimentos sociais se inserem, na gramática das lutas sociais (Honneth, 2003).

A possibilidade da ciência contemplar essas novas configurações sociais encontra na transdisciplinaridade novos campos de análise, possibilitando ampliar o campo do conhecimento (Leff, 2007), e, também, construir novas alternativas no sistema político diante do sistema dominante e de fenômenos caóticos e autodestrutivos na organização dos negócios, do mercado e Estado (Casanova, 2006: 46). A compreensão dos aspectos do conhecimento da contemporaneidade completa-se com um campo de trabalho intermediário entre a política e a cultura, já que, o movimento estudantil está inserido em um grande leque de movimentos sociais, aproximando-se e articulando-se com estes. Nesse caso, o conceito de cultura pode ser trabalhado numa base política maior, articulando classes sociais, identidades e cultura política, na tentativa de construção de alternativas teóricas e valorização das alternativas práticas desses movimentos (Alvarez, Dagnino & Escobar, 2003). Problematizamos a fronteira de forma a criticar a sua tomada por meio da binaridade entre o familiar e o estranho sem qualquer forma de mediação e articulação (Ribeiro, 2001: 483), em que teríamos uma cultura observada apenas do ponto de vista de um Estado-nação, homogeneizando as diversas diferenças presentes e apoiando-se na falácia da igualdade formal, criando uma identidade homogênea, fictícia e geral (Hall, 1997). Como na globalização, essas fronteiras são deslocadas, pensadas para além do nacional, procurando romper a dicotomia do colonialismo entre o “nós e o outro” (Idem). Da mesma forma, a fronteira não é um limite de unidades estáveis, é porosa, podendo expandir os seus limites através do fluxo de diversas paisagens sociais (Appadurai, 2001). Do ponto de vista cultural, desconstruindo a noção de fronteiras e interstícios da realidade social, a análise requer uma articulação entre a pluralidade social e a pluralidade de variáveis analíticas (classe, identidade, ação colectiva). Do ponto de vista político, há a redefinição das referências do Estado, do ponto de vista liberal e da legitimação do poder, e por parte dos conflitos emergentes na Sociedade Civil e Estado.

As práticas e discursos de resistência dos movimentos sociais podem ser observados através do cosmopolitismo, das práticas intersticiais marginais do sistema mundial em transição, no contexto contra-hegemônico emergente, gerados em

coligações progressivas de classes ou grupos subalternos (Santos, 2001: 68), estimando os agentes subalternos desse processo. Portanto, compreender o movimento estudantil actual, significa voltarmo-nos para a compreensão de novos paradigmas sociais e políticos em que essas lutas se inserem, através da globalização “vinda de baixo”, a partir desses agentes. Assim, há “um processo baseado no trabalho de articulação, de reflexão e de planificação combinada de acções colectivas levadas a cabo por diferentes organizações e movimentos”, caracterizados por novas estratégias de acção política, representativa e organizada (Santos, 2005b: 36-7). Isso quer dizer que, através das configurações actuais da sociedade global e do capitalismo mundial emerge uma “pluralidade epistemológica”, que conta com uma pluralidade de conhecimentos praticamente infinita, justamente pela sua capacidade de abarcar essas diversas vozes dissonantes. Evidenciamos, portanto, os processos sociológicos da sociologia das ausências e da sociologia das emergências, como *epistemologia do sul*, em que, a primeira perspectiva demonstra o processo alternativo de ecologias variadas⁴ encoberto pelas perspectivas que se identificam com monoculturas do conhecimento hegemônico e dominante, transformando objectos ausentes em presentes e; a segunda, diz respeito à ampliação e identificação dos sinais de experiências futuras, inscritos na realidade social, mas ignorados do ponto de vista hegemónico, observando “o modo como o futuro se inscreve no presente”, na sua capacidade e possibilidade incerta, retomando o carácter utópico inscrito (Idem: 30-1).

Ao retomar a capacidade inscrita no processo social e o seu carácter de utopia, conseguimos estabelecer um diálogo com a teoria marxista, a partir da qual a emancipação foi postulada como condição necessária à abolição das disparidades de classe da sociedade capitalista. Nesse ponto, a teoria marxista e a sociologia das emergências têm em comum o não abandono do *devoir*, como central da teleologia social, permitindo, através dessa aproximação, o desenvolvimento da compreensão dos movimentos sociais, numa perspectiva classista, organizativa e identitária.

4 Segundo Santos (2005b: 21-4), os processos e lógicas dos critérios hegemónicos de racionalidade e eficácia produzem a não existência daquilo que não é congruente com esses critérios. É nesse sentido que se estabelecem monoculturas (do saber e rigor do saber; do tempo linear; da naturalização das diferenças; do universal e do global; dos critérios de produtividade e eficácia capitalista), produzindo “formas sociais de não-existência” (o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo). Da produção das formas sociais de não-existência emerge a necessidade da constituição de várias ecologias: ecologia dos saberes; ecologia das temporalidades; ecologia dos reconhecimentos; ecologia das trans-escalas; ecologia das produtividades.

1.2. METODOLOGIA

O método aqui utilizado procura estabelecer um diálogo entre a pesquisa e o movimento social em questão, aproximando a teoria da experiência, tomando o método hermenêutico e a sociologia das ausências e das emergências como ponto de apoio para a valorização das propostas políticas e emergência de novos conhecimentos provenientes desses movimentos sociais, observando a mudanças dos paradigmas nas ciências humanas e a possibilidade de abertura a um diálogo entre a pesquisa e o movimento estudantil.

A estratégia de investigação neste trabalho partirá do mais próximo, o familiar, permitindo-nos identificar a diversidade cultural daquilo que aparenta ser tão igual ou comum a “nós” e questionar a etnocentrismo do pesquisador, revendo-se naquilo que já pensava conhecer, presente na relação do “saber lidar” do grupo social com os outros - incentivada pela presença do pesquisador, que questiona-os como lidar com os outro no seu próprio meio (Caria, 2003). Nesse caso, pesquisar o movimento estudantil brasileiro, em particular aquele que é feito nas universidades públicas do Estado de São Paulo, remete-se à subjectividade do pesquisador. Durante a Graduação em Ciências Sociais na UNICAMP, estive próximo do movimento estudantil, com inúmeras experiências partilhadas e, actualmente, ao buscar uma compreensão científica do movimento, percebo que esse convívio foi fulcral para a determinação dos aspectos a serem abordados na pesquisa. Entre 2003 e 2007, acompanhei as principais mobilizações e manifestos do movimento estudantil, em particular os momentos das mobilizações contra a Reforma da Previdência em 2004 e pela Autonomia Universitária em 2007, constituindo ambos os períodos marcos das lutas dos estudantes contra a Reforma Universitária. Para além disso, convivi com pessoas que militavam no movimento, com muito fôlego e constantes debates sobre temas políticos actuais e possibilidades de resposta que poderiam ser discutidas no âmbito do movimento estudantil e na própria universidade. O conhecimento do funcionamento estrutural do movimento estudantil – grupos políticos, federações de curso, encontros, organizações, instâncias representativas - também foi importante para situar o movimento no campo organizativo e nacional, revelando assim, um objecto de estudo rico, que poderia revelar inúmeras contribuições para a análise sociológica, por sua proximidade com o ambiente académico que coloca em contacto as diversas teorias

das práticas sociais, com uma produção e reprodução teórica imediata projectada numa acção política. A ampla discussão do movimento estudantil em paralelo com a discussão científica – das ciências humanas, exatas, biológicas, artes e tecnologias – possibilita uma composição plural da formação profissional com a acção política desses estudantes.

No quadro de uma metodologia aplicada, o método de observação participante também foi utilizado, no sentido de estabelecer a distinção entre as pessoas no seu próprio tempo e espaço do dia-dia, da forma como eles entendem e experienciam esses actos (Burawoy, 1991). O entendimento é obtido pelo virtual ou pela participação em situações sociais, através do real ou do diálogo construído entre o participante e o observador, ou seja, a dimensão hermenêutica da ciência. Por outro lado, a explicação é lograda pelo observador que estabelece o diálogo entre a teoria e os dados, numa dimensão científica (Idem). O desafio constitui-se em ampliar a reflexividade da ciência para etnografar, extraindo o geral do particular, movendo-se entre o micro e o macro, conectando o presente ao passado em antecipação do futuro (Idem, 1998). Como tratamos de um movimento que se insere na contra-hegemonia da globalização, observá-lo-emos através da relação global local, de uma globalização ancorada em baixo, ou seja, a partir dos movimentos sociais transnacionais fomentados por uma posição anti ou alter – globalização.

Quanto à pesquisa prática, no período de Fevereiro a Junho de 2008⁵, observei as acções e a organização do movimento estudantil, sobretudo na UNESP-FCLAR e na USP e UNICAMP, com menor frequência, no sentido de uma percepção mais ampla da articulação estudantil no Estado de São Paulo. Na UNESP de Araraquara, participei de algumas reuniões e procurei o contacto e conversas informais com militantes estudantis - 1 ano após a entrada da tropa de choque da Polícia Militar no campus universitário - buscando o balanço dos factos ocorridos em 2007 e a apresentação e discussão das perspectivas actuais do movimento estudantil. Em 2008, após um semestre distante de uma relação quase que diária e quotidiana com o movimento, procurei observar melhor o seu funcionamento, podendo articulá-lo com a teoria social e observá-la no micro e no macro-social. Já que estive, em ambos os momentos,

⁵ Pesquisa realizada nos campus universitários da USP – Butantã, Unicamp – Barão Geraldo e Unesp-Araraquara, durante o período de vigência da Bolsa de Mobilidade Luso- Brasileira Santander, de Março a Julho de 2008.

em contacto com o movimento estudantil, primeiro enquanto estudante, e da segunda vez, ao procurar observá-lo como “estudante-pesquisador”, notei uma diferenciação na reacção do movimento consoante a definição de minha identidade: se apresentado enquanto pesquisador, notava-se um estranhamento dos estudantes em relação às minhas intenções e posições políticas; se apresentado enquanto estudante, notava-se uma aproximação muito maior, principalmente no sentido de participação, posicionamentos políticos e de militância.

Mediante isso, podemos articular o recurso de análise de blogs, jornais e periódicos, que constituem aspectos a partir dos quais se articulam os níveis micro ao nível macro da análise sociológica, tendo em vista os desdobramentos práticos do movimento. Ao analisar os Blogs de ocupações de Reitorias, podemos compreender, de forma objectiva, o ponto de vista do movimento sobre a educação e as suas propostas, representadas, sobretudo, pelas pautas de reivindicações, e a narrativa das suas práticas de acção, através da representação e divulgação de meios de comunicação alternativos. A análise de boletins de sindicatos de funcionários e professores permite completar a relação dos outros sectores da comunidade universitária com o movimento estudantil, as suas aproximações e as suas divergências, proporcionando a ampliação da participação e coesão interna do movimento, observando também a participação dos docentes e dos trabalhadores conjuntamente com os estudantes. Boletins de organizações nacionais diversas, partidos e veículos alternativos como o “Centro de Mídia Independente - Brasil”, permitem-nos observar o movimento no meio político-ideológico, para além da sua relação com outros movimentos sociais. A preferência por fontes virtuais reforça uma característica desse movimento: a vasta utilização de meios de comunicação via internet para exporem as suas reivindicações e práticas, voltadas para o cyberactivismo.

A fim de uma explicitação prática, procuro analisar o movimento estudantil através de fontes diversas, a fim de contruir um corpo qualitativo de análise que permita observar os aspectos micro-sociais e macro-sociais articulados na construção e experiência do movimento estudantil que resultou nas ocupações de 2007. Consideramos que muitos dos aspectos correspondentes ao movimento estudantil de 2007 não são aspectos restritos no tempo e espaço, mas fazem parte da história do

movimento estudantil e das suas relações com as estruturas social, cultural, política e económica da globalização.

1.3. HIPÓTESES

As hipóteses enunciadas a seguir buscam contemplar algumas dúvidas que se geraram a partir da revisão bibliográfica anterior e das articulações teóricas observadas. Mediante isso, entendemos que o movimento estudantil parece ter, aparentemente, um carácter de maior heterogeneidade e com acções mais pontuais – quando observado através da história dos movimentos estudantis. Entretanto, a pluralização dos grupos, a luta contra os efeitos do neoliberalismo na educação e a reconfiguração de práticas e acções colectivas, permitem observar a tentativa de defesa de um projecto de educação pública distinto do projecto posto em curso pelos governos. A partir daí, geram-se práticas de ocupação dos espaços académicos, que questionam o exercício da democracia, os efectivos desafios à autonomia universitária e a defesa do ensino, em termos de uma lógica mais independente e não directamente atrelada aos desígnios do mercado.

Assim, em primeiro lugar, observamos que o movimento estudantil passa por uma reconfiguração do ponto de vista de sua acção colectiva: mantendo a luta contra a reforma universitária, o movimento estudantil se organiza-se em resignificar as suas práticas em torno das práticas de mobilização, iniciadas no local – o dia-a-dia universitário – e que caminham para a reconfiguração da sua capacidade enquanto actor social.

Em segundo lugar, a perspectiva de luta contra o neoliberalismo e a hegemonia do capital, representadas pelas agendas políticas para a educação das instituições internacionais, traduz o cerne das políticas de reforma universitária actuais, confrontando-as com a perspectiva dos estudantes e da comunidade académica em torno de pontos relativos à melhoria da infra-estrutura universitária, opondo-se à desmaterialização da esfera pública, em que o ensino assume, cada vez mais, a lógica de mercado. A desestruturação do Estado contribui para isso, na medida em que a assume, acabando por desestruturar as garantias de direitos na universidade – a

autonomia universitária, no caso. Consequentemente, o movimento passa a contrapor-se com a democracia que se delinea nas universidades, a qual exclui o poder de participação da comunidade académica.

Em terceiro lugar, o movimento estudantil configura identidades e diferenciações interiores, no sentido da formação de grupos de carácter político e/ou cultural. Não se pode compreender o movimento somente em termos das lutas e disputas dos grupos políticos no seu interior, mas sim, em torno de uma unidade que se polariza nas diversas questões que defende, em contraposição às autoridades governamentais, Estado e políticas neoliberais para o ensino. Nesse contexto, organizam-se grupos com posições políticas diversas – no campo da esquerda brasileira – mas, a sua capacidade de mobilização concretiza-se através da representação estudantil, possibilitando a aproximação com o movimento dos trabalhadores (funcionários públicos sindicalizados), em maior grau, e com os professores, em menor grau.

Por último, as ocupações têm demonstrado ser instrumentos direccionado para alcançar a negociação coletiva, através da mobilização a tendência de permanente discussão da comunidade estudantil em torno das modificações no âmbito do neoliberalismo. A ocupação de 51 dias da Reitoria da USP possibilitou, durante esse período, um constante debate sobre os Decretos, reforma unviersitária e interesses divergentes veiculado pela comunidade universitária e o governo, dirigidos à universidade. Nesse sentido, desenha-se um projecto da comunidade universitária para a modificação das estruturas universitárias. Entretanto, ao buscarem maior mobilização e amplificação das acções, o movimento entra em conflito com o Estado e com o seu aparato policial, que reprime e “criminaliza” as acções estudantis. Não somente os conflitos com a polícia revelam isso, mas também a “perseguição” feita aos estudantes e funcionários mobilizados – facto que se tem traduzido na prisão de estudantes que ocuparam os espaços académicos e de membros dos sindicatos, como recentemente aconteceu com Claudionor Brandão, director do Sintusp demitido no começo de 2009.

É nesse sentido que, decorrente desse processo, os movimentos estudantis se incluem nos movimentos de contra-hegemonia do capitalismo, procurando a

aproximação com os movimentos sociais e sindicais, no sentido de se estabelecer o diálogo e conduzir as suas práticas em torno de reivindicações históricas da universidade. É por isso que a prática de ocupação pode estar relacionada historicamente com os movimentos estudantis de 1968 ou com as acções de movimentos sociais da actualidade, já que há uma constante retomada e ressignificação dessas práticas, no sentido de pluralizar a capacidade de acção dos sujeitos sociais organizados. A concretização das práticas do movimento estudantil dessa época contava, sobretudo, com a organização nacional da UNE, que hoje se apresenta nacionalmente unificada por entidades estudantis (UNE, CONLUTE). Diferentemente, as suas acções são construídas na base no locus universitário, na resistência do dia-a-dia – de forma não institucionalizada e mais independente, em contraposição com a burocratização e atrelamento ao governo por parte da UNE.

2. TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E A EMERGÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Nesse capítulo, iremos tratar dos pontos teóricos de base, a fim de delinear uma análise acerca dos movimentos estudantis brasileiros actuais, inseridos num contexto de globalização e transformações sociais, reconfigurações do capitalismo e suas implicações classistas, identitárias e emancipadoras. Entendo que para esse delineamento teórico é necessário estabelecer uma base de trabalho, a partir da qual a produção capitalista estabelece as segmentações na formação do mercado de trabalho e da produção do conhecimento, gerando estratificações sociais nos estratos medianos, com base nos quais se geram formas de acção colectiva e a composição de identidades colectivas diferenciadas. As tendências recentes de democratização da universidade são concomitantes à produção do conhecimento, determinada pelo mercado, em que a expansão da educação desvaloriza os diplomas escolares, fazendo com que o acesso a posições privilegiadas na estrutura social seja credenciado por títulos académicos (Estanque & Nunes, 2003; Estanque, 2007). Isso implicaria uma recomposição da massa estudantil, alterando as suas práticas, preocupações e atitudes subjectivas, diferenciadas das experiências das gerações anteriores, possibilitando diferenciações na identidade da comunidade estudantil (Idem). Devido às inúmeras fragmentações no interior dos estratos medianos da sociedade, a qualificação exerce uma importância singular nesse processo (Bourdieu, 2004, 2007; Estanque & Mendes, 1997; Wright, 1997).

As alterações nas práticas e identidades que delas resultam, acabam, também, por influir na composição dos sujeitos sociais, no caso, dos estudantes, determinando alterações nas acções colectivas (Eder, 1993), através de reconfigurações materiais e simbólicas na estrutura social (Bourdieu, 2004), o que implica formas diferenciadas de construção da identidade e da identidade colectiva, desde o processo micro-social da identidade pessoal a formas de participação política, possibilitando a compreensão de um “novo paradigma de participação cívica democrática” (Estanque, 2007). Deste modo, do ponto de vista do movimento estudantil, emergem práticas novas, ou

outrora utilizadas em sentido distinto do observado, compondo novas práticas de cultura política e resignificação de significados de cidadania, representações políticas e participação (Alvarez, Dagnino & Escobar, 2003).

2.1. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A PRODUÇÃO CAPITALISTA

Actualmente, o debate de classes sociais e movimentos sociais tem gerado alguns problemas, no sentido em que abarca a participação das classes médias nesses movimentos. A indefinição do marxismo clássico acerca das classes médias – consideradas como *petit-bourgeoise*, desde o 18 Brumário de Marx - impediu a observação da estratificação social que se opera nos sectores medianos da sociedade. Do ponto de vista do crescimento dos assalariados nos EUA, os “white collars” constituem-se como uma nova classe média, em que as clivagens internas da sociedade se processam através da expansão das actividades administrativas e de cunho técnico, em termos de várias dimensões: classes, ocupação, status e poder, em que os novos profissionais liberais e autónomos se encontram inseridos⁶ (Mills, 1969).

Assim, no contexto do capitalismo contemporâneo, a formação profissional acaba por ser o elemento diferenciador para o crescimento desses estratos medianos e, a universidade, à qual foi atribuída, pelos Estados, a função de prover a educação e a formação profissional, constitui-se como elemento imprescindível. A formação escolar é indicadora do status e do capital através, tanto do *habitus*, como da valorização do mercado das competências profissionais (Bourdieu, 2007). As “novas profissões” são heterogéneas e dependem, em termos culturais, de segmentações diversas do mercado de trabalho, da trajectória de formação profissional, da aquisição ou conversão de capitais, origem e *habitus* dos grupos. As universidades contribuem para a formação e estratificação do mercado de trabalho, na medida em que são exigidas qualificações e aptidões profissionais.

⁶ Nos anos 1960, cresce a necessidade da formação desses quadros técnicos, burocratas e administrativos no sistema capitalista ocidental. Essa necessidade foi passada às universidades no sentido de possibilitar essa formação, acarretando o aumento de vagas e de estabelecimentos de ensino por todo o mundo (Hobsbawn, 1995).

A categoria de exploração permite identificar os mecanismos através dos quais a estrutura de classes é remetida ao conflito de classes. A estrutura de classes identifica os interesses materiais diferentemente apresentados nas posições antagónicas de classe, de burguesia e proletariado e, a exploração, não significa a transferência de trabalho de um grupo para outro, mas uma transferência injusta, cuja emancipação radical significa não apenas a abolição abstracta da classe, mas a abolição da injustiça social, demarcada nas relações de exploração do processo produtivo (Wright, 1994). Assim, consideramos as classes médias como “aquelas posições no interior da estrutura de classes que se vêem exploradas ao nível de um dos mecanismos de exploração mas que a outro nível surgem como explorados” (Idem: 25). Essa exploração diferenciada gera *contradictory locations*, posições duais de classe, não muito bem definidas na polaridade da estrutura de classe, que permitem considerar os interesses de classes dentro da estrutura, significando que, em primeiro lugar, as estruturas de classe moldariam os interesses de classe, possibilitando uma organização das aspirações coletivas e, em segundo lugar, os moldes que as estruturas de classe impõem aos recursos materiais dos indivíduos (Wright, 1989). Observamos isso ao procurar compreender os mecanismos de exploração através do campo profissional e do mercado de trabalho, pois, é nele que encontramos indivíduos dotados de qualificações profissionais, que beneficiam do poder exercido nas estruturas burocráticas da produção capitalista, apropriando-se, conseqüentemente, da mais-valia da produção (Wright, 1989; 1994). A *skill exploitation* trata-se, portanto, da apropriação da mais-valia através do nível de qualificação dos empregados, podendo ser menos explorados pelos capitalistas. Assim, “a posse de uma habilidade ou credencial pode ajudar a constituir uma espécie distinta de relações sociais com os empregadores, reflectida na descrição que os possuidores de habilidades são “menos explorados” do que os não qualificados, mas isso não implica necessariamente uma relação social construída em torno de antagonismos materiais e de interesses para os próprios trabalhadores não qualificados” (Wright, 1989: 310).

O processo de diferenciação das formas de exploração possibilita alterações que estratificam as relações de classe em termos do mercado de trabalho. Nesse sentido, geram-se as subclasses, que se diferenciam das classes polarizadas dentro das relações estruturais segundo dois parâmetros: a opressão económica *não-exploradora* e a opressão económica *exploradora*. As subclasses estão inteiramente relacionadas com

a capacidade de apropriação das mais-valias produzidas pelos grupos explorados, influenciando, directamente, no bem-estar material do grupo de pessoas e nas privações materiais de outro grupo, o que implica uma coacção moralmente condenável.

As diferenças de exploração e de apropriação da mais-valia remetem-se ao cerne do processo produtivo na sociedade capitalista - o controle da produção social. Voltar-se para a natureza desse controle permite observar o carácter de segurança e obscuridade na produção da mais-valia, em que a essência do processo de trabalho no capitalismo não revelaria essa componente da produção, necessitando de referências políticas, ideológicas e económicas para ser compreendida (Burawoy, 1990). Voltando a Marx, vemos que “o modo de produção não é somente a produção das coisas, mas a simultânea produção das relações sociais e ideias sobre essas relações, a experiência vivida e a ideologia dessas relações” (Idem: 36).

Seguindo essa ideia, o entendimento do controle capitalista não pode ser alcançado sem as componentes subjectivas do trabalho. No esquema marxista clássico, a base económica define condições de objectividade – a *classe-em-si* – que se activa com a superestrutura e os seus aspectos subjectivos para formar a *classe-para-si*. Dessa forma, pode ser observado que as “adaptações do dia-a-dia dos trabalhadores criam os seus próprios efeitos ideológicos, que se tornam elementos fulcrais na operação do controle capitalista” (Idem: 39). A dimensão subjectiva não pode ser ignorada, mesmo que a distinção entre objectivo e subjectivo seja arbitrária. No entanto, no contexto do trabalho, há três dimensões inseparáveis: dimensão económica (*produção de coisas*), dimensão política (*produção de relações sociais*), e uma dimensão ideológica (*produção de experiência dessas relações*).

Em suma, compreender os impactos diários das formas de produção permite-nos observar as experiências das classes sociais, mais especificamente da classe trabalhadora, através dos interesses comuns de classe. Nesse sentido, a aproximação com a experiência de classe (Thompson, 2004) cria a articulação necessária entre a condição objectiva de classe e a subjectividade de classe, estreitando os laços com a cultura. Dessa forma, “a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade dos seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e

geralmente se opõem) dos seus” (Idem: 4). Similarmente, a experiência de classe é determinada pelas relações de produção e, a “consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais, encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais” (Idem).

Com as alterações na estrutura social e na subjectividade, a acção colectiva, construída historicamente através das experiências de classe, diferencia-se, sobretudo, nos sentimentos de solidariedade e pertenças colectivas, permitindo, também, acções colectivas das novas classes médias (Della Porta & Diani, 2006; Eder, 1993). A fragmentação recente da classe média torna-a um grupo distante de ser homogéneo, com diferenciações em termos de recompensas sociais e com uma diferenciação de *status* dos novos profissionais, não comparável à dos profissionais tradicionais da classe média (DellaPorta & Diani, 2006: 38). A actual classe média, composta por sector de serviços, trabalhadores precários e *low-paid form*, gera discrepâncias entre o capital cultural. Com isso, as "mudanças sociais podem afectar as características dos conflitos sociais e acção colectiva” (Idem, 35), gerando relações sociais e sentimentos de solidariedade e de pertença colectiva identificadas com interesses específicos e com a promoção de relativa mobilização social. A compreensão da acção colectiva das classes médias passa pela cultura, na medida em que é através dela que se articulam posição social e acção colectiva (Eder, 1993). A reorganização de classe e os novos conflitos de classe são, portanto, os elementos que se distinguem como parâmetros para a acção colectiva, consequentemente, a acção colectiva constrói-se em termos de organização política e identidade.

2.2. ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E IDENTIDADES COLECTIVAS

As vastas vertentes e caminhos de análise dos movimentos sociais – num campo analítico de extensa pluralidade teórica – possibilitam a compreensão dos fenómenos sociais de manifestações e acções colectivas. Uma preocupação inicial das análises de movimentos sociais coloca o enfoque na relação entre fundamentos da acção colectiva e contexto histórico, juntamente com as transformações sociais, relacionando as estruturas sociais e os actores colectivos no sentido de os compreender à luz do seu espaço e tempo. O movimento estudantil – assim como os

movimentos feministas, movimentos negros e movimentos por direitos humanos e políticos – exerceram grande influência na construção das teorias de Mobilização de Recursos e Mobilização Política, e de Novos Movimentos Sociais (Drago, 2004; Gohn, 2002).

Em ruptura com a análise funcionalista e com base na psicologia social, a Mobilização de Recursos⁷, constrói-se na negação da irracionalidade das manifestações e comportamentos colectivos das décadas de 1960 e 1970, em que, por quase todo o globo, emergem movimentos sociais em luta por demandas económicas, políticas e culturais, diferentemente das manifestações exclusivas das classes trabalhadoras fordistas, das décadas passadas⁸. O novo contexto demarcava a afirmação do modelo toyotista de produção e o consumismo abundante na sociedade capitalista (Harvey, 1992), implicando a emergência de novos manifestos, de carácter cultural e político, principalmente, movimentos estudantis, contra-cultura, feministas e negros. Nesse sentido, os movimentos sociais foram entendidos como grupos de interesses ou organizações burocráticas, racionalmente guiadas.

A compreensão da organização dos movimentos sociais, do ponto de vista da estrutura social (e não dos agentes dessa estrutura), aproxima-os do interesse por um mercado de bens, no qual os agentes adquirem recursos humanos, financeiros e infra-estruturais. Como consequência, estes seriam consumidores de um mercado de bens, sendo os seus líderes os administradores desses bens (McAdam, McCarthy & Zald, 1999). Os movimentos projectam-se na luta pelo controle e manipulação desses recursos, possibilitando a sua coesão interna. O consenso é relativo à aproximação com a sociedade no apoio na obtenção de recursos, não contestando a ordem e o status quo vigente; e, o conflito refere-se à objectivação de mudanças sociais e aos embates com a sociedade.

⁷ As teorias norte - americanas de movimentos sociais, inicialmente tinham como preocupação compreender os comportamentos colectivos e as tensões sociais, no âmbito das dimensões psicológicas dos sujeitos, das massas e do comportamento colectivo. Não obstante, a influência do interacionismo marcou o primeiro momento dessa teoria, sobretudo da Escola de Chicago e mais adiante, com as teorias de Lipset, Herbele, Parsons, Turner, Smelsen e Gusfield. O funcionalismo parsoniano, por exemplo, atribui o foco ao sistema social e observa que os movimentos sociais são comportamentos colectivos organizados em período de inquietação social, incerteza, impulsos reprimidos, mal estar e desconforto, operando no campo da irracionalidade (Gohn, 2002).

⁸ Conforme observado, há nesse período uma grande explosão dos movimentos estudantis por todo o mundo, não exclusivamente na Europa e nos EUA (Boren, 2001).

Consequentemente, ao confrontar a análise estrutural da organização com a identidade e o micro-social, emergem os repertórios de acção colectiva (Tilly, 1996; 2005), ou seja, um conjunto de acções específicas, relacionadas com as identidades e interesses específicos. Os repertórios são conjuntos de rotinas, compartilhadas e deliberadamente escolhidas, como criações culturais apreendidas, que se adaptam às circunstâncias imediatas e reacções dos antagonistas, autoridades, aliados, observadores, objectos da sua acção e outros envolvidos no embate (Tilly, 2005: 41-2). O processo de racionalização das esferas da vida designa uma acção colectiva conflitual com a economia de mercado e o desenvolvimento das instituições, implicando mudanças históricas e estruturais no sentido de uma modernização, através da acção colectiva popular (Drago, 2004: 30-5). Os três tipos de acção colectiva – competitiva, reactiva e proactiva⁹ – envolvem a perspectiva da sociedade civil como um novo espaço público nas sociedades ocidentais, abarcando transformações nas formas de *associação*, *solidariedade* e *acção colectiva* de grupos sociais, com base na escolha individual para a organização colectiva. (Idem). Nesse sentido, a sociedade civil e os movimentos sociais encontram-se relacionados através dos repertórios de acção colectiva, ditados por uma acção racional instrumental. É, justamente, através do racionalismo atribuído aos sujeitos e agentes que a subjectividade é compreendida nos termos de uma “rational choice”, em que o movimento social se apropria do uso desses repertórios para o “empowerment” dos agentes ou movimentos, conduzindo-os à luta para a representação política na esfera pública, mas também à burocratização da sua organização.

Essa perspectiva tende a voltar-se para a compreensão do carácter de burocratização dos movimentos sociais ao invés da relação dos movimentos com o Estado, como parte da sociedade civil organizada (Cohen & Arato, 1992). O resgate da sociedade civil como ponto de apoio analítico busca compreender as transições para as sociedades democráticas, sem com que isso ignore a base organizativa que os movimentos sociais teriam, do ponto de vista de que estes exercem tensão no sentido de uma participação democrática directa, em contraposição com a participação

⁹ A acção colectiva competitiva decorre da disputa entre os grupos em nível local, com solidariedades e busca de recursos comuns. A acção colectiva reactiva é protagonizada pelos grupos, resistindo contra as tentativas do Estado em adquirir maior controlo sobre os grupos e os recursos, como uma resistência ao espaço local. Por fim, a acção colectiva proactiva é protagonizada pelos grupos organizados com voluntários que reclamam por acesso a novas formas de poder (Drago, 2004: 31-2).

democrática representativa, da democracia liberal (Idem). A separação entre sociedade civil e Estado permite observar as manifestações sociais em contraposição com o Estado, a existência de discursos diferentes de democracia entre eles, o primeiro, tendendo para uma Democracia Participativa, enquanto, no caso do segundo, se trata de uma Democracia Liberal, a qual podemos observar nas relações entre os regimes de ditadura e a sociedade.

A questão da participação política dos movimentos sociais pode ser compreendida em termos de *politics of contention* (McAdam, Tarrow, & Tilly, 2001), ou seja, as interações episódicas, colectivas e públicas entre os *makers of claims* e os seus objectos, em que a participação do governo pode assumir uma das seguintes formas: reivindicador, objecto de reivindicação ou uma das partes envolvidas na reivindicação (Idem: 5). Assim, as manifestações ocorridas, em que há reivindicações políticas, podem ser entendidas como episódios de controvérsia, os quais podem ser classificados em duas categorias: controvérsias contidas e controvérsias transgressivas. No primeiro caso, pressupõe-se a verificação de uma interação colectiva, pública e episódica entre reivindicantes e os objectos das reivindicações ou partido, de forma institucionalizada, podendo afectar o interesse de pelo menos um dos reivindicantes, tendo o conflito sido previamente estabelecido, ou constituído por actores políticos. No que diz respeito às controvérsias transgressivas, estas consistem em interações episódicas, públicas e colectivas entre reivindicantes e os seus objectos, verificando-se as seguintes premissas: o governo adopta uma de três posições (reivindicante, objecto de reivindicação ou parte associada desta); a concretização das reivindicações afecta os interesses de pelo menos uma das partes envolvidas; pelo menos algumas das partes envolvidas no conflito foram alvo de auto-reconhecimento enquanto actores políticos recentemente; e algumas das partes envolvidas empregam formas de acção colectiva inovadoras.

O projecto de análise de movimentos sociais em termos de *politics of contention* articula “num quadro teórico único, a teoria e a investigação relativas a um amplo leque de dinâmicas sociais, incluindo, por exemplo, os movimentos sociais, as revoluções, os conflitos étnicos e religiosos, e ainda, os conflitos industriais” (Flacks, 2004: 47). Essa categorização abrangente e inclusiva de movimentos diferentes e plurais permite perceber, por exemplo, diferenças entre os movimentos sociais num

plano macro – social, tecendo comparações significativas, mas também, possibilita a articulação com a organização do próprio movimento, suas formas e desafios organizativos. Assim, nesse contexto ampliado de dinâmicas sociais, ressalta a posição dos movimentos sociais, que envolve não somente os objectivos de mudança social, mas também uma clara dimensão política que implica o conflito com o Estado (Idem). Quanto a isso, é possível assinalar que há uma “luta constituinte”, a qual referir-se-ia a conflitos políticos em que as reivindicações partem dos actores anteriormente excluídos ou novos, normalmente com recurso a formas de acção igualmente novas e não autorizadas”, definindo os movimentos sociais através de sua organização não institucionalizada para a mudança social. (Idem: 48). A não institucionalização dos movimentos sociais e o carácter de autonomia organizativa, independentes e em dissensão com o Estado, permitem que a sua acção seja de maior imprevisibilidade e em conflito com as forças jurídico-políticas do Estado.

As tensões da sociedade civil organizada e não institucionalizada permitem que os movimentos sociais tencionem politicamente o Estado para a sua maior democratização e abertura participativa. De forma geral, procuram bens e recursos para a formação de uma coesão interna dentro de um grupo ou movimento social (McAdam, McCarthy & Zald, 1999), permitindo que se construam formas de expressão da acção colectiva, os seus repertórios, e possibilitando a emergência de modelos de acção, que podem ser tanto de competição, de reacção ou de proactividade (Tilly 1996; 2005). Não obstante, essa possibilidade de organização dos sujeitos da sociedade civil permite compreender as formas de tensão política em torno da democracia liberal e a participação mais directa desses agentes na política, exercendo tensão no sentido da abertura democrática do sistema político (Cohen & Arato, 1992). As tensões políticas da sociedade civil são reivindicações políticas que entram em controvérsia, que tanto pode ser contida como transgressiva, perante o Estado (McAdam, Tarrow, & Tilly, 2001). A amplitude e pluralidade desses conflitos permitem a sua diferenciação em termos da não-institucionalização da organização dos movimentos sociais (Flacks, 2004). Os reivindicantes, ou os agentes dos movimentos sociais, incorporam a dimensão política do Estado, optando por práticas e acções novas ou não autorizadas, reforçando o carácter não institucionalizado da sua organização num campo de tensões sociais, que envolve os agentes governamentais e os agentes reivindicantes. Finalmente, essa organização é, também, perpassada por elementos de carácter micro-

sociológico, construídos no quotidiano social e expressos na colectividade dos movimentos sociais, através da uma acção política.

É nesse sentido que, questionar a formação identitária dos movimentos sociais é um caminho complementar para a perspectiva macro-social da organização política da sociedade civil. No movimento estudantil brasileiro actual, o processo de formação organizativa tem demonstrado a possibilidade de manifestos em momentos específicos do contexto político – normalmente, em conjunto com o momento das reivindicações salariais dos funcionários das universidades - que reúnem os participantes através de coesões internas – que se podem verificar, tanto nos centros académicos, como através das discussões acerca das condições das universidades e das reformas universitárias. Isso reflecte, em diversos momentos, uma organização proactiva e transgressiva dos movimentos estudantis, cujo conflito se dá em torno das autoridades académicas e das autoridades governamentais. Esses conflitos são direccionados para questões, tanto da maior abertura democrática das universidades aos estudantes, como em termos de negação dos projectos do Estado, relativamente a modificações no sistema de ensino.

Através desses processos de diferenciação, é possível apreender a objectividade e capacidade política dos movimentos sociais, não sendo, no entanto, contemplado o processo de formação da subjectividade e a sua diferenciação política e cultural no movimento. Não obstante, recorrer a essa perspectiva, implica observar a identidade não apenas em termos de identidades e subjectividades, mas também, no que diz respeito às práticas sociais e representações da realidade, bem como às experiências concretas e práticas dos indivíduos na construção de colectividades e das suas respectivas capacidades de transformação social. Desse ponto de vista, conseguiremos compreender as disposições subjectivas existentes para delinear o sentido das acções e o processo de formação dos movimentos sociais.

2.3. IDENTIDADES E ACÇÃO COLECTIVA

A percepção dos movimentos sociais não deve basear-se, somente, na observação à distância e na forma macro-estrutural, das particularidades e micro-

dinâmicas do objecto, diferentemente da forma homogénea e não-plural, como o movimento operário foi referido no Século XX - no sentido de massa articulada pelas “consciências de classe”. Dada a pluralidade de movimentos sociais presenciada na actualidade, as práticas e representações, a construção e a produção da realidade, permitem explorar a construção das experiências concretas, individuais e locais, em que se naturaliza a relação “nós-outro” enquanto resquício da dualidade colonialista, que se exime de pensar a relação entre o local e o global (Burke, 2004). Dessa forma, partimos da consideração dos aspectos da formação da identidade: o processo de construção da diferenciação entre o “eu” e o “nós”, e a pessoalização; a construção política da linguagem, e a prática e distinção da identidade, sendo estes aspectos importantes na compreensão da identidade a partir do nível micro-social.

A partir do nível micro-social podemos perceber alguns processos relativos à integração social, no sentido de compartilhar valores simbólicos e normas pré-estabelecidas ao longo do tempo, dotando de maior coesão identitária os indivíduos de um grupo, já, anteriormente constituído (Elias & Scotson, 2000). Para um grupo relativamente novo, ou que está sendo formado, ainda não haveria a partilha de valores comuns, encontrando-se em curso a construção da identidade. É nessa relação de diferenciação que se constitui a identidade dos grupos, configurando relações de status diferentes, geradas pela relação de dominação do grupo estabelecido relativamente ao grupo *outsider*, ressaltando, assim, a dimensão do conflito na formação de cada um deles. Num sentido político, o Estado é fundamental e contraditório nessa diferenciação: se por um lado, elimina as diferenças entre as pessoas, estabelecendo o Direito como homogeneizante social (no sentido de uma tipificação de indivíduo mediano), por outro lado, ele diferencia as pessoas, tratando-as como indivíduos, e não em termos de grupos (Elias, 1995: 149). Isso remete-se, directamente, à composição social dos indivíduos, ou seja, o *habitus*¹⁰, que define as características individuais dos membros da sociedade através da linguagem comum compartilhada com o resto do grupo ou com outros grupos. A identidade nós-eu seria, portanto, uma parte do *habitus* da pessoa, constituindo uma diferenciação em termos do colectivo e do

¹⁰ Em leitura da obra *Os Alemães*, de Norbert Elias, Micelli (2001: 123), entende o *habitus* como um “agregado de ‘máscaras’ que operam como se fosse uma segunda natureza”. É preciso ter em mente que o conceito de *habitus* tem uma matriz na filosofia escolástica e em Leibniz, também tomado pelo historiador Panofsky, como capacidade de improvisação, num sentido semelhante ao trabalhado por Elias. (Burke, 2004).

individual. Fundamentalmente, essa noção de identidade pauta-se, na representação *pessoal de si mesma* a ela própria e, de *si mesma* a um outro, construindo, concomitantemente, a visão que o outro tem do eu: “Para si, a pessoa é ao mesmo tempo um “eu”, um “você” e um “ele”, “ela” ou “isso”. Não poderia ser um “eu” para si mesma sem ser, ao mesmo tempo, uma pessoa capaz de se postar diante de si como um “você” ou como um “ele”, “ela” ou “isso” (Idem: 156).

O jogo de construção da identidade também mobiliza a linguagem, capacitando os indivíduos para se identificarem, seja na primeira, segunda ou terceira pessoa, possibilitando a transmissão do registo simbólico, e a modificação dos processos de aprendizagem e desenvolvimento (Idem: 159-60). Assim, a linguagem, constitui-se como forma de comunicação básica no interior dos grupos, permitindo a diferenciação e a identificação das mudanças processuais dentro destes. Se pensarmos a linguagem em termos políticos, mediante a sua inserção num contexto e dimensão políticos, sintetizando os pontos discutidos, em primeiro lugar, a formação profissional coloca em questão a aquisição de diversos capitais, em que a distinção será operacionalizada na estrutura social. Com a noção de classe média, podemos perceber que esses estratos médios são plurais e sujeitos a diversos graus de exploração social. A qualificação exerce um processo que pode diferenciar a apropriação e exploração da mais-valia, da qual entendemos que o processo de formação dos grupos e indivíduos é fundamental para a exploração e disposições contraditórias de classe. É nesse sentido que compreender a proveniência classista dos estudantes serve como delineador dos processos de diferenciação social e atribuição de privilégios, factores de diferenciação e distinção. A passagem dos estudantes pelo *locus* universitário é, então, visto como o local de aquisição dessas qualificações, o que possibilitará, pelo menos em teoria, uma inserção diferenciada dos formados no mercado de trabalho.

Em segundo lugar, é através da experiência do dia-a-dia do processo de produção capitalista, que se criam as capacidades dos sujeitos em responder perante os impactos do sistema de produção capitalista, ou seja, é através dos impactos desse processo na subjectividade que conseguimos apreender como os grupos criam e recriam as lutas sociais. Quando nos referimos às experiências de classe, falamos sobretudo das experiências das classes médias em termos da sua formação educacional, identitária e política, implicando modificações nas acções colectivas. Nesse

sentido, os processos correntes de modificação no sistema de Ensino Superior, a Reforma Universitária, alteram, sobretudo, as questões de qualidade e infra-estrutura adequadas ao ensino, possibilitando mudanças não apenas no nível objectivo da formação profissional, como da experiência subjectiva diante dessas transformações e, conseqüentemente, diferenciações na estrutura de classes e nas suas respectivas acções colectivas, como elemento de continuidade ou de transformação, podendo ser modificada em contextos específicos, criando contextos sobre os actores e possibilidades para inovações e modificações necessárias (Pocock, 2003: 30). A linguagem, nesse sentido específico, é uma prescrição do discurso político, em que cada contexto linguístico indica um contexto político, social ou histórico, no interior do qual a própria linguagem se situa e/ou deverá ser reconhecida. Ao ser entendida como símbolo compartilhado – entre membros de grupos ou não – ela é criada através de representações do contexto, buscando o reconhecimento ou afirmação exterior perante aqueles que a compartilham. Assim, ela deve ser percebida pelos actores para sua livre utilização, apresentando-se como um modo de discurso estável disponibilizado para o uso de um locutor, apresentando, também, o carácter de um jogo, definido por uma estrutura de regras que podem ser legitimadas ou não, constituindo-se como as “legítimas integrantes do discurso público”, interagindo, directamente, com o contexto da experiência (Idem: 31).

Dessa forma, a dimensão da experiência (experiência do sujeito na construção de suas práticas) concatena-se com a linguagem, na sua livre capacidade de agir de acordo com a História – podendo criar novos termos para serem utilizados - de forma a perceber o habitual e o não-habitual articuladamente. As práticas sociais são, portanto, o factor que encadeia esse processo, por meio de uma diferenciação simbólica, que se constitui através da articulação entre o campo social dos agentes, o capital e o *habitus*. O espaço social de construção identitária postula-se de acordo com a distribuição dos agentes, o volume global e a estrutura de seu capital (Bourdieu, 1996). Cria-se, então, um “espaço de tomadas de posição pela intermediação do espaço de disposições (ou do *habitus*) [...] que definem as diferentes posições nos dois sistemas principais do espaço social, corresponde um sistema de separações diferentes das propriedades dos agentes” (Idem: 21). O *habitus* tem o seu “princípio gerador e unificador” e configura a posição dos agentes no campo, retraduzindo as características intrínsecas e relacionais das posições sociais em estilos de vida unívocos, gerando

“práticas distintas e distintivas”, que também operam como princípios classificatórios e de classificação.

As práticas se relacionam através do *habitus* incorporado – as condições e os condicionamentos impostos – e do *habitus* objectivado – que impõe condicionamentos e disposições homogêneas, engendrando práticas semelhantes, que podem ser garantidas juridicamente ou novamente incorporadas. A articulação entre o *habitus*, o capital e o campo geram práticas de distinção e criação de diferenças simbólicas, que constituem princípios e linguagens classificatórias (Bourdieu, 1996; 2007). De forma geral, a identidade é uma representação que se dá, tanto objectivamente – referente às classificações enquanto categorias sociais –, quanto subjectivamente – no sentido de uma realidade social construída pelos actores sociais. Portanto, relaciona-se com as dimensões das representações simbólicas e objectivas, juntamente com as representações mentais e referentes às aspirações dos sujeitos. A identidade também se confronta com a fronteira – a sua delimitação física ou simbólica – produzindo e reforçando as diferenciações (Bourdieu, 2004). Portanto, através da fronteira relaciona-se o poder como uma forma de distinção, o poder simbólico, que diferencia os sujeitos do “dentro” e “fora”, do “nós” e “outros”.

Fundamentalmente, a distinção simbólica conjuga-se com a construção do campo político, em que a construção da luta política passa pela das lutas simbólicas que, encadeadas historicamente, exprimem uma luta por uma posição dentro da estrutura social, mobilizando relações de força dentro da estrutura. Portanto, a posição objectivada do agente é reconhecida, no espaço social, através dos “espaços dos estilos de vida ou como conjunto de *Stände*, isto é, de grupos caracterizados por estilos de vida diferentes” (Idem: 144). Dessa forma, a diferença marcada nos estilos de vida gera a distinção ou capital simbólico, que significa a posição inscrita dentro da estrutura social que é, concebida, tanto subjectivamente como objectivamente. O que se pode verificar, então, é que as relações de força objectivam-se e reproduzem-se nas relações de forças simbólicas. Isso implica considerar que a identidade se constrói numa constante busca por poder e, para isso, é necessário o investimento no capital simbólico, o que se traduziria em ganhos simbólicos dentro da estrutura social, operando uma reconfiguração dos agentes no interior desta, ou mesmo, contando com

uma estratégia de conversão desse capital simbólico em capital político, para efectivar o jogo do campo político.

Aplicando ao objecto de estudo, percebe-se que há processos de diferenciação interna dos estudantes na universidade, de forma que, através das práticas quotidianas e experiências, se dá a construção do processo de identidade e diferenciação: primeiramente, no sentido da diferenciação individual e colectiva, e da construção de uma linguagem política; e em segundo lugar, conforme a distinção que se opera nas práticas e nos campos de acção. Ao pensar nas práticas e discursos do movimento estudantil, principalmente na sua articulação face aos “Decretos” assinados pelo Governador do Estado de São Paulo, estas localizam-se, em grande parte, nos campos simbólicos e políticos da sociedade, implicando a mobilização de ambos os capitais para o posicionamento dos sujeitos no interior da estrutura social. A real dimensão de luta inscrita nos movimentos sociais e no movimento estudantil, em particular, está em identificar as práticas de classes médias e de subclasses subjacentes. As desigualdades sociais nos estratos medianos da sociedade possibilitam diferenciações em termos simbólicos e políticos, que podem ser percebidas através da organização e da luta real dos movimentos sociais. Dito de outra forma, observa-se a inserção do movimento estudantil num espaço de disputas simbólicas e políticas entre os agentes no espaço social, implicando a aquisição de poder e a sua distribuição entre os capitais económicos, simbólicos, social e cultural, tendo em consideração a distribuição dos agentes no campo e o seu volume de capital, além da composição do mesmo (Idem).

Na medida em que a identidade individual passa a construir colectividades, elas diferenciam-se, justamente, pelos seus propósitos subjectivos e posições no status social, diferenciação de capitais e, mesmo, de *habitus* incorporados. A relação da identidade com a estrutura social define a capacidade de acção colectiva, de forma que, é através das práticas que se estrutura objectivamente a sociedade. A cultura adquire, então, um papel fundamental na compreensão dos movimentos sociais e dos conflitos na sociedade contemporânea, importância essa não assinalada anteriormente, sobretudo nas concepções marxistas dominantes até a década de 1960, em que a cultura seria um factor super-estrutural, derivado da infra-estrutura económica.

Desse ponto de vista, a problemática de emancipação por meio da classe trabalhadora – postulada nos escritos políticos de Marx e nas adequações do leninismo e do trotskismo – contudo, passou a inscrever-se nas incertezas perante as transformações do sistema capitalista no período de transformações históricas na produção, como o binómio fordismo - taylorismo. Congruentemente, a perspectiva de aumento do controle da acção racional dos indivíduos – a prisão na *iron cage* –, demarcada pelo controle institucional do adestramento dos corpos (Foucault, 2003; 2005) também denotava o carácter de mudança dos parâmetros da emancipação social. Esta passou também a ser analisada através da linguagem e da comunicação, a emancipação comunicativa, deontológica ao homem (Habermas, 1987; Ray, 2001). Nesse sentido, a razão humana seria tanto uma racionalidade instrumental como uma racionalidade comunicativa: a primeira, orientada para o êxito, constituindo o trabalho e a reprodução material da sociedade e, a segunda, orientada para o entendimento, estabelecendo a linguagem como reprodução simbólica da sociedade (Habermas, 2006). A acção comunicativa, proveniente da razão comunicativa, seria, então, considerada como potencial social evolucionário que seria exemplificado nos movimentos sociais reais. Dessa forma, os movimentos sociais nasceriam de um processo no qual a técnica e a aprendizagem cultural são usados no desenvolvimento de trajectórias e formas produtivas, em que se tem várias funções reguladoras e é, justamente, na regulação sistémica que estaria a crise, e os movimentos sociais ofereceriam soluções alternativas de organização e novas definições da luta colectiva. Associando a razão comunicativa, também se cogita a perda da centralidade do trabalho nas construções de identidades pessoais ou dos grupos, operando um rompimento da pertença de classe, em que o controlo social transpõe as barreiras de classe, resultado em dominação e privação da esfera do consumo (Offe, 1988)¹¹.

Devido essas novas postulações, referentes à emancipação social e a emergência de novos actores sociais, a releitura analítica de Marx possibilitou a retomada da compreensão da estrutura social, das classes sociais e do processo

¹¹ A crítica ao pós-marxismo observa o problema político da associação entre o marxismo e a via-revolucionária, que fracassa em obter um estado socialista, mas contribui para a queda de estados liberais e ditaduras de direita, observando uma crítica ao modelo de revolução no sentido clássico, emergindo a sociedade civil nas sociedades capitalistas (Cohen e Arato, 1992). A crítica dos autores a Offe remete-se a considerar a sociedade civil existente como neoconservadora e despolitizada e sociedade civil democrática radical, politizada.

revolucionário¹², na medida em que o desenvolvimento económico desigual possibilitaria outras contradições, as quais derivam da contradição capital – trabalho - “determinante em última instância”. Essa relação é pensada através da autonomia relativa e efectividade específica dos níveis de uma formação social (Hall, 1977) e, onde estariam inscritas diversas formas de manifestação dessas contradições determinadas, resultando em acções ou mobilizações colectivas, em termos não só de trabalho e por parte da classe trabalhadora, mas também outras possíveis demandas super-estruturais.

Não obstante, os manifestos e mobilizações colectivas dos anos 60 revelaram um forte factor de determinações cultural e política, não restritas às lutas das classes trabalhadoras, exigindo orientações de carácter cultural - identitário. A compreensão por parte dos agentes sociais possibilitou uma compreensão cultural dos movimentos sociais, atestado através das mudanças societárias ocasionadas na sociedade pós-industrial e a emergência de diversas manifestações sociais por todo o globo¹³ (Touraine, 1972; 1984). A retomada do sujeito social é um factor de importância para a teoria sociológica, que viria a ressaltar o actor por meio da separação do sistema social.

A cultura é considerada como o conjunto de recursos e de modelos que os actores sociais procuram controlar ou aproximar-se para uma organização social entre eles, e são orientados pelo trabalho colectivo na acção das colectividades em si mesmas (Touraine, 1984: 24). O actor é visto a partir da óptica dos movimentos sociais, não apenas numa acção classista, mas também numa acção cultural em que a historicidade assume um papel fundamental, como a capacidade das sociedades em produzir experiência histórica através da cultura, e não somente pelas experiências das lutas de classe. (Idem: 104).

¹² Esta observação decorre da obra política de Marx, no Manifesto do Partido Comunista, em que as classes são entendidas como um conjunto de sujeito colectivos ou de actores, transpondo a luta de classes no nível económico para o político. A questão é que, para a leitura de Althusser, essa transição é compreendida na base da sequência de lutas históricas, cujo motor seria a luta de classes. Assim, mesmo com a complexificação das estruturas sociais, o problema central estaria numa simples contradição – forças e relações de produção (Hall, 1977).

¹³ Dentre essas várias manifestações sociais, as manifestações do Movimento Estudantil ganharam importante atenção através do “Maio de 1968”, sobretudo, por meio das manifestações de estudantes e trabalhadores em França. O “Maio” francês deu-se numa rebelião contra uma sociedade de consumo, do imperialismo norte-americano, representado pela Guerra do Vietname, em que, num plano mais geral, trabalhadores, estudantes, negros e mulheres reivindicaram questões económicas e culturais. Em Touraine (1972), o movimento estudantil é observado como um movimento de construção de identidades entre os sujeitos na sua acção política.

Dessa forma, na sociedade pós industrial os conflitos sociais deslocam-se da esfera da produção para a esfera da orientação da produção, sendo, nesse caso, os movimentos sociais vistos a partir de um novo lugar de conflituosidade, a cultura, deslocando a dimensão política e económica das lutas de classe. A *identidade* dos sujeitos sociais, característica bastante visível das lutas sociais do final dos anos 1960 na Europa, passa a ser abordada como uma capacidade de acção e mudança dos sujeitos, que nos movimentos sociais passam de uma identidade defensiva para uma identidade ofensiva, que avança na acção colectiva. Dessa forma os movimentos não podem ser entendidos como movimentos por reivindicações identitárias, sendo esta, um recurso para a acção colectiva.

Não obstante, a identidade colectiva também pode ser percebida através da análise micro-social, com o foco psico-social, em que os movimentos sociais também estariam num campo cultural de análise, demarcando a diferença entre os antigos movimentos sociais, baseados na classe operária, e os novos movimentos sociais (Melucci, 2003). Assim, os fenómenos colectivos seriam “conjuntos de práticas sociais, envolvendo simultaneamente um número de indivíduos ou grupos, apresentando características morfológicas semelhantes na cognição do tempo e do espaço, implicando um campo social de relações sociais e a capacidade das pessoas envolvidas em atribuir sentido àquilo que estão fazendo” (Idem: 20). Os princípios de análise da acção colectiva são vários, partindo do direccionamento da acção colectiva para o sistema de relações, tomado num constructo analítico de movimentos sociais, combinando orientações e campos de diferentes maneiras, distintas através do campo de acção e pela pluralidade de significados analíticos.¹⁴.

A identidade colectiva é necessária para produzir o confronto entre o dualismo estrutura e significado, o que não pode ser separado da produção do significado na acção colectiva e das formas empíricas da acção colectiva, possibilitando compreender como um colectivo se torna uma colectividade (Idem: 69-70). Nesse sentido, a orientação colectiva e o campo de oportunidades, com elementos construídos e

¹⁴ De forma geral esse é o procedimento que Melucci utiliza para sua análise. Entretanto vale a pena retomar esses elementos no cerne da análise do autor. Ao afirmar que a forma e a representação das imagens é o que constituí os movimentos sociais (Gohn, 2002: 155), observa os como resultados de relações de uma pluralidade social de actores, produzindo o sentido no que eles fazem. Suas relações plurais permitem que atinjam diversos sistemas sociais: de produção, decisórios, que governam as trocas e o sistema da reprodução.

negociados através de um processo de activação das relações que une os actores, é o ponto estratégico para compreender a acção colectiva como mobilizador de identidades e sentidos na união da colectividade.

Dessa forma, podemos observar duas críticas e duas contribuições das teorias de identidade dos movimentos sociais. A primeira crítica diz respeito à redução das relações dos movimentos sociais ao campo da cultura; e, a segunda, remete-se à incapacidade de precisar o que seriam, de facto, os movimentos sociais hoje em demandas que não são apenas identitárias, mas que claramente articulam relações culturais e económicas nas suas políticas.

2.4. DESAFIOS DAS ACÇÕES COLECTIVAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Até aqui, procurámos construir um caminho para uma análise sociológica que seja de âmbito económico, cultural e político, articulando as principais contribuições teóricas dadas ao longo dos anos, na tentativa de produzir explicações acerca dos movimentos sociais. A retomada da unidade na construção teórica permite que as acções colectivas sejam percebidas em torno das novas configurações classistas e culturais, revelando, principalmente, a classe média e o seu paulatino desenvolvimento como actor histórico (Eder, 1993), na medida em que, se configura a identidade e a acção colectiva dos agentes sociais. A perspectiva da exploração dos estratos medianos da sociedade e do surgimento de novas formas de acção colectiva das classes médias (Wright, 1989; della Porta & Diani, 2003), possibilita a compreensão das configurações estruturais actuais da sociedade e do seu desenvolvimento do ponto de vista da acção colectiva.

Da mesma forma, a acção colectiva pode ser observada em termos de espaço público e organização dos movimentos sociais, entendendo o espaço em que se constrói o movimento social, ajudando a explicar a emergência dos actores colectivos (Cohen & Arato, 1992; Zald, McAdam & Tilly, 2001). Prosseguindo essa ideia, o caminho da micro-análise (Elias, 1994; 2000; Bourdieu, 2004; 2007) caminha no sentido de construir o processo de construção cultural e identitária dos grupos e colectivos, articulados com a acção dos actores sociais e suas identidades colectivas (Touraine,

1985; Melucci, 2003). Entretanto, esse caminho identitário não considerou mais as classes sociais, mostrando que quem age é um actor e não uma classe, necessitando da retomada classista, no sentido de compreender as configurações actuais de sua acção colectiva.

A aproximação entre classe, cultura e acção colectiva caminha no sentido de observar uma certa independência do actor em contextos institucionais, em que a acção colectiva estaria mergulhada em um contexto cultural que a delinearía. Em termos da sociologia contemporânea e em relação às transformações da sociedade capitalista em meados do século XX, o problema mais significativo reside na questão das classes sociais. Nesse sentido, a dimensão classista não pode ser perdida ou ignorada na sociedade actual, persistindo a dificuldade de mensurar a importância e a relevância que assume enquanto princípio organizativo da posição social e de seus efeitos na acção colectiva. Para tanto, a análise social está centrada em três pontos: classe social como estrutura variável que agrega diversos posicionamentos; a cultura, uma textura que agrega identidade, conhecimentos e valores, tanto internalizados pelos actores como exteriorizado por eles; e por fim, a acção colectiva, definindo preferências estruturais e orientações normativas (Eder, 1993).

O marxismo sempre trabalhou com a acção classista através da mediação da consciência de classe, entretanto, há uma circularidade nesse argumento, na medida em que a consciência de classe geraria a acção colectiva, e esta, por sua vez, geraria novamente consciência de classe. A pergunta central persiste da mesma forma: o que faz centenas de indivíduos transformarem-se numa colectividade? Ao tentar sair desse problema, é possível cogitar que “os eventos de acção colectiva devem ser situados em espaços de acção culturalmente definidos”, dos quais à acção colectiva é embutida de uma *cultural texture*, ou seja, uma realidade que consiste num discurso especificamente organizado, que emerge anteriormente às motivações dos grupos para agirem juntos, sobrepondo-se mesmo à motivação dos actores (Idem: 9).

Dessa forma, é possível desmembrar os pontos de apoio dessa mediação; a *acção colectiva* com formas tradicionais, ou seja, pensar em continuidades ou rupturas nas práticas dos movimentos sociais; a *reorganização de classe*, partindo dessas práticas, ou seja, a influência dessas práticas nas estruturas de classe, operacionalizando uma

reorganização; e, finalmente, em terceiro, uma reflexão acerca de como se considerar os *novos conflitos de classe* actualmente, centrando a importância na relação de classes e movimentos sociais e a redefinição das estruturas de classe e seus conflitos. Assim, para desmembrar essa mediação, os três vectores de apoio - estrutura de classes, cultura e acção colectiva – remetem-se a dois efeitos na relação de análise de classe: o primeiro, observar como a classe serve de estrutura de oportunidades para a acção colectiva; o segundo, entender que as estruturas de classes não mais somente determinam a acção colectiva, e que, portanto, a cultura, não é apenas a ideologia de uma classe, mas a mediação necessária entre acção colectiva e classe. Assim, se configura a possibilidade de articular os movimentos sociais com as classes sociais, observando, através de suas práticas e significados, as novas divisões de classe na sociedade moderna e o significado de suas práticas no sistema de resolução de disputas (Eder, 2001: 4-5).

Com base nisso, constrói-se uma nova consideração analítica, a qual os novos movimentos sociais também podem entendidos como formas de protesto e radicalismo das classes médias, relacionados, primeiro, com um projecto de identidade de classe, o segundo, com a preocupação dos novos movimentos sociais com questões que podem ser negociáveis nas estruturas institucionais. Assim, a articulação da classe média possibilita a verificação da emergência de um novo antagonismo de classe, fundamentado em questões culturais e, com um conflito produzido de acordo com as práticas sociais, cujos actores não são predefinidos, mas em construção, a partir de sua acção colectiva.

3. MOVIMENTO ESTUDANTIL, AUTONOMIA E REFORMA UNIVERSITÁRIA

A elaboração do presente capítulo tem como objectivo compreender, a luz da história dos movimentos estudantis, as configurações e transformações históricas das acções colectivas, buscando relacionar o local com o global e as diversas discussões e momentos do movimento. Nesse sentido, observamos que as lutas estudantis estiveram, quase sempre, relacionadas com a estrutura da universidade e ampliadas para o contexto nacional ou global, adquirindo, em vários momentos um carácter político de contestação e activismo social, conseguindo aproximar-se de uma acção conjunta com movimentos de trabalhadores ou movimentos sociais.

As mobilizações dos estudantes brasileiros, historicamente, iniciaram e apoiaram-se na questão da autonomia universitária, principal demanda das lutas do quotidiano estudantil. Actualmente, essa demanda continua sendo fonte de organização, mobilização e acção estudantil, de forma a questionar os futuros e interesses dessas reformas, no sentido da manutenção da autonomia universitária e ampliação democrática na universidade.

O movimento estudantil actual – em âmbito global - apresenta a novidade não a nível de um novo movimento social, mas como um actor que tem capacidade de se rearticular de acordo com os contextos históricos, económicos e políticos, recriando e resignificando símbolos de luta, engajando-se em novas formas de fazer política. A identidade colectiva assume particular importância pois é através dela que se gera a resistência contra os projectos dominantes de construção da nação, desenvolvimento e repressão, com actores sociais mobilizando-se em torno diferentes práticas e estratégias, vinculadas à cultura (Alvarez, Dagnino & Escobar, 2003).

Mediante a recente emergência dos movimentos estudantis, através de greves e ocupações (não somente no Brasil em 2007, 2008 e 2009, mas na Europa também – em especial na Espanha, em 2007 e na Itália, em 2008), é necessário contextualizá-los

em termos de movimentos sociais, na tentativa de compreender não somente as dinâmicas internas do movimento, mas também a sua relação com a economia global. Na América Latina, a tendência seria observar os movimentos estudantis na sua relação com o Estado e as políticas para educação, como formas de protesto directo.

3.1. HISTÓRIA E ACTUALIDADE DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

Quando falamos do movimento estudantil, falamos de um objecto que se confunde com a própria história da universidade. É através dessa afirmação inicial que vemos as diversas manifestações e mobilizações estudantis ao longo da história, sempre relacionadas com a dimensão histórico - político das lutas sociais. Isso quer dizer que, “desde o nascimento da universidade, actos de resistência e rebelião dos estudantes têm tido profundos impactos nas estruturas políticas e na história de muitos países: hoje, as acções dos estudantes continuam a ter efeitos directos nas políticas institucionais de educação, nacionais e internacionais (Boren, 2001). Através da história, os estudantes catalisaram a reforma educacional local em estruturas políticas transformadas em mais do que algumas instâncias formadoras do *coups d'état* (idem).

A perspectiva histórica dos manifestos estudantis, desde a criação das primeiras universidades no Período Medieval até à actualidade, em várias partes do mundo, demonstram o carácter de especificidade que esses movimentos possuem – relativos às transformações das reformas universitárias e aos contextos nacional e internacional – observando que, as lutas e conflitos dos estudantes nas universidades resultam num realinhamento do poder local, no desenvolvimento de privilégios dos estudantes universitários e no aumento do poder da universidade sobre a cidade (Idem). O posicionamento dos estudantes, então, é definido de acordo com as relações de poder, bens materiais e classes de cidadãos, que podem reflectir-se institucional, politicamente ou em mudanças sociais. Da mesma forma, observa-se que as raízes dos protestos estudantis estão nos protestos das universidades no período medieval, de forma que, quando os estudantes se organizam, eles não apenas se definem a si mesmos, como também reinventam os seus quadros e vão para além deles, articulando instâncias específicas, mostrando os seus desafios e a sua força.

A necessidade da adoção de um ponto de vista histórico para a análise do movimento estudantil diverge das interpretações de influência funcionalista e da psicologia social, presentes nas análises dos movimentos estudantis na década de 1960, sobretudo, nos Estados Unidos, que interpretaram a emergência estudantil como uma *intergenerational battle*, uma revolta edipiana dos filhos contra seus pais (Boren, 2001; Barker, 2008). Essa explicação, principalmente, por conta de seu carácter a-histórico, não responderia por que foi a partir de 1964, e nos campus universitários, que os jovens se mobilizaram, dado que, os impulsos edipianos seriam presumidos como universais, passíveis de ocorrer em qualquer tempo e lugar. Assim, ao romper com as perspectivas de ruptura geracional - *generational oedipal drivers*, proveniente da análise psico-social de Lewis Feuer (Boren, 2001) – o carácter histórico dos movimentos estudantis emerge de forma a considerar as especificidades do contexto, alterações da economia e do ensino em várias partes do mundo.

Um dado importante, que contextualiza os anos 1960, é que, sobretudo, na Europa, mas, conjuntamente com Estados Unidos e América Latina, houve um aumento significativo do número de estudantes nos sistemas de ensino e, em especial, no ensino superior (Hobsbawn, 1995). Aumentou-se a necessidade da formação de quadros de administradores, professores e técnicos, para o serviço público e para profissões especializadas, os *white-collars*, que, juntamente com a necessidade e exigência do mercado de trabalho, buscavam maior qualificação profissional. Nesse mesmo período, foi, também, significativo o aumento do número de estabelecimentos de ensino e universidades pelo mundo, que praticamente duplicou, muito embora esse facto esteja também atrelado à independência das ex-colônias, cujos Estados nacionais procuraram criar novos centros de formação, em separado dos centros das antigas metrópoles (Idem). Nesse sentido, devido às demandas impostas à universidade, o ambiente dos campus universitários mantinha os estudantes praticamente isolados ou no interior das cidades universitárias, possibilitando, assim, uma comunicação de ideias e experiências entre as fronteiras existentes, promovendo uma rápida e fácil comunicação, articulando as inquietações ao nível nacional e internacional, e expressões do descontentamento político e social¹⁵ (Idem). A articulação do

¹⁵ Quanto à relação da proximidade dos estudantes no ambiente universitário e politização, observamos que alguns estudos recentes têm vindo a realçar esse ponto, no sentido de explicar a construção do quotidiano dos movimentos estudantis. Bebiano (2003, 2006), Bebiano & Estanque (2007), Cardina

movimento iniciava-se localmente, no interior das universidades, entretanto, a comunicação transfronteiriça permitiu que houvesse uma expansão nacional, da qual factos pontuais acabaram, ou por construir um movimento mais amplo – aproximando-se das classes trabalhadoras – ou, um movimento mais restrito – constituído apenas por estudantes.

Durante os anos 1960, sobretudo na primeira metade da década, houve manifestações de resistência estudantil por todo o globo: Coreia do Sul, Japão, China, Indonésia, Índia, França, Alemanha, Portugal, Holanda, República Checa, Turquia, África do Sul, Estados Unidos e América Latina¹⁶. Esses manifestos constituíram-se de forma variada, revelando perspectivas interessantes de acção colectiva, que desafiariam os limites da democracia, a sociedade de consumo e o anti-imperialismo, revitalizados com ideologias variadas, não restritas apenas às conhecidas ideologias de esquerda. O movimento do Maio de 1968 articulou, também, os conflitos do desenvolvimento da sociedade capitalista e das políticas dos Estados nacionais, juntamente, com as aspirações dos jovens e estudantes ao socialismo ou a uma outra proposta de sociedade, configurando-se, paulatinamente, numa *luta que extrapolaria os limites da universidade*.

Entretanto, com a emergência de outros movimentos estudantis pelo globo, na mesma época, observa-se que, anteriormente a 1968, o movimento estudantil não teve uma preocupação na associação com o movimento dos trabalhadores, demandando também outras questões, de carácter político e cultural - ideológico. Nos Estados Unidos, em 1964, o movimento estudantil iniciou-se com factos pontuais e locais, se articulando com movimentos sociais, como o Free Speech Movement (FSM), em luta por direitos civis e liberdade de expressão (Barker, 2008: 58). O movimento cresceu ao desafiar os diferentes níveis de autoridade na universidade, principal demanda do movimento, partindo também para uma crítica à sociedade norte-americana e procurando expandir o seu contingente à opinião pública, rejeitando velhas ideologias, mas sem uma nova ideologia definida, o que permitiria, tanto novas acções do movimento, como também o seu declínio. Como o FSM ficou restrito ao interior da

(2007, 2008), Estanque (2003, 2008) observam como as Repúblicas da Universidade de Coimbra contribuíram para o activismo quotidiano do movimento estudantil, e mesmo, para a crítica ao Regime Salazarista, em Portugal, na década de 1960.

¹⁶ Sobretudo na República Dominicana, Venezuela, Colômbia, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Peru e Venezuela (Boren, 2001).

universidade, outras formas de movimentos começaram a ganhar corpo entre os estudantes, como os movimentos de oposição à guerra do Vietname, de mobilização nacional e menos restrita às camadas estudantis, mas disperso na juventude.

Da mesma forma, na Alemanha, em 1965, o movimento começou local e pontualmente, na Universidade Livre de Berlim, quando foi proibido, pelas autoridades universitárias, o uso do espaço universitário para actividades políticas, ampliando a perspectiva para o protesto contra as políticas de guerra norte-americanas no Vietname e Médio Oriente. Dessa incorporação de protestos, resultou o APO (Extra Parliamentary Movement). Os protestos, maioritariamente estudantis, cresceram de forma a resultarem numa repressão violenta do Estado, gerando a morte do estudante e activista Rudi Dutschke em Abril de 1968 e de mais dois activistas nos protestos de Maio. No contexto alemão, o movimento estudantil manteve poucas relações com o movimento dos trabalhadores, apoiando-se nas ideias de que o movimento operário não tinha mais a capacidade de reagir como um sujeito revolucionário, devido às transformações e novas configurações objectivas da sociedade capitalista – apoiados ideologicamente em Herbert Marcuse e Franz Fanon - atribuindo assim, aos estudantes, o papel de uma nova classe revolucionária (Idem: 64).

O movimento do Maio de 1968, sobretudo acerca das manifestações ocorridas na França, apresentou dois tipos de crítica à sociedade capitalista: a crítica artística e a crítica social (Boltanski & Chiapello, 1999). Na primeira crítica, o capitalismo é entendido, como uma fonte de opressão à liberdade e à autonomia, por gerar desencantamento; enquanto isso, a crítica social designava o capitalismo como uma fonte de misérias e desigualdades, oportunismo e egoísmo, resultando na destruição dos laços sociais e comunidade solidária. As ideias defendidas nesse período estiveram relacionadas com essas duas críticas através dos estudantes e trabalhadores, respectivamente (Idem). Essencialmente na França, com os trabalhadores da Renault, e na Itália, com os trabalhadores da Fiat, o movimento estudantil procurou a sua consequente articulação com o movimento dos trabalhadores (Barker, 2002), mas, a desunião das classes, marcado, em especial, pelo receio dos trabalhadores relativamente a estudantes e ao esquerdismo das centrais sindicais, manteve o movimento em âmbito local. Além disso, essa desarticulação possibilitou ganhos da direita no poder político, o que fez com que os movimentos não conseguissem unir

eficazmente as suas demandas, nem mesmo estabelecer a ligação entre o público em geral, expandindo os limites das críticas e contando com uma base popular mais geral, não se restringindo aos trabalhadores automobilísticos e estudantes universitários (Boltanski & Chiapello, 1999).

As especificidades do movimento estudantil francês de 1968 conferem um carácter de aproximação dos estudantes aos trabalhadores, de forma a ensaiar a saída do movimento estudantil dos “muros da universidade”, ampliando as suas ideologias e perspectivas de emancipação, assumindo-se como um actor histórico da sociedade, “a fim de conquistar o controlo dos instrumentos e dos efeitos da mutação social, combatendo contra um ou vários adversários empenhados num esforço semelhante e antagónico” (Touraine, 1972: 98). O movimento começou por tentar estabelecer uma ligação com os militantes operários, no sentido de encadear uma acção política mais ampla, mobilizada localmente nas greves das universidades e das fábricas. Entretanto, na medida em que o movimento estudantil se reduz à crítica artística (Boltanski & Chiapello, 1999), denotando uma acção apenas expressiva, o resultado político poderia levar a um caminho não desejado pelo movimento – como a marginalidade ou a subversão da ordem social – que em nada contribuiria para a resolução dos problemas de gestão e direcção política da sociedade, ainda que a sua acção se caracterize por ser dirigida deliberadamente contra o adversário e não tenha estabelecido, antes de mais nada, uma comunidade estudantil (Touraine, 1972).

Essa dificuldade na articulação da acção colectiva, notada, primeiro, na dificuldade expansão e articulação do movimento estudantil com o movimento dos trabalhadores, depois, na separação das críticas e ideologias conservadas por ambos, remete-se à articulação das práticas e subjectividades de classe, implicadas não apenas pela incidência da estrutura social sobre a consciência de classe ou a origem de classe, mas contando principalmente com processos de natureza contextual e histórica. No caso, “a consciência de classe dependerá de mais redes primárias de identificação, das distâncias simbólicas e subjectivas criadas pela socialização política dos indivíduos e das condições macro-sociais e conjunturais”, sendo assim “uma consciência de classe activada de forma mais contingente e que flutuará conforme os problemas em jogo e as redes sociais estabelecidas” (Estanque, 1997: 214). Com isso, as atribuições subjectivas sobre a consciência de classe implicam uma acção colectiva que não

existiria, meramente, através da acção comum dos indivíduos, mas por uma identificação subjectiva de classe, de membros que compartilhem uma mesma “situação de classe” - aquilo que Weber identificou como “uma acção entre membros de diferentes classes”.

Do ponto de vista da estrutura de classes, essa diferenciação subjectiva dá-se através de posições diferenciadas no processo produtivo e de diferentes posicionamentos de capital cultural, operando uma diferenciação no nível da associação de classe e da acção colectiva. O posicionamento de status e aquisição de bens culturais é determinante para a diferenciação crítica dos movimentos estudantis e de trabalhadores, facto esse que, nas lutas práticas do quotidiano, no contexto francês, conseguiu ser trabalhado no sentido positivo de construção de um amplo movimento, mas que, não necessariamente se configura como uma constante da relação entre ambos os movimentos. Os estudantes, enquanto analisados do ponto de vista do mercado de trabalho, desfrutam de lugares contraditórios de classe (Wright, 1989), em que podem assumir posições congruentes ou antagónicas, dependente do contexto histórico. Contudo, essa questão caminha para a demonstração da força e dos desafios dos movimentos estudantis e de trabalhadores em unir as suas lutas, no sentido de se oporem à hegemonia do sistema capitalista e abrirem novas perspectivas de acção colectiva e emancipação social.

Nos movimentos seguintes - que contaram com a participação de estudantes, no ciclo de manifestos no período de 1968 a 1981, em vários países, como Chile, Portugal, Irão e Polónia – conota-se a inspiração para o avanço socialista em contraposição à hegemonia das relações capitalistas, operando transformações de abertura dos governos nacionais à perspectiva democrática (Barker, 2002). Nesse sentido, a resistência estudantil possibilita avanços em termos da participação política de jovens e cria inúmeras formas de participação e activismo estudantil que se desenvolvem na segunda metade do Século XX: o anti-imperialismo e descontentamento com a sociedade de consumo, na Europa; a luta contra o regime comunista na Europa do Leste; a luta por direitos civis, nos EUA; e a luta contra a Ditadura Militar no Brasil e na América Latina.

A particularidade dos movimentos estudantis latino-americanos residiria, portanto, numa maior definição da orientação política e em actividades passíveis de recurso à violência com uso generalizado da repressão policial pela pessoa dos governantes das nações (Boren, 2001). Assim, no Brasil, observa-se que o movimento estudantil se desdobrou fortemente no período da década de 1960, principalmente, através do seu conflito contra a Ditadura Militar e do seu carácter repressivo, implicando uma abertura do sistema político para a participação democrática. O movimento estudantil é um dos actores envolvidos no processo de transição para a democracia, procurando-a através da liberalização, do reconhecimento dos direitos individuais, e da democratização, com o estabelecimento da cidadania como mínimo para a participação (Cohen & Arato, 1992). Assim sendo, a organização da sociedade civil pauta-se pelo direito a existir, reconhecendo a capacidade para a deliberação de assuntos comuns e actuar no público em defesa de interesses. A criação de novos contextos de aprendizagem democrática e de reivindicações políticas delineiam as mobilizações populares – diferentemente dos movimentos de massa característicos do populismo anterior. A repressão do regime autonomizaria o Estado, despolitizaria e privatizaria a sociedade, criando uma esfera pública manipulada e controlada, em que, as possibilidades de mobilização política e de aproximação da Sociedade Civil com o Estado estariam nas oportunidades oferecidas pelas eleições aos partidos políticos (Idem). A sociedade civil é, então, afectada pelos regimes não -democráticos, aumentando a exclusão social e as diferenciações de poder, em termos de recursos materiais, políticos e culturais, para além das suas fronteiras com o Estado ficarem ofuscadas (Alvarez, Dagnino & Escobar, 2003).

Quanto ao movimento estudantil brasileiro e à sua relação com a Ditadura Militar, pode dizer-se que, de 1962 a 1979, há pelo menos quatro fases de acção do movimento estudantil, marcadas sempre pela perspectiva de democratização e participação social (Martins Filho, 1998). A primeira, de 1962 a 1964, refere-se a inserção do movimento nas campanhas reformistas do período populista; a segunda, de 1964 a 1968, identifica-se com as lutas de resistência contra o projecto de reforma educacional e repressão do regime militar, juntamente com os actos públicos de 1968; a terceira, de 1968 a 1977, foi uma fase silenciosa, de pouca mobilização e organização estudantil; e, finalmente, de 1977 a 1979, uma quarta fase, pautada por motivações e protestos pelo fim da ditadura e contra a repressão policial, culminando na

participação do movimento, em 1984, nas “Diretas Já”, pela Constituição Federal de 1988 e pelo Impeachment do Presidente da República, Fernando Collor de Mello, em 1992 (Idem).

A mobilização estudantil anteriormente aos anos 1960 e, sobretudo, até 1968, esteve sempre muito ligada à UNE, criada na década de 1930¹⁷, que desde o seu início, conta com a participação de estudantes de diversos cursos por todo o Brasil, apontando assim, para a perspectiva de uma organização autónoma e nacional dos estudantes (Poerner, 1968). O início da entidade pode ser referenciado como um momento de integração de estudantes de vários cursos, demonstrando a vanguarda dos estudantes de cursos tradicionais - letras, engenharias, medicina, e, maioritariamente, estudantes de direito, que poderiam mais facilmente criar normas e estatutos para a entidade. Não menos importante foi o fomento, através da construção dessa entidade, de maior discussão de pontos políticos centrais da nação e da política, ou mesmo, acerca de ideologias disseminadas entre os estudantes, possibilitando uma discussão política muitas vezes influenciada por correntes filosóficas e políticas internacionais, como o anarquismo, o trotskismo e o maoísmo (Idem).

Através da história da UNE é que se pode entender um pouco mais da participação política dos estudantes, grupos políticos e ideologias, compreendendo as influências políticas dos estudantes na construção do campo político brasileiro (Filho & Machado, 2007) e, sobretudo, em torno das suas acções colectivas. Foi por meio da organização estudantil que a entidade desenvolveu o seu carácter político, de oposição e crítica, principalmente, ao regime militar, expressando dessa forma o panorama de rebeldia, contestação e silenciamento no pós-68 – embora as suas lutas, do ponto de vista institucional, estivessem quase sempre encadeadas com o problema da reforma universitária. A pluralidade estudantil da organização reflectia-se, politicamente, na participação de diversos partidos e grupos da esquerda brasileira: PCB (Partido Comunista Brasileiro, PC do B (Partido Comunista do Brasil), POLOP (Política Operária), AP (Acção Popular), entre outros, sendo, através desses grupos políticos que os estudantes organizados conseguiram construir uma praxis contra a ditadura

¹⁷ No que concerne a construção da UNE, esta deu-se, paulatinamente, através de congressos entre os estudantes de todo o Brasil: “1º congresso da Juventude Operária-Estudantil” em 1934 no Rio de Janeiro, o “1º Congresso Nacional de Estudantes”, em 1937 no Rio de Janeiro (Consta desse congresso a data de fundação da UNE, na Casa do Estudante a 13 de Agosto de 1937); e o “2º Congresso Nacional de Estudantes”, em 1938 no Rio de Janeiro (Poerner, 1968).

militar. A luta contra a reforma universitária, entre 1958 e 1968 coloca, também, em questão “o papel da universidade na sociedade brasileira, a busca da autonomia universitária, a estrutura organizacional das instituições universitárias” (Idem: 85). A UNE delinear-se, nesse período, como uma entidade que abraçaria, na década de 1960, uma “nova visão sobre a relação entre estudantes e classes trabalhadoras, abandonando aquele populismo de outrora” (Idem: 250).

Não obstante, a resposta do regime militar à organização política da sociedade civil e ao movimento estudantil culminou na violência – que não se restringiu aos sectores politizados - resultando na repressão dos estudantes e na clandestinidade da UNE. O ponto alto da violência policial contra os estudantes, 1968, esteve, sobretudo, relacionado com alguns episódios pontuais - não menos importante do que outros, mas que provocaram um maior alerta da opinião pública: a morte do estudante Edson Luis, em Março, no restaurante do Calabouço – RJ, no decurso de um protesto contra o aumento de preços das refeições; a Sexta-feira Sangrenta, no Rio de Janeiro, em Junho, devido a um protesto contra a violência do regime, contando com a adesão de populares; o conflito entre os estudantes paulistas pró e contra o regime, na rua Maria Antônia; o encerramento do XXXº Congresso Nacional da UNE em Ibiuna-SP, a prisão dos estudantes e clandestinidade da organização, em Outubro do mesmo ano (Valle, 2007). A proximidade desses factos e o abatimento que produziram sobre o movimento estudantil é evidente, a que se segue, de Março a Outubro, a procura pelos estudantes de formas mais efectivas de se organizarem, sendo o momento do encerramento do congresso, um grande golpe ao movimento, funcionando praticamente como um “divisor de águas” na organização estudantil, assinalando um momento de ruptura, do movimento memorável das décadas anteriores, para um movimento silenciado e calado para as décadas seguintes.

A participação política estudantil por meio da UNE marca a época dos anos de confronto e protesto estudantil contra o regime militar, de forma que, a referência desse momento se estende para os períodos subsequentes, como símbolo da luta política brasileira. Assim, observa-se que os grupos políticos e ideológicos possuem um importante papel no desenvolvimento da acção colectiva estudantil, que se mobiliza de acordo com as possibilidades abertas pela conjuntura política. A partir dessa disputa de grupos pode-se compreender as disputas no interior da estrutura de classes, de forma

que os estudantes desse período possibilitaram que, através de discussões locais, tornadas nacionais, sobre a reforma universitária e as condições de infra-estrutura do ambiente universitário, se conseguissem importantes mobilizações sociais e manifestos contra a ditadura militar (Filho & Machado, 2007). A UNE configurou-se, portanto, como um instrumento de organização e luta estudantil contra o regime, proporcionando inúmeras experiências de lutas à esquerda, aos estudantes e à classe trabalhadora, sofrendo, também, a perseguição política, ideológica, e criminal do governo (Idem).

Nos anos que se seguiram, o movimento enfrentou a desarticulação e a tentativa de reestruturação, resultando em motivações pelo fim da ditadura, campanhas de libertação dos estudantes presos, protestos contra a repressão policial. Isso implicou, também, uma restrição das actividades do movimento, ao campo das actividades militantes (Martins Filho, 1998). Gerou novos parâmetros de acção, sobretudo, do ponto de vista das acções colectivas da classe média: “O ponto crucial a destacar é que esse esgotamento precoce deu-se antes de se tornarem visíveis uma série de processos aos quais em geral se alude para explicar os novos limites do movimento estudantil, entre os quais se destaca o aparelhamento das entidades estudantis pelos partidos de esquerda ou a moderação da classe média, satisfeita com o ritmo gradual de abertura política” (Idem: 21). Da mesma forma, mantiveram-se e expandiram-se as organizações políticas estudantis no interior do movimento – AP, MR-8 (Movimento Revolucionário Oito de Outubro), PCB, PC do B, Ação Popular Marxista-Leninista e correntes trotskistas como Democracia Socialista, Convergência Socialista, Liberdade e Luta, entre outros – colaborando para a reconstrução da entidade estudantil, e no apoio político de abertura democrática do país, ainda que não acompanhe a esquerda numa luta democrática mais avançada (Idem: 23). A classe média, os estudantes e as formas de produção cultural haviam passado por “extensas e intensas transformações”, entretanto, a cultura militante da esquerda estudantil impediu o questionamento do porquê da não adesão das massas estudantis às propostas de participação democrática, restringindo o movimento a acentuada ritualização das actividades estudantis e o aparelhamento da UNE e outras entidades estudantis (Idem). Como resultado desse fechamento e restrição do movimento, este acaba por se diluir e “ficar pelo meio do caminho” nas campanhas de democratização, participando, não mais como um agente específico, mas como um dos agentes

intervenientes nas mobilizações e manifestações sociais pela abertura democrática e criação da Constituição de 1988.

Actualmente, mediante a retoma dos movimentos estudantis no Brasil, através de greves e ocupações, é estabelecida a relação entre as dinâmicas internas das universidades e o processo de reforma universitária com as alterações nos modelos do capitalismo contemporâneo, nomeadamente, o neoliberalismo, procurando compreender, em termos de América latina, a tendência dos movimentos estudantis na contraposição com o Estado e as políticas para educação, e a construção das formas de protesto à essas políticas. O exemplo do movimento estudantil brasileiro recente constitui-se na prática revisitada das ocupações de espaços académicos e Reitorias das universidades, cruzando as práticas históricas com as práticas actuais – dos movimentos estudantis aos movimentos sociais contemporâneos. Além disso, também estão marcadas as saudosas memórias do período de luta contra a Ditadura Militar, rememorada pelas comemorações de 40 anos do 1968 brasileiro e seus principais factos, presentes nos temas de recepção dos caloiros de 2008 em muitas universidades brasileiras, sobretudo na USP, UNESP e UNICAMP. Portanto, afirmamos que as lutas históricas dos estudantes estão referenciadas, na actualidade, na subjectividade dos estudantes, mesmo que esses tempos sejam remotos, vividos por gerações anteriores, ou mesmo afastados espacialmente: a memória de 1968 e das grandes mobilizações estudantis por todo o globo, nesse período - “ano dos estudantes” - é a referência que fica na actualidade dos movimentos, não pela vivência dos estudantes, mas pela imaginação colectiva construída historicamente. Finalmente, vale a pena pensar os efeitos do neoliberalismo, a redução do modelo de Estado e no desafio que se coloca à universidade de resistir ao modelo inscrito no projecto de reforma universitária actual, debatendo o modelo de universidade que se pretende. Nas greves de 2007 nas universidades paulistas e por todo o Brasil – traduzidas em ocupações e mobilizações contra o REUNI, faltou aos Reitores e a muitos docentes pensarem na universidade e na sua relação com a autonomia universitária, reforma e neoliberalismo. Coube, portanto, à *praxis ofensiva* do movimento estudantil esse papel, desafiando a “democracia” universitária a dar provas da sua existência de facto (Pinassi, 2007).

Dito isso, observaremos, então, o processo de construção da demanda da reforma e da defesa da autonomia universitária, procurando ressaltar os principais

projectos de reforma e a articulação estudantil actual no seu combate. Assim, se podem relacionar a construção histórica dessa demanda e os desenvolvimentos actuais desse problema, no sentido de iniciar o debate acerca das mobilizações e manifestos estudantis actuais.

3.2. - AUTONOMIA E REFORMA UNIVERSITÁRIA

Desde a génese das universidades brasileiras, a autonomia e os projectos de reforma universitária nortearam grande parte das discussões dos estudantes no interior da universidade. O projecto de formação de elites administrativas e ascensão das classes médias, mediante a obtenção do diploma – como se deu na USP -, vinculou-se, desde o início da universidade, como regra geral dos grupos e classes sociais presentes. Não obstante, através do viés de classe, pode-se observar como se constrói a demanda pela autonomia universitária e as suas implicações na acção colectiva estudantil. Inicialmente, os primeiros professores da USP tinham consciência do intuito da construção da USP na formação das elites brasileiras (Lèvi-Strauss, 2002), observando a formação de uma *coterie* – que segundo Marx, seria uma parte da pequena - burguesia em uma fracção republicana, com interesses comuns, com uma certa independência de situação de classe – com o sentido de demonstrar a possibilidade de independência de classe desses estudantes (Ferreira, 2003). A “independência de classe” observada diz respeito à relação da formação do grupo republicano da Família Mesquita e sua consciência de independência dos processos sociais de produção e reprodução social. Entretanto, cada grupo económico, de acordo com a estrutura económica, tem, desde seu desenvolvimento, a formação de grupos intelectuais, que formam um grupo de privilegiados, mas que se julgam autónomos da estrutura social, ou seja, intelectuais tradicionais, cuja distinção se daria, portanto, através das funções intelectuais e não por meio das actividades humanas (Gramsci, 1978).

Historicamente, a fundação da USP, em 1930, e a formação da *coterie* universitária deu-se num período posterior aos primeiros debates sobre a Autonomia Universitária, inicialmente, relacionada na América Latina, com a separação da

universidade da Igreja Católica através do Manifesto de Córdoba, em 1918¹⁸, alvo de muitas manifestações estudantis, na Argentina e no Chile, demarcando as revoltas dos estudantes contra as autoridades universitárias (Cangas, 2004). Esse movimento de Córdoba também define um paradigma de universidade pública, laica e democrática, gerida por estudantes e professores, com independência face à Igreja e ao Estado, e aberta aos problemas da sua época, influenciando outros movimentos estudantis em toda a América Latina (Bianchi, 2008).

Quanto à universidade brasileira, ela nasce com a ideia de autonomia no seu interior, num período de estado laico, baseando-se no modelo do ensino francês iluminista (numa época em que, na França, essa ideia já está em declínio) (Ribeiro, 1978) e no modelo de tradição de algumas universidades europeias, em questões de rituais acadêmicos e vestes – modelo copiado da Universidade de Coimbra, que na época, era uma das universidades mais arcaicas da Europa, embora cultuasse a “respeitosa tradição histórica da universidade escolástica” (Santos & Filho, 2008: 97).

As leis e decretos de criação das primeiras universidades brasileiras, entre o período de 1930 a 1945 são, fundamentalmente, baseadas no princípio centralizador, tratando-se “de adaptar a educação escolar a directrizes que vão assumir formas bem definidas, tanto no campo político quanto no educacional, tendo como preocupação desenvolver um ensino mais adequado à modernização do país, com ênfase na formação de elite e na capacitação para o trabalho” (Fávero, 2006: 6) ¹⁹. Nesse momento, a autonomia universitária é ainda um projecto em curso, principalmente, devido às ameaças de centralização e autoritarismo do Estado Novo, após 1935,

¹⁸ O Manifesto de Córdoba dá-se no momento em que, as elites intelectuais latino americanas começam a ter consciência do carácter perpetuador do seu atraso em relação às outras nações, e das responsabilidades sociais da universidade, reclamando um grau de modernização que torne a universidade mais democrática, eficaz e actuante (Ribeiro, 1978). Assim, a Reforma de Córdoba garantiria: co-governo estudantil; autonomia política, docente e administrativa da universidade; eleição dos mandatários da Universidade por assembleias representadas por professores, estudantes e egressos; selecção do corpo docente através de concursos públicos, assegurados de ampla liberdade de acesso ao magistério; fixação de mandatos com prazos para o exercício da docência; gratuidade do ensino superior; responsabilidades políticas da universidade com a nação e em defesa da democracia; liberdade docente; cátedras livres e ministrar cursos paralelos; livre frequência das aulas.

¹⁹ A proposta de criação da USP surge com os seguintes propósitos: “ a) promover, pela pesquisa, o progresso da ciência; b) transmitir, pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito ou sejam úteis à vida; c) formar especialistas em todos os ramos da cultura, bem como técnicos e profissionais em todas as profissões de base científicas ou artísticas; d) realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e artes por meio de cursos sintéticos, conferências e palestras, difusão pelo rádio, filmes científicos e congêneres. (art. 2º)” (Fávero, 2006).

entretanto, a criação da Universidade do Distrito Federal (UDF) estabelece directrizes acerca da autonomia universitária, na medida em que foi apresentada uma definição “precisa e original” das funções da universidade e “prevê os mecanismos que se fazem necessários, em termos de recursos humanos e materiais, para a consecução de seus objetivos” (Idem: 7). Apesar da previsão de uma autonomia universitária nesse período, as condições políticas impossibilitaram essa consolidação, já que a centralização do ensino, em padrões nacionais, implicaria, também, uma tutela em relação à liberdade política e intelectual das universidades. Com criação da Universidade do Brasil (UB), em 1945, o Ministério da Educação sanciona a autonomia “administrativa, financeira, didática e disciplinar”, com a nomeação dos Reitores seja pelo Presidente da República, dentre os eleitos de votação do Conselho Universitário, autonomia esta, que não chegou a ser implementada de facto (Idem: 8). Nos anos subsequentes, a discussão dos sectores universitários – professores e estudantes - sobre a autonomia inicia-se, primeiro, através da precariedade crescente das universidades e, em segundo, através do projecto de *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, tendo como principal foco, a questão da escola pública versus escola privada. Com a criação da UNB, em 1961, há uma modernização significativa da estrutura universitária no que toca às suas finalidades e organização institucional.

A participação do movimento estudantil nesse momento dá-se através da UNE de forma densa – apesar de ser um momento em que a organização ainda se está inserindo nacionalmente entre os estudantes. Através da UNE, os estudantes vêm combater o carácter arcaico e elitista das universidades, discutindo as questões de autonomia universitária, proporcionalidade representativa nas instâncias democráticas no interior da universidade, regime de trabalho em tempo integral para os docentes, ampliação das vagas no ensino público e flexibilidade da organização de currículos (Fávero, 2006). Nesse período, a UNE articula as questões da Reforma Universitária, com a conjuntura global.

Entre 1964 e 1967, o movimento estudantil discute as questões da revogação dos Acordos MEC/USAID²⁰ e da Lei Suplicy²¹. O ataque da segunda deu-se

²⁰O Acordo MEC – USAID foi assinado em 25 de Julho de 1966, entre o Ministério da Educação e Cultura do Brasil e a United States Agency for International Development, buscando a acessória internacional para a modernização administrativa das universidades brasileiras.

directamente à organização estudantil pela UNE, não afectando a sua capacidade representativa e organizativa desse período, já que os estudantes continuavam organizados no interior das universidades, em organizações livres e não oficiais. Os Acordos MEC/USAID implicaram reformas em todos os segmentos do ensino brasileiro, com o apoio de uma instituição americana, procurando aperfeiçoar o ensino brasileiro nos moldes americanos, financiados por empréstimos do BID e do FMI.

A ameaça de autonomia universitária também está relacionada com esse momento de reestruturação do modelo de ensino superior brasileiro. Segundo o Relatório Atcon da USAID, os custos sobre o ensino superior brasileiro deveriam ser equitativamente divididos entre a instituição e o próprio aluno, impedindo o acesso das camadas mais pobres da população à universidade, fazendo com que se tornasse mais elitista o ensino nesses moldes de reforma universitária²². Consequentemente, o ataque do governo não se restringiu somente à estrutura do ensino superior, mas também ao próprio movimento estudantil, criando o Movimento Universitário para o Desenvolvimento Econômico e Social (MUDES), atrelado ao governo e com o objectivo de esvaziar o protesto e a acção social dos estudantes, procurando “canalizar” o idealismo estudantil para o trabalho voluntário e apolítico²³. Devido a esses ataques à universidade, a reforma encontrou uma forte resistência por dois lados, por parte da oligarquia conservadora no interior da estrutura universitária e a reacção dos movimentos estudantis de esquerda, que culminam em passeatas de rua, “justificando”, para o governo, o AI-5 a partir de 1968 (Santos & Filho, 2008).

Com esse projecto de reforma universitária de 1968, a autonomia do pensamento das universidades foi colocada a prova, ameaçada pela tutela exterior à universidade e, por se considerar o radicalismo intelectual como factor nocivo à sociedade, em que a oligarquia académica procura isolar o jovem da reconstrução da sociedade (Fernandes, 1975). As constatações têm como ponto transversal a ideia de autonomia, constituída na formação da universidade brasileira e ampliada de forma a

²¹ Lei Nº 4.464, de 9 de Novembro de 1964, que sanciona a disposição dos órgãos de representação estudantil e suspende as actividades da União Nacional do Estudantes, permitindo apenas agremiações recreativas ligadas ao Estado e substitui-a pelo Diretório Nacional dos Estudantes. (Grupo de Estudos Sobre a Ditadura, Disponível <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/legislacao/357.pdf>, 02/05/2009).

²² *Para não esquecer: Massacre da Praia Vermelha*, Estudante.net, Disponível http://www.une.org.br/home3/opinioao/artigos/m_10704.html (04/05/2009)

²³ Idem.

“designar um estado de espírito de participação independente, mas responsável” (Idem: 27). Como resultado, a reforma universitária de 1968 foi incompleta, mantendo o pior do velho regime e trazendo o que havia de menos interessante no modelo americano, organizando um sistema de ensino desestruturado e incongruente consigo próprio (Santos & Filho, 2008).

Na década seguinte, na tentativa de corrigir alguns dos erros anteriores, foram implementados uma rede de pós-graduação e um sistema de avaliação pública da educação universitária através da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), com o apoio de novas agências de fomento à pesquisa, como o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Não obstante, na década de 1980, mediante a crise económica da América Latina, o sistema federal de ensino passou por um período de “subfinanciamento, caos administrativo, crise de autoridade, desvalorização social, manifestos em longas, frequentes e frustrantes greves de estudantes, docentes e servidores” (Idem: 100).

O Artigo 207 da Constituição Federal de 1988²⁴ consagra o princípio de autonomia universitária plena – ainda que este seja de carácter polissêmico e vinculado à experiência histórica (Sampaio, 1998) - mas que, estabelece os vínculos e limites das universidades perante o governo estadual e federal (Ranieri, 1994), principalmente no seu carácter político e económico, mas que afirmaria o poder do Estado enquanto instituição subordinadora. O objectivo da definição desse artigo está em encontrar os limites dos fins aos quais as universidades se destinam, sobretudo, em termos de gestão de recursos públicos, definindo a autonomia em quatro termos: a *autonomia didático-científica*, a *autonomia administrativa*, a *autonomia de gestão financeira e patrimonial* e, o *regime jurídico*²⁵. A autonomia didático-científica garante a plena liberdade das universidades em definir currículos e cursos, de graduação, de pós-graduação e extensão universitária; também, define as linhas e mecanismos para a pesquisa, além de garantir a autonomia perante os conselhos nacionais e estaduais de educação, conselhos profissionais e de pesquisa, podendo esses órgãos, avaliar e opinar os

²⁴ Tal artigo postula: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. § 1º - É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. § 2º - O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica.”

²⁵ Schwartzman, Simon (1988). *A Autonomia Universitária e a Constituição de 1988*. Simon's Site, Disponível <http://www.schwartzman.org.br>, (04/05/2009)

trabalhos desenvolvidos pelas universidades. A autonomia administrativa, por sua vez, pressupõe a organização interna das universidades, que cria os seus próprios estatutos, planos de carreira, sistemas de créditos e departamentais. Em terceiro, a autonomia de gestão financeira e patrimonial define o orçamento e a liberdade de realojamento de recursos entre os campos necessários, assinalando que as universidades podem construir património próprio, liberdade de obtenção de rendas e uso desses recursos consoante a sua conveniência. Finalmente, o regime jurídico define a “personalidade jurídica própria”, sem se confundir com os demais órgãos da administração federal, libertando as universidades do controle de órgãos formais sobre a administração pública, e também, definindo os vínculos laborais dos docentes, diferentemente do regime de contrato pela CLT e do funcionalismo público. A ampla definição de autonomia universitária, proporcionada pela Constituição Federal de 1988, através das suas directrizes principais, delimitaria a relação das universidades com o Estado e o poder público, garantido, em um sentido mais amplo, os moldes do ensino superior público e gratuito, além de definir, a estrutura universitária em seu todo. Entretanto, a polémica acerca das definições da autonomia universitária mantém-se, actualmente, presente nas discussões internas da universidade, em torno dos modelos propostos, pelo Governo Federal, acerca da reforma universitária.

O que aconteceu nos últimos 40 anos, em termos de reforma universitária, foi a consolidação um modelo diferenciado daquele proposto pela ditadura militar, mas, delineou-se, paulatinamente, um modelo de reforma que segue os desígnios da educação na América Latina desejados pelo FMI e por outras instituições capitalistas internacionais. Determinam-se os rumos que devem ser seguidos pela universidade, como uma tendência muito clara para esses países da inserção de regras de mercado na universidade, estímulo do sector privado e ofensiva privatizadora, colaborando para a luta e indefinição do público e do privado e, conseqüente, desvalorização do primeiro, além da inserção de uma lógica pragmática e produtivista inserida no campo académico.

Analisando esse problema, entende-se que o projecto actual para a universidade brasileira, encabeçado pelos governos e pelo Estado, vem a acontecer de modo incremental e apoia-se em três pontos fundamentais: acesso, pesquisa e recursos financeiros. O modelo de acesso proposto ao ensino superior busca ser

diversificado e estratificado, com novas profissões e novas instituições e, cujo financiamento pode ser público, privado ou misto, dependendo dos interesses do governo. A pesquisa universitária, por sua vez, é tratada em termos de contribuir para inovações produtivas, formação e avaliação de políticas públicas, operacionalizando o Estado e o desenvolvimento do país. Finalmente, os recursos financeiros são entendidos em termos da eficiência na utilização destes, principalmente, aumentando os controles de produtividade científica e diversificando os financiadores da pesquisa – podendo a universidade captar recursos externos para seu financiamento - por meio de metas e indicadores de avaliação (Carlotto & Ortellado, 2007).

A ligação ente a autonomia e a descentralização que se opera na esfera pública, aproxima-se da ideia liberal de “soberania do indivíduo no mercado” mas, no caso das universidades, também se aproxima do sentido do “ideário iluminista de Humboldt” acerca da autonomia do conhecimento científico produzido nas universidades (Leher, 2002: 165-6). É interessante referenciar que, na década de 1990, o sistema capitalista reformula-se, implicando a redução do papel do Estado como provedor de serviços e, a centralização do Poder Executivo para se levar a cabo as reformas neoliberais (Gohn, 2002: 91). Dessa forma, a ampliação do sistema educativo brasileiro, entre 1995 e 1999, no Governo Fernando Henrique Cardoso, representou nitidamente a demanda de competitividade no conhecimento e na informação. As directrizes de educação no Brasil nesse momento, procuraram adequar o ensino à necessidade de atender o mercado com profissionais de perfil competitivo, diferentemente do profissional tradicional, seguido de um grande problema estrutural: “as reformas dos ensinos públicos têm sido ‘copiadas’ dos modelos de reformas de empresas privadas” (Idem: 95-103).

O modelo neoliberal de reforma universitária em projecto vem enfrentando uma resistência desordenada por parte da esquerda académica, que se tornou um dos principais pontos de articulação do movimento estudantil, desde a década de 1990, discutindo os malefícios cujos moldes desse projecto poderiam gerar, resultando em problemas ainda maiores na estrutura universitária: a mercantilização do ensino superior. Se, no sentido atribuído por Marx, a mercadoria era misteriosa por “encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens”, ocultando as relações sociais entre o produto dos trabalhos individuais e dos trabalhos totais e as

relações directas entre os indivíduos e seus trabalhos, o ensino superior acabaria por seguir essas tendências de mercantilização da tecnologia e da ciência, com a intenção de uma reestruturação do ensino e da produção científica em torno das demandas exigidas pelo mercado de trabalho. Sinteticamente, “a mercantilização da tecnologia apoia-se no sistema de patentes e data da época em que elas viraram mercadorias; a mercantilização da ciência está em curso no momento, fazendo parte da essência do processo de reforma neoliberal imposto à Universidade”. (Oliveira, 2002: 28)

Para completar, observa-se que, a supremacia da lógica cognitivo-instrumental das ciências exactas, se apresenta como dominante sobre outras lógicas, como a moral-prática do direito e a estético-expressiva das artes e literatura (Santos, 1995). Haveria, portando, um momento de crise na universidade, uma crise de hegemonia, de legitimidade e institucional (Idem), que é reflectida nas funcionalidades da autonomia universitária – académica, administrativa e institucional²⁶. O foco, actualmente, estaria na crise institucional, representada pelos *Decretos*²⁷ aplicados às universidades paulistas em 2007, que ameaçariam, aparentemente, a autonomia institucional mas, em seu todo, a complexidade da autonomia universitária. Assim, a crise institucional refere-se à crise da autonomia universitária, relacionada com a redução dos orçamentos, que alterariam a posição das áreas do saber universitário, desestruturando as relações de poder no interior da instituição, dando ênfase ao discurso da produtividade académica e, principalmente, obrigando a universidade a procurar meios alternativos de funcionamento - em outras palavras, buscando meios e recursos de empresas multinacionais e transnacionais (Santos, 1995). O Estado – financiador original das instituições universitárias, garantido até mesmo pela Constituição Federal - exonera-se dessa capacidade, tornando-se mais vigilante e com maiores intromissões na aplicação dos recursos financeiros nas instituições universitárias (Idem: 219).

²⁶ Cohn, Gabriel (21.05.07), As Três faces da Controvérsia, O Estado de São Paulo.

²⁷ Sobre tais decretos, fundamentais para se compreender a progressão da greve e mesmo sua articulação prática e discursiva: “Os Decretos do Governador Serra de 01 de Janeiro de 2007 (1º. Dia de Mandato) subordinam as três universidades USP, UNESP e UNICAMP, à nova Secretaria de Ensino Superior, criando um novo CRUESP com três secretários de estado, além dos três reitores, e que separa as universidades do ensino técnico estadual (Centro Paula Souza) passando o mesmo para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico que substitui a Secretaria de Ciências e Tecnologia. A Secretaria de Ensino Superior terá como atribuição, dentre outras, direccionar a pesquisa e o ensino nas universidades estaduais de acordo com os interesses do capital e ao mesmo tempo em que o governo aponta para o enxugamento do quadro de professores e funcionários (o cadastramento de funcionários e professores já vai começar) e o corte de verbas (já em Janeiro, Serra suprimiu 40 milhões do repasse mensal da USP, UNESP e UNICAMP)” (Boletim do SINTUSP, Nº. 5, 08 Fev. 2007)

Nesse sentido, o governo do Estado de São Paulo parece ter redigido os *Decretos* na tentativa de resolver problemas a curto prazo, mas não atentou a graves omissões a longo prazo e imprecisões do decreto. As concepções de ensino e pesquisa implícitas delineiam-nas como *operacional*, ou seja, mera prestação de serviços, deixando de lado a pesquisa básica. Assim, a modalidade profissional converteria a universidade em mero centro de ensino, deixando a pesquisa para instituições especializadas, comprometendo, futuramente a associação entre ensino, pesquisa e extensão. A pesquisa operacional tem um papel importante e decisivo nessa questão, no sentido de se privilegiar um modelo de pesquisa que se converteria para o uso e bem-estar social, contudo, revela a operacionalização da produção, em que a produção científica passa a integrar o sistema produtivo e, a universidade é levada a introduzir uma lógica de razão instrumental no seu interior (Bianchi, 2008). Nesse sentido, essa produção científica é apropriada através de convênios, financiamentos, laboratórios, centros de pesquisa e fundações, resultando em “cooperação” e “parceria” com empresas privadas, cada vez mais, presentes no ambiente universitário (Idem: 57), e destinando a produção para um conhecimento científico, cada vez mais “eficaz” e menos “crítico”.

Mercantilização e pesquisa operacional definem-se como os principais pressupostos presentes nas propostas de reformas universitárias no Brasil – das discussões do PROUNI, em 2004, e do REUNI, em 2008 – e que são transversalmente apoiados em torno de uma parceria público - privada, de forma que se romperia essa fronteira e transformar-se-ia, a educação em mercadoria: no PROUNI, através da parceria com instituições de ensino privadas e o oferecimento de vagas nestas, necessitando de um alto investimento que poderia servir para a ampliação das IFES (Leher, 2004); e no REUNI, a expansão de vagas e diplomados, da mesma forma, necessitaria de financiamento da iniciativa privada para se efectivar, no sentido que o Estado, não garantiria a totalidade da verba necessária para as universidades. Essas directrizes presentes nos projectos e processos em curso de reforma universitária no Brasil correspondem os desígnios do Banco Mundial em estabelecer as directrizes do sistema educacional da América Latina, com o apoio do sector privado e direccionando-se para o mercado (Idem). A necessidade de captação de novos recursos financeiros para a educação é apoiada na necessidade de captações de recursos do sector privado, melhorando, assim os critérios de eficiência e eficácia para

o alcance de melhores metas de desenvolvimento do ensino, sobretudo, nos países subdesenvolvidos. Em âmbito geral, o processo neoliberal para a educação implica uma luta entre o público e o privado, cuja lógica de privatização do ensino estaria centrada na “maximização de utilidades”, no sentido de uma educação destinada à melhoria da produtividade das empresas (Casanova, 1999: 29)²⁸. Nitidamente, assiste-se a um projecto de desestruturação crescente da universidade, não restrita ao local, outrossim, de proporções globais, apoiada, sobretudo, na lógica de abertura da universidade à recepção de verbas privadas, transnacionalização do mercado de serviços universitários, passagem de um conhecimento universitário a um conhecimento pluriuniversitário com parcerias entre a universidade e empresas, sob a forma de um conhecimento mercantil e, por fim, o impacto das novas tecnologias de informação e comunicação, com o desenvolvimento do ensino à distância (Santos & Filho, 2008).

Esse modelo de globalização hegemónica e neoliberal para a educação superior, defronta-se, portanto, com a acção de resistência gerada no interior das universidades, sobretudo por estudantes, mas contando com a participação de professores e funcionários, que buscam, num campo contra-hegemónico da globalização educacional, organizar uma acção colectiva, resistindo contra esse projecto. É nesse sentido que a participação do movimento estudantil na actualidade constrói uma “nova história universal de práticas autónomas e democráticas”, representando as experiências para a construção de alternativas ao modelo neoliberal de ensino (Casanova, 1999: 16). Nessa oposição criada pelo movimento estudantil fundamenta-se a ruptura com o individualismo e o conformismo, elaborando acções colectivas da comunidade

²⁸ Tendo isso em vista, as políticas neoliberais, para a América Latina determinariam, directa ou indirectamente: “1) Redução do gasto educativo em relação com o PNB; 2) Redução da demanda de educação, já que a situação económica de alguns faz insustentável a manutenção de jovens no ensino; 3) Redução crescente da oferta *empleo-destinado-a-fines-sociales*, pelo debilitamento e enfraquecimento dos serviços públicos do governo, em saúde, alimentação, habitação, infraestrutura urbana e rural; 4) Economia de mercado com lógica desreguladora que aumenta os marginalizados e excluídos, os analfabetos, a parcela não escolarizada, abandono escolar, baixa qualidade da educação; 5) Empobrecimento dos setores médios e falta de recursos para colocar os filhos em escolas particulares; 6) Diminuição da responsabilidade educativa do governo nacional; 7) Aumento de jovens que não ascendem ao ensino médio e nem ao ensino universitário; 8) Aumento dos estudantes que não terminam seus estudos; 9) Aumento dos estudantes sem tempo que precisam de mais tempo para terminar seus estudos; 10) Pressão crescente do setor privado nacional e transnacional para determinar as políticas educacionais do setor público, os planos de estudo, as intervenções e os gastos escolares; 11) Deteriorização crescente das escolas e universidades públicas e auge relativo das universidades privadas; 12) Pressão para suprimir a universidade humanística e científica como vase da cultura geral e das especialidades” (Casanova, 1999: 35).

universitária na luta por educação e por políticas sociais e sectores públicos; defesa do público perante a ofensiva privatizadora que suprime os direitos sociais por uma lógica de mercado; por uma política de reestruturação do sistema universitário e políticas de resistência às privatizações, e contra o totalitarismo neoliberal; por uma luta pelos direitos universais da educação superior pública, combinada com formas de democratização da universidade, pluralismo ideológico, religioso, respeitando a liberdade de cátedra e investigação, diferindo-se assim, dos movimentos estudantis anteriores, pois opõe-se à universidade populista e clientelista (Idem).

PARTE II

4. RESISTÊNCIA, OCUPAÇÃO, CRIMINALIZAÇÃO: A GREVE CONTRA OS “DECRETOS”

A observação do movimento estudantil realizada preocupou-se em cruzar as fontes e os métodos, descritos anteriormente, no sentido de compreender as acções colectivas dos estudantes, anteriores e referentes aos ocorridos de 2007. Cruzaremos, então, os métodos de observação participante, experiência subjectiva do pesquisador, para além de análise dos blogues das ocupações e greves de 2007, na USP, UNESP e UNICAMP, além de outras universidades brasileiras.

Na primeira parte, observarei o movimento estudantil através das experiências referentes ao período de Graduação do pesquisador, procurando situar o movimento estudantil no contexto político, organizativo e identitário, através de impressões relativas ao quotidiano estudantil. Embora se pautem por impressões subjectivas, procuro expandir isso ao nível objectivo, no sentido de conseguir construir um panorama razoável de contextualização do movimento estudantil na actualidade. Na segunda parte, procuro discutir os Decretos do Governo do Estado de São Paulo – a criação da Secretaria de Ensino Superior e a possibilidade de retirada da autonomia universitária – de forma a relevar a diferença no discurso dos estudantes e das autoridades universitárias e governamentais no sentido dessa polémica. A escolha do ponto de vista dos estudantes é fundamental na medida em que, ancorando a compreensão nesses actores, podemos observar como se deu a construção das suas acções e práticas e o fundamento destas. Na terceira parte, é analisado o modo de acção utilizado pelos estudantes, a ocupação, no sentido de compreender o seu sentido para estes e o seu funcionamento enquanto estratégia de mobilização e negociação dos estudantes e da comunidade académica envolvida. Discutir a ocupação significa observar como o próprio movimento construiu a sua organização em torno da demanda de defesa da universidade pública e crítica ao modelo actual imposto às universidades. Finalmente, a quarta parte, procura observar como se deu a criminalização do movimento, a partir da análise da invasão, pela Polícia Militar, do

campus da FCL-Ar da UNESP, culminando na prisão de estudante e a opção do uso de violência pelo Estado contra os estudantes universitários, no sentido de romper o ciclo de ocupações de reitorias nas universidades paulistas.

4.1. UNIVERSIDADE E MOVIMENTO ESTUDANTIL – 2003 A 2007

Inicialmente, relacionarei as formas de organização e militância do movimento estudantil, apreendidas no período entre 2003 a 2007, referentes ao período de Graduação em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas. Nesse período, convivi com o movimento estudantil no ambiente universitário - ainda que de uma forma discreta e não muito bem definida no sentido de um posicionamento político, o qual, na época, seria necessário para uma militância mais concisa e efectiva. Nesse período, acompanhei algumas greves significativas para o movimento (2003, 2004, 2007), o que permitiu observar as disputas políticas que se davam no seu interior, a aliança com os sectores de trabalhadores e sindicatos, os debates de ruptura com a UNE e perspectiva de construção de uma nova coordenação nacional estudantil, para além da Greve de 2007 e as ocupações de reitorias e espaços académicos. No entanto, não conseguia observar a articulação do movimento em torno das questões de reforma e autonomia universitária e do neoliberalismo. Não porque elas não estavam presentes, mas porque, a constante relação com o quotidiano do movimento, permitia observações do ponto de vista mais quotidiano e a não participação efectiva, desconectava a relação local - nacional - global do movimento, reduzindo, essa complexidade à experiência quotidiana e local. De forma geral, após ter experienciado esse momento de 4 anos de transformações na universidade e no movimento estudantil – principalmente, ter participado nas mobilizações e ocupações de 2007 - despertou-me o interesse de pesquisa por esse objecto, na medida que através dele, conseguem-se apreender as configurações actuais da educação superior pública, dos movimentos estudantis e as perspectivas da esquerda brasileira na actualidade, juntamente com a relação com o movimento sindical, partidos políticos e movimentos sociais. Interesse o qual se intensifica ao observar o caminho que fiz enquanto pesquisador: sair do modelo de ensino brasileiro e encontrar, no modelo de ensino europeu, características

semelhantes de reforma universitária, como o Processo de Bolonha, também levando à precariedade do ensino e entrada da lógica de mercado e neoliberal na universidade, e à consolidação do sistema de propinas.

Notavelmente, o meu primeiro contacto com o movimento, como estudante, deu-se através da participação nas reuniões do CACH (Centro Académico de Ciências Sociais e História), nas quais, na altura (em 2003), eram discutidas questões acerca de críticas à UNE (nomeadamente a falta de democracia e representatividade nos seus congressos e nos congressos estaduais, da União Estadual dos Estudantes de São Paulo – UEE-SP), e a possibilidade de ruptura com a organização. No âmbito da universidade, observava-se que essa posição não era consensual, opondo-se principalmente, às posições políticas dos DCE - cuja aproximação com a UNE era evidente, no sentido da sua reconstrução pela base estudantil - e de outros centros académicos. Através dessa divergência inicial, nota-se um fundamento político nessa questão, a saber, as diferenças e disputas entre as juventudes de partidos políticos e os seus projectos, implicando a percepção do movimento através das possibilidades de disputas políticas e ideológicas, percebidas tanto nas disputas eleitorais dos centros académicos e no DCE, juntamente, com as disputas que se dão no âmbito estadual e nacional, entre grupos maiores e mais bem estruturados.

Observo então, que de certa forma, a formação dos grupos políticos no movimento estudantil se constrói em torno de uma identidade e discurso político diferenciadores no interior da universidade, no sentido das aproximações de alguns estudantes mais militantes, ou por um histórico de militância, ou mesmo, na militância casual, surgida no interior das actividades estudantis – manifestações na sala de aula, participação nas reuniões de centros académicos ou actividades estudantis como o “trote” e a “calourada”, ou organização das “Atléticas” de desporto, ou através da participação em actividades culturais na universidade. A pluralização das actividades dos estudantes reflecte, também, a diversidade estudantil e a participação destes, criando processos de diferenciação na massa estudantil e a formação de individualidades e colectividades entre os estudantes. A personalidade desse processo confronta-se com a colectividade dos grupos já constituídos, implicando diversas alterações na sua organização e no esquema geral de organizações e de grupos internos à universidade. Mediante isso, a linguagem coloca-se como outro elemento

presente na identidade estudantil, permitindo a comunicação entre os grupos e os indivíduos, prescrevendo um jogo em relação ao discurso político nesse interior.

O jogo estabelecido entre os discursos políticos e os grupos no interior no corpo estudantil é dado no *locus* universitário através, sobretudo, das assembleias, mas também, e de forma não menos importante, nos centros académicos e directórios, nas suas actividades diárias, ou mesmo, nas actividades da comunidade universitária. Essa diferenciação cria uma relação de fronteira em cada um dos grupos e no interior do espaço social da universidade. Diferenciações entre os “militantes” e os “académicos”, “estudantes” e “estudantes trabalhadores”, entre outras diferenças no sentido dos interesses subjectivos e adquiridos para a participação ou organização de actividades diversas nesse âmbito – fronteiras pré - estabelecidas, mas permitindo a pluralidade e o trânsito dos estudantes por diversas manifestações, culturais, políticas e sociais. Os grupos são plurais e podem reunir-se por diversos motivos como a discussão de trabalhos académicos, moradia no mesmo sítio (repúblicas), colegas de turma ou de ano ou interesses em comum. São estilos de vida diferenciados que lhes possibilitam uma distinção de capital simbólico, presentes nesse processo, e que se configuram, num âmbito colectivo, no sentido de disputas nesse jogo, reconhecendo esses agentes: no quotidiano universitário o jogo se configura na medida em que os estudantes organizam as suas próprias actividades e participam de outras, compartilhando experiências em comum. Festas, aulas públicas, reuniões, actividades de recepção dos “bixos”, eventos, experiências em sala de aula, entre outros, são parte das actividades e rituais estudantis, construindo identidades, grupos e colectividades através de ganhos simbólicos, estabelecendo laços de coesão e ao mesmo tempo, criando um constante transito e fluxo entre os indivíduos.

No caso, se pensarmos no movimento estudantil no quotidiano da universidade, localmente, veremos os estudantes que estão mais ligados às actividades de participação nos centros e directórios académicos e nas actividades políticas quotidianas. Nesse sentido, o campo político dos estudantes se constrói, na medida em que, se delineiam os interesses políticos dos estudantes, na necessidade e na oportunidade de se aproximarem a discutir diversas questões, com posicionamentos semelhantes ou diferentes, que podem se dar, segundo as ideologias ou posições sociais diferenciadas, ou, diferentes formas de interesses pessoais, em suma, habitus

adquirido. Seguindo isso, vemos que a disputa entre os grupos políticos é fundamental, tanto para o fortalecimento ou enfraquecimento do grupo, mas também para o aumento de representação e participação estudantil. Nas reuniões de centros acadêmicos, por exemplo, observamos como se constrói essa disputa, que no caso, pode se dar no decorrer das discussões, defesa de propostas, opiniões diferenciadas, semelhantes, ou mesmo, através da participação ou experiência em assembleias, actividades do movimento estudantil nacional, ou partidos políticos, ou centrais sindicais, ou movimentos sociais. Através desse meio cultural e político, podemos pensar as diversas identidades colectivas formadas entre os estudantes, da qual o movimento estudantil é uma delas, estruturando os recursos para a acção colectiva. O exemplo mais vistoso, certamente é a identidade colectiva dos militantes do movimento estudantil – partidários ou não – mas que possuem uma participação constante nas actividades políticas de seus institutos e universidades, definindo suas identidades, até mesmo pessoais, em termos da sua participação nas actividades estudantis e conseqüentemente, da construção do movimento estudantil. No interior da universidade, a formação de uma identidade dos participantes do movimento estudantil e sua conseqüente organização, contrasta com os estudantes que pouco ou não participam do movimento – seja por motivos diferenciados – e que não participam do cotidiano da organização das actividades. No interior do movimento estudantil, a presença de uma pluralidade de grupos – influenciados por ideologias políticas ou não – forma um universo rico de disputas que fazem com que a mobilização estudantil seja quase que permanente.

Isso também depende dos factores de agenda política do movimento ou do contexto nacional, de participação junto à manifestação de outros sectores ou movimentos sociais, disputas na conjuntura política e na estrutura dos grupos sociais e suas localizações de classe. Com constantes fluxos dos estudantes com os partidos políticos e sua relação com a conjuntura política define, por exemplo, a presença dos grupos políticos nas universidades e suas configurações. Exemplo disso é, por exemplo, o declínio de militantes do PT, decorrente de sua subida ao poder, e crescimento, de outros partidos e grupos políticos não presentes anteriormente, como PSTU, PSOL, PCO, LER-QI, Movimento a Plenos Pulmões. Não obstante, a representação estudantil da UNE também vem a diminuir nas universidades – pelo menos do Estado de São Paulo – estando mais presente nos posicionamentos dos órgãos de representação

colectiva, mas que também, nos últimos anos, vêm discutindo as novas alternativas e possibilidades de organização nacional do movimento estudantil. A crise de representatividade da UNE, tem possibilitado uma organização de maior não-institucionalidade dos estudantes, do ponto de vista de uma acção local, que não necessariamente, se traduz por uma acção decidida através da entidade representativa. Desse ponto de vista, a pluralidade de identidades colectivas do movimento estudantil possibilita uma articulação de acções esporádicas ou diárias, participando estudantes organizados ou mesmo “independentes”, sem depender de qualquer laço de associativismo, apenas dependendo dos laços e experiências construídas através da participação.

Os marcos políticos e sociais são fundamentais para se compreender como que os estudantes passam a se organizar de forma mais intensiva. Observa-se que a ligação do movimento nacionalmente permite que se consolide, desde o nível local, diversas acções colectivas. Em consequência, as alterações na configuração do poder político no Brasil, após 2003, possibilitou a organização local e nacional em torno de demandas reivindicatórias, que envolviam desde a desestruturação do direito do trabalho, às novas propostas de reforma universitária, "aparelhamento" da UNE. Exemplo dessas alterações na conjuntura nacional, foi a *Reforma da Previdência*, em 2004, ponto significativo para a organização estudantil recente, na medida em que, os grupos políticos e de estudantes, muitas vezes com aproximações ao Partido dos Trabalhadores viram-se numa posição delicada de escolhas e opções no campo político e ideológico: o apoio ou não ao projecto. Se por um lado, em âmbito nacional, o movimento estudantil contava com a participação de militantes ligados ao PT, desde a década de 80, a subida ao poder significou um momento de ligação do partido e sua juventude ao governo, de forma que, historicamente, o movimento estudantil sempre esteve na oposição ao governo, notadamente como aconteceu nos anos anteriores de governo de Fernando Henrique Cardoso. Ainda que, maioritariamente, o movimento estudantil tenha estreitas ligações com o PC do B – através da União da Juventude Socialista (UJS), da qual possui o domínio político da UNE durante os últimos 20 anos – este partido também esteve no poder juntamente com o PT. Nesse sentido, as organizações estudantis, sobretudo a UNE e os sectores políticos ligados ao PT e PC do B, enfrentaram o desafio de apoiarem o governo Lula mesmo que as suas políticas fossem de encontro aos interesses das bases partidárias, sindicatos e estudantes, que

não necessariamente apoiavam a mudanças no âmbito da previdência pública brasileira, a qual iria de encontro aos interesses das classes trabalhadoras e reformados.

Dessa forma, no âmbito nacional, as mobilizações contrárias à reforma da previdência contaram com o apoio de sectores que outrora participavam, ou não de mobilizações políticas, que podem ter histórico de militância – em partidos ou organizações estudantis ou sindicais – ou mesmo, sem qualquer participação militante anterior. Essas manifestações nacionais levaram também à uma nova configuração das forças políticas de esquerda no país, contando, também, com a necessidade de construções de novas alternativas político – organizativas. No âmbito do movimento estudantil, essas discussões foram marcadas como aumento da possibilidade de ruptura com a UNE, na tentativa de construção de uma nova entidade organizativa, um “novo braço” para as lutas estudantis, em suma, uma organização que aproximasse mais os trabalhadores, sindicatos, estudantes e movimentos sociais. Também, é preciso ter em conta as modificações acarretadas por essa reforma, na medida em que precariza-se o funcionalismo público, impedindo a contratação de novos funcionários e professores, a instabilidade salarial e redução de direitos para a aposentadoria (aumento dos anos de trabalho).

Juntamente com esses problemas conjunturais, articularam-se, as bandeiras históricas do movimento estudantil, como a contratação de professores, melhorias nas infra-estruturas das universidades, exigindo maior repasse de verbas aos níveis estadual e federal. No Estado de São Paulo, a bandeira do aumento de verbas através da LDB esteve presente nas pautas de discussão dos sindicatos de trabalhadores e nas assembleias e reuniões do movimento estudantil²⁹. As mobilizações geraram greves no 1º semestre desse ano nas três universidades, cuja bandeira de luta principal era a reforma da previdência e pelo aumento de verbas para as universidades. Os trabalhadores das três universidades paulistas buscaram, no período de Maio a Julho de 2004, um aumento de 16%. Entretanto, o CRUESP ofereceu 0% de aumento, alegando um grande compromisso com a folha de pagamentos, gerando paralisações contra o não – reajuste salarial, e que, a partir do final de Maio, conta, também, com a adesão dos estudantes à greve³⁰. Não obstante, os estudantes articularam-se, juntando a sua

²⁹Discussões presentes em nos boletins e jornais do SINTUSP e STU, de 2004.

³⁰ Boletins do STU, Maio de 2004.

pauta com a dos trabalhadores, construindo suas principais reivindicações em torno da ampliação da assistência estudantil e de infra – estrutura no interior das universidades, juntamente com a paridade dos órgãos colegiados. Assim, o movimento, em âmbito nacional e estadual, constituído por trabalhadores do serviço público e estudantes (sobretudo das universidades públicas), organizou actos e manifestações conjuntas no mês de Junho, em S. Paulo, na ALESP e no Palácio dos Bandeirantes, nacionais em Brasília no Palácio da Alvorada³¹. No final de 2004 foi concedido aos trabalhadores das universidades paulistas um reajuste de 7,06%. Entretanto, com o aumento da inflação em 4,37%, houve apenas um aumento de 2,76%, o que não corresponde ao mínimo exigido pelos trabalhadores.

Observamos que, em 2004, as lutas de estudantes e trabalhadores do funcionalismo público estiveram unificadas em dois pontos principais: o aumento salarial e o aumento de verbas para as universidades públicas. Assim, conforme se deu a definição das pautas de reivindicação dos trabalhadores, também ocorreu uma polarização do movimento em torno dessas questões, da qual “a luta pela hegemonia” – no sentido gramsciano – implicou inúmeras críticas aos governos do PSDB (Estado de São Paulo) e PT (Governo Federal), sobretudo, no âmbito da precarização, redução de direitos e “sucateamento” da universidade pública. No período das greves estudantis, foram organizados comandos de greve em que eram discutidos o calendário das mobilizações, actividades culturais (teatro, cinema, aulas públicas), actividades conjuntas com centros académicos, DCS’s e sindicatos. Os espaços de assembleias foram os principais meios deliberativos e de discussões políticas, procurando maior coesão e crescimento do movimento. Na medida em que a greve se enfraqueceu por parte dos trabalhadores, devido à dificuldade de negociação colectiva com o CRUESP, esses espaços de assembleias perderam, paulatinamente, a sua capacidade deliberativa. Entretanto, dado o esvaziamento participativo de estudantes e trabalhadores, o fim da greve foi uma consequência necessária, não só para o movimento no interior das universidades, como para o movimento em espaço nacional.

³¹ Nas paralisações e manifestações no âmbito do estado de S. Paulo reivindicou-se: maiores verbas para a educação; aumento do ICMS para 11,6% (parte do ICMS, de 2,6% destinados ao Centro Paula Souza); aumento de 30 para 36% dos recursos do Governo Estadual Paulista para a educação pública; aumento de 16% e atribuição de auxílio à alimentação. O Fórum da Seis argumentava que a arrecadação do ICMS havia crescido 4,7% de 2003 a 2004, entretanto, não houve repasse desse valor por parte do CRUESP à universidade e aos trabalhadores (Fonte: CRUESP, Fórum das Seis, STU).

A luta por essas demandas não saiu da pauta do movimento estudantil e mesmo, se concatenou com as demandas tradicionais do movimento. Mantiveram-se, então, as discussões relacionadas com a UNE e o aparelhamento com o governo, juntamente, com a possibilidade de uma acção mais independente dos estudantes. Concomitantemente, a discussão dos estudantes se ligou a mais um facto: a incapacidade da UNE em se posicionar contra a Reforma Universitária pretendida pelo governo. Nesse sentido, até 2007, o movimento se manteve em uma maior organização interna, em permanente discussão sobre os malefícios do projecto de reforma em curso, cujas alterações graduais seriam sentidas no dia-a-dia universitário.

4.2. OS DECRETOS E AS UNIVERSIDADES PAULISTAS EM 2007

Em São Paulo, a criação dos Decretos nº 51.460, 51.461, 51.471, 51.636, 51.660, por parte do governador do Estado de São Paulo, José Serra, em 1º de Janeiro de 2007, foi o momento conjuntural oportuno para intensificação da discussão da reforma universitária e das alterações previstas para o Ensino Superior estadual. O Decreto nº 51.460, de 1º de Janeiro de 2007, institui a Secretaria de Ensino Superior, cujo Conselho de Reitores das Universidades de São Paulo – CRUESP - estaria subordinado. Em seguida, o Decreto nº 51.461, de 1º de Janeiro de 2007, organizaria e atribuiria funções à nova Secretaria, com a proposição de políticas e diretrizes em todos os níveis do Ensino Superior; coordenação, implementação e formação de Recursos Humanos, além de promoção e realização de estudos para o Ensino Superior, com foco principal nas atividades de pesquisa, sob administração de tal Secretaria. No Decreto seguinte, nº 51.471, de 2º de Janeiro de 2007, se impediria as Autarquias de Regime Especial, como as Universidades em efetuar contratações de pessoal, passando essa função à Secretaria. O Decreto nº 51.636, de 9 de março de 2007, dita normas para a administração das verbas das Universidades, subordinando a obtenção das verbas e gasto ao Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM). Finalmente, o Decreto nº 51.660, de 14 de março de 2007, muda as formas de negociação salarial para os funcionários das Universidades, no sentido que, possivelmente seria o estado a tratar as questões salariais e não mais o CRUESP.

Da mesma forma, a leitura desses decretos por parte da comunidade acadêmica confirmou o problema que se iniciaria com estes, com a possibilidade de intervenção direta na autonomia das universidades, esvaziamento dos poderes dos reitores e atribuição de poder ao Secretário de Ensino Superior³². Mesmo assim, a dúvida dos Reitores permaneceu, no sentido de garantia da autonomia universitária apesar dos Decretos, constando tal preocupação, no sentido do consenso que a autonomia universitária tem sido boa para as universidades³³. O posicionamento acerca do fim ou não da autonomia universitária com os Decretos se restringiu nesse momento em não definir exactamente sobre qual autonomia se estaria a falar: se uma autonomia administrativa e da garantia de recursos, ou se estaria a falar da autonomia de ensino-pesquisa-extensão e as atribuições que a universidade oferece a sociedade, ou mesmo da autonomia na questão institucional, a autonomia como referência no seu papel e ação social³⁴. Centrou-se sobretudo na autonomia administrativa e de recursos, na medida em que esse seria o norte central que poderia estar em jogo nesse momento, alterando também a presença da autonomia nas outras esferas.

Para a comunidade universitária, os Decretos trariam alterações precisas em pontos vitais da universidade: a assistência estudantil, a infra-estrutura universitária; as relações trabalhistas dos funcionários, a relação de pesquisa-ensino-extensão. Veremos então as principais interpretações elaboradas pela comunidade universitária, nomeadamente por parte de estudantes e trabalhadores, setores que mais se mobilizaram para impedir a aplicação desses Decretos a considerar que essas alterações seriam prejudiciais, não só para ambos os grupos, mas para a universidade em geral. Veremos futuramente que esses pontos serão centrais na construção das Pautas de Reivindicações para o primeiro semestre de 2007, para estudantes e trabalhadores.

Segundo os estudantes da USP, na primeira carta lançada por eles em 3 de maio de 2007³⁵, advindo as mobilizações futuras e as discussões anteriores, entende que os Decretos resultariam em um ataque a autonomia do tripé ensino-pesquisa-extensão.

³² Pécora, Alcir; Foot-Hardman, Francisco (24.01.07), *Serra e o Fim da Autonomia Universitária*. Folha de São Paulo.

³³ Jorge, José Tadeu (01.02.07), *A Sobrevivência da Autonomia Universitária*. Folha de São Paulo.

³⁴ Cohn, Gabriel (21.05.07), *As Três Faces da Controvérsia*. O Estado de São Paulo.

³⁵ “Carta aberta dos estudantes a Reitoria” (03.05.2007), Blog da Ocupação da USP. Disponível <http://ocupacaoUSP.noblogs.br> (02.03.2009).

Assim, haveria o risco de influência, por parte da nova Secretaria, na democratização da universidade, principalmente nos órgãos representativos e eleições diretas para a Reitoria. Também alertam para problemas de infra-estrutura universitária básica, desde a contratação de professores, às condições de precaridade das moradias estudantis e de prédios de faculdades e institutos. É importante frisar que, anteriormente a Maio de 2007, quando houve o início mais efetivo das mobilizações traduzidas nas ocupações, já havia mobilizações estudantis em decorrência dos Decretos, que contou também com a discussão por parte dos sindicatos de funcionários das universidades. Assim, essa questão envolveria um conjunto de aspectos políticos, culturais e democráticos, assentados sobretudo nos problemas infra-estruturais do cotidiano universitário. Em suas pautas de reivindicações podemos compreender os principais aspectos referidos: democratização da universidade em seus órgãos representativos e eleições diretas para reitor; audiência pública para a discussão do conteúdo dos decretos; contratação de funcionários e professores, além da liberação automática das vagas dos professores aposentados; manutenção de prédios de institutos e de alojamentos estudantis; garantia de não punição aos estudantes ocupantes da reitoria (já que fizeram isso devido a falta de um representante oficial à assembléia de dias anteriores); liberdade de manifestação política e cultural e retirada da polícia do campus; posicionamento público da Reitoria contra a prisão de estudantes³⁶.

Essa pauta de reivindicações dos estudantes da USP, além de relacionar problemas locais de infra-estrutura universitária e bandeiras históricas do movimento estudantil brasileiro e paulista, reflecte o movimento grevista de intensos debates e mobilização estudantil, criado num quotidiano de experiências de lutas da comunidade universitária. Foram, assim, construídas diversos “dias de paralização” das actividades dos estudantes e dos funcionários, mediante a uma organização que partiu localmente, no em meio à esse contexto. A decisão para a ocupação da Reitoria da USP veio de acordo com as possibilidades de organização e politização, mesmo que, não tenha sido, uma deliberação da maioria estudantil, mas pela centenas de estudantes mais engajados politicamente. Isso não retiraria o carácter de representatividade do movimento, no sentido de ajudar a estabelecer um sentido mais amplo às mobilizações:

³⁶ “Pauta dos Estudantes” (05.05.2007). Blog da Ocupação da USP. Disponível <http://ocupacaoUSP.noblogs.br> (02.03.2009).

não como representante de grupos isolados, mas representando a resistência às possíveis modificações implícitas nos Decretos.

Da mesma forma, a mobilização universitária contra os Decretos não se deu somente por parte dos estudantes, mas também dos sindicatos de funcionários das universidades, que iniciam suas mobilizações no ano, discutindo as questões da LDO-2007. O veto, por parte do ex-Governador do Estado de São Paulo, Cláudio Lembo (embora tenha sido aprovado pela Assembleia Legislativa, em 2006), da LDO-2007, que garantiria o aumento de verbas e repasse para as universidades paulistas e Centro Paula Souza, direcionou os primeiros actos públicos dos trabalhadores no ano à Assembleia Legislativa de São Paulo – ALESP, em dia 28.02 – no sentido de pressionar os deputados para votarem em favor da LDO. Ao mesmo tempo, o veto e a apresentação dos Decretos levaram à problematização das questões do quadro de funcionários, conjuntamente, percebida com a subordinação do CRUESP à Secretaria e a possibilidade de “direcionar a pesquisa e o ensino nas universidades estaduais de acordo com os interesses do capital”³⁷. A questão do ataque à autonomia universitária foi o norte unificador e consensual do movimento, possibilitando, assim, a construção de pautas conjuntas do movimento grevista, como a do Fórum das Seis - entidade que reúne os sindicatos de professores e funcionários das três universidades estaduais paulistas – que defendeu a suspensão dos decretos em defesa da autonomia da universidade e a construção de uma greve unificada³⁸. A articulação das demandas dos estudantes, dos funcionários e mais tarde, dos professores, na greve, gerou uma constante mobilização e debates nas universidades, mediante a discussão da amplitude dos decretos, que alterariam a estrutura de funcionamento da universidade, seguindo a precarização, o aumento da prestação de contas e a os problemas de infra-estrutura e quadros profissionais na universidade.

A aproximação entre os estudantes e os funcionários se deu de forma constante, desde o início da greve, como se veio a perceber já nas anteriores manifestações observadas desde 2003, a construção de uma greve conjunta, com o ganho de maior força e combatividade do movimento³⁹. Por parte dessa relação,

³⁷ Boletim do SINTUSP (01.02.2007), N°. 4.

³⁸ Boletim do SINTUSP (26.03.2007), N°. 14,

³⁹ Nesse momento, podemos ver a articulação ainda incipiente dos trabalhadores e estudantes, no sentido de atribuírem a estudantes de outras universidades um vanguardismo através da ocupação,

construiu-se a greve de 2007 em que, o Fórum das Seis, procurou centrar-se em torno de três eixos reivindicativos:

1) A defesa da autonomia de gestão administrativa, financeira e didático - pedagógica nas Universidades Estaduais Paulistas e do Centro Paula Souza, em favor da revogação dos decretos, da defesa do modelo de universidade pública baseado no tripé “ensino - pesquisa - extensão” e, contrária a fragmentação dos níveis de ensino no Estado;

2) Aumento do investimento do Estado para toda a Educação Pública, com orçamento específico incluído no percentual das universidades e para a Consolidação da expansão de Vagas (já realizada); de ampliação da assistência estudantil e contratação de professores e funcionários por concurso público; e exigência de políticas de combate à sonegação fiscal, corrupção e evasão fiscal.

3) Melhores condições de salário e trabalho para os servidores das Universidades Estaduais Paulistas e do Centro Paula Souza, com definição de índice de reajuste salarial; proposta contrária à terceirização e precarização do trabalho; preservação dos Hospitais Universitários juntos à universidade⁴⁰.

Analisando esses eixos da Pauta de Reivindicações do Fórum das Seis, seu ponto transversal, a defesa da universidade pública, questiona os fins e resiste a um projecto de precarização da estrutura universitária e educação mercantil, constituindo-se uma luta da comunidade universitária contra tendência de projecto educacional, liderado por instituições económicas internacionais e neoliberais para as universidades brasileiras e latino-americanas. O foco das reivindicações dos funcionários articula a resistência ao neoliberalismo, em sua luta histórica e que, actualmente, é centrada principalmente na fragmentação da classe trabalhadora proveniente da terceirização, do contrato de serviços específicos, de limpeza e serviços alimentícios, e da retirada de direitos trabalhistas.

Nesse sentido, podemos perceber que diversos actos conjuntos nas universidades⁴¹, assembleias-gerais, paralisações gerais e a construção de um movimento grevista procurou articular e fortalecer internamente os sectores universitários, nas três universidades e as entidades representativas de Sindicatos e Associações de Docentes. Permitiram actos a nível estadual, actos de maior porte, na

como na seguinte nota: “Estudantes saem na frente... [...] Os estudantes da UNICAMP estão ocupando a reitoria da UNICAMP desde o dia 27 de Março. Os estudantes de São Carlos estão ocupando um prédio de sala de aulas desde o dia 14 de Março, onde 70 deles já constituíram moradas. A reivindicação dos estudantes da UNICAMP e de São Carlos é moradia e assistência estudantil, itens que fazem parte da Pauta Unificada do Fórum das Seis. Sexta-feira, 30 de Março, um ônibus de estudantes saiu da USP rumo à UNICAMP, com a colaboração do SINTUSP, para manifestar apoio aos estudantes que estão resistindo à reintegração de posse da PM, requerida pelo reitor da UNICAMP.” (Boletim do SINTUSP (02.04.2007), N.º. 16: 2)

⁴⁰ Pauta conjunta pauta conjunta do Fórum das Seis, publicada em 17.04.2007 (Boletim do SINTUSP, Específico de Pirassununga (24.04.2007).

⁴¹ Como no caso dos actos conjuntos dos dias 15.03.2007, 27.03.2007, sobre o problema dos hospitais universitários e sua possível desvinculação dos hospitais universitários à universidade.

Avenida Paulista e na Assembleia Legislativa, em conjunto com os sectores do funcionalismo público da área de educação⁴². Nesse acto de entrega da pauta do Fórum das Seis ao CRUESP, em 17.04.2007⁴³, se estabeleciam os pontos que deveriam ser negociados na greve, partindo dos decretos e exigindo do CRUESP um posicionamento contrário a eles; o aumento do investimento do Estado na Educação Pública, com aumento das percentagens do ICMS destinadas às universidades e ao Centro Paula Souza; melhoria dos salários e inserção social para as universidades paulistas e centros de tecnologia⁴⁴. A continuidade dos actos unificados, de estudantes, funcionários e professores, como o do dia 25.04.2007, na ALESP, centrou-se na Reforma da Previdência do Governo do Estado de São Paulo, pela retirada dos Decretos; além de marcar a data de uma nova paralisação nas três universidades para 10.05.2007, fortaleceu ainda mais o movimento, possibilitando uma ampla tentativa de pressionar o Poder Legislativo pela retirada dos Decretos a tentativa de abertura de canais de diálogo e negociação do movimento com o CRUESP e com os Reitores.

Em 03.05.2007, o movimento da USP propôs uma Assembleia Pública, em que deveria comparecer a Reitora da USP – Suely Vilela – mas esta não foi nem sequer mandou um representante, representou ao movimento a indisposição das autoridades em negociar. Apesar de esse tentar buscar, desde o início, a negociação com as autoridades universitárias, a não concretização da negociação foi um “estopim” para o movimento, motivando os estudantes à tomada de atitudes mais efectivas, ou seja, operou uma distinção das práticas e metodologias a serem utilizadas pelos estudantes – que preferiram ocupar para negociar – e pelos funcionários – que preferiram continuar as negociações, apenas apoiando as ocupações estudantis⁴⁵. Essa distinção

⁴² Assim como no Acto de 17.04.2007.

⁴³ Também é importante ressaltar que, dia 17 de Abril é conhecido como “Dia de Luta”, pois relembra a data do Massacre de Eldorado dos Carajás – PA e a Marcha a Brasília, realizada pelo MST e Movimentos Populares e Sindicais. Também ressalto o “Abril Vermelho” do MST como uma referência das lutas sociais nesse período para os outros movimentos sociais, tomando como modelo de lutas e contestações a ser seguido. É um ponto-chave para comprovar actualidade da formação de redes entre os movimentos sociais, que se fortalece amplamente nesse período e possibilita outras manifestações de outros movimentos.

⁴⁴ Pauta do Fórum das Seis (17.04.2007).

⁴⁵ A diferença nas táticas de ação dos estudantes e trabalhadores se diferenciou, no sentido que os estudantes preferiram optar pela ocupação como instrumento para negociação, enquanto os trabalhadores preferiram optar pela negociação através das instâncias institucionais. Isso revela que há uma diferença fundamental nas práticas do associativismo de classe quanto à concepção institucional de negociação, pois, a opção pela via legal seria uma tática tradicional e histórica de negociação do movimento sindical e trabalhador, possibilitando a aproximação com outras categorias de trabalhadores, no caso, os servidores públicos. Por outro lado, a prática da ocupação não seria uma prática histórica do

não cindiu o movimento, mas fez com que se unificassem cada vez mais as lutas, no sentido que a Ocupação da Reitoria, representava a polarização do movimento em torno da defesa da autonomia universitária⁴⁶.

Da mesma forma, deu-se a elaboração e divulgação de diversas actividades culturais no interior da ocupação que, da mesma forma, contribuíram para o prosseguimento e fortalecimento do movimento através dessas actividades, espalhadas pelo campi universitário, mas cujo apoio às ocupações era evidente⁴⁷. Conforme o aumento das mobilizações de greve na universidade, o movimento prossegue em mais um acto com os funcionários públicos do Estado de São Paulo em 10.05.2007 e marcaria uma assembleia conjunta, com indicativo de greve para 16.05.2007. Na medida em que o movimento não consegue o diálogo e abertura de negociação com o CRUESP, se estendia para a próxima semana, novas manifestações e tentativas de negociação, esperando uma nova reunião do conselho para tentar conseguir esse diálogo⁴⁸. A greve torna-se massiva entre a segunda e terceira semana de Maio, por motivo da entrada oficial dos professores na greve, o que fez aumentar significativamente o número de participantes do movimento e a mobilização por meio de actos semanais⁴⁹. Na medida em que se tornam mais escassas as negociações com a Reitoria, e que o CRUESP nega negociação com o Fórum das Seis, por conta da Ocupação, o movimento cria um comando de greve, de funcionários e estudantes, que

movimento operário, mas sim, de movimentos sociais e sectores classistas intermediários. Portanto, o **apoio** dos trabalhadores à ocupação se dá justamente para fortalecer as lutas dentro de um processo mais geral, mas revela um limite nesse associativismo de classes de forma a diferenciar as práticas dentro de um movimento mais amplo que envolve diferentes classes e sectores sociais.

⁴⁶ Nesse período muitos dos sindicalistas do SINTUSP, como Magno de Carvalho e Claudionor Brandão participaram de plenárias com os estudantes na ocupação, a fim de representar os trabalhadores nessas assembleias e também para criar uma rede de informações entre os estudantes e os trabalhadores, apoiando a ocupação, **mas não ocupando**. Isso implicou no ganho de uma paulatina legitimidade do movimento de ocupação como um instrumento de luta para negociação, de forma a traduzir uma recusa da ordem por uma nova praxis revolucionária (Pinassi, 2007).

⁴⁷ Vale a pena observar a chamada no Blog para uma das actividades: “A ocupação da Reitoria pelos estudantes Funde num só ato criador a sua vida - autonomia! democracia! Poder ser sujeito de seus atos - Livre criação, que ao menos num dia floresce, e se ocupa e não só passa: Pulsa. Cá estamos e fazemos da arte nossa luta Subversão da ordem dada por reitores-governadores, pelo capital. Arte-Catarse Ferir a carne podre, a obra morta Do mercado arte à hegemonia Pela arte e seu poder transformador Parir as próprias mãos, Forjar o corpo em diálogo. Para além do entretenimento O c u p e m o s!” (Cultura como forma de ocupação (06.05.2007), Blog da Ocupação da USP. Disponível <http://ocupacaoUSP.noblogs.br> (02.03.2009).

⁴⁸ Boletim SINTUSP (14.05.2007), N.º 29.

⁴⁹ Como dos dias 17.05, 23.05, 31.05, 06.06, 15.06. Sobre o ato do dia 31.05.2007, podemos tomar como um exemplo de desrespeito na esfera da auto-estima social (Honneth, 2003), já que estava combinado entre os manifestantes e as autoridades a ida até o Palácio dos Bandeirantes – SP, havendo uma obstrução, por parte da polícia do caminho, demora para as negociações, emissão de gás de pimenta em alguns dos manifestantes que tencionavam o isolamento da polícia e prisão de estudantes.

decidiria sobre as agendas de manifestação e os pontos estratégicos para a continuidade da Ocupação e manutenção da Pauta de Reivindicações dos estudantes e funcionários como instrumentos de luta política e de negociação.

Com a iminência da repressão policial no momento, no sentido de uma retomada de posse violenta, o movimento organiza mais um acto na USP, em 21.05.2007, pela continuidade da defesa da universidade pública e contra a intervenção da polícia militar nos campi das universidades públicas⁵⁰. Nesse momento, o que se analisou do movimento estudantil estaria relacionado com o descontentamento com a precariedade que se abate sobre o ensino público, as políticas do governo federal, gerando o consequente “sucateamento” da universidade, em que, acção de ocupação dos estudantes não seria de facto nova, mas que levaria consigo a “capacidade de articular um programa de renovação da universidade com um programa de transformação social”⁵¹. O mandato de “reintegração de posse imediata” e a ameaça da entrada da tropa de choque mobilizou ainda mais o movimento e permitiu maior apoio a ocupação, de parte da sociedade e da imprensa⁵². Nesse sentido o movimento também procurou divulgar cartas de esclarecimento dos acontecimentos, procurando mostrar os reais motivos da ocupação e o porquê dessa atitude, no sentido de uma mobilização da sociedade civil.

Os mais diversos entraves foram colocados frente aos estudantes no sentido de reduzir a sua importância política e afirmar que o movimento era dotado de um carácter violento ou mesmo inconsequente de seus actos, factos delatados pelos instrumentos de média dominante, sobretudo, identificando o movimento como “invasor” e não “ocupante” da universidade. Essa diferenciação entre invasão e ocupação é fundamental no sentido de observar dois pontos de vista. O primeiro, dominante e hegemónico, representado pelas autoridades governamentais e pela mídia, que afirmaria que o movimento estudantil seria o invasor e que, em contraposição a isso, a acção da Polícia Militar teria o intuito de estabelecer a ordem e a democracia. O segundo, de resistência e “contra-hegemónico”, nascido no interior do movimento

⁵⁰ “Chamada para o Ato” (21.05.2007). Blog da Ocupação da USP. Disponível <http://ocupacaoUSP.noblogs.br> (10.03.2009).

⁵¹ Bianchi, Alvaro; Braga, Ruy; Carneiro, Henrique. “Ocupações universitárias na História”, (21.05.2007). Blog da Ocupação da USP. Disponível <http://ocupacaoUSP.noblogs.br> (10.03.2009).

⁵² Musse, Ricardo, “A política de Serra e as ironias da História”, (21.05.2007). Blog da Ocupação da USP. Disponível <http://ocupacaoUSP.noblogs.br> (10.03.2009).

estudantil, observaria o movimento como ocupante, no sentido de buscar restabelecer a democracia no interior da universidade e a Polícia Militar como invasor, buscando legitimar a desigualdade, a falta de democracia e autoritarismo que se dá na universidade. Através dessa diferenciação, podemos compreender alguns factores da identidade colectiva do movimento, principalmente, em termos de crítica ao modelo de falta de democracia vigente e a discussão de um projecto democrático mais amplo para a universidade.

Conforme as possibilidades de negociação, tanto dos estudantes com a reitoria, quanto dos funcionários (Fórum das Seis) com o CRUESP, tornaram-se cada vez mais escassas, e, os primeiros mandatos de Reintegração de Posse da Reitoria, envolvendo a Reitoria, Poder Judiciário e a Tropa de Choque da Polícia Militar, há uma paulatina criminalização do movimento, com orientações das autoridades para “não negociar com os invasores”, reduzindo um movimento mais complexo e heterogêneo, que conta com praticas de negociação por parte dos trabalhadores e ocupação, por parte dos estudantes, simplesmente como um único movimento, onde tanto trabalhadores como estudantes utilizariam a prática da ocupação como instrumento político, o que podemos perceber, através dessa análise, que não se constitui realmente.

Depois de 51 dias de Ocupação e 37 dias de Greve, o movimento foi interpretado pelo SINTUSP⁵³ como vitorioso, após a criação dos Decretos Declaratórios⁵⁴ que “esvaziariam a Secretaria de Ensino Superior”, a negociação dos estudantes com a Reitoria e dos funcionários – Fórum das Seis – com o CRUESP e uma repercussão nacional da Greve e da Ocupação. A sobreposição do Decreto Declaratório aos Decretos precedentes significou uma “saída encontrada pelo governo para revogar os decretos que feriam a autonomia universitária, sem admitir sua derrota e a vitória do movimento” (Bianchi, 2008: 64). Mantidos os pontos das pautas específicas dos estudantes, funcionários e professores, se iniciam a abertura dos processos de sindicância para estudantes e funcionários das três universidades. A luta, que inicialmente se deu em torno de questões mais amplas da universidade, não terminaria por aí, deslocando seu foco às manifestações contrárias a punição e

⁵³ Boletim SINTUSP (25.06.2007) N°. 57.

⁵⁴ Os decretos declaratórios foram expedidos pelo Governador do Estado de São Paulo, José Serra em 31.05.2007 e tinham como principal característica garantir a autonomia universitária e acabaram praticamente por esvaziar a função da Secretaria do Ensino Superior.

repressão na universidade⁵⁵. Dessa forma, é necessário seguir a analisar o discurso dos estudantes acerca da ocupação, procurando entendê-la não como um acto isolado dos estudantes, mas a consequência para a negociação política e estratégia utilizada para a luta.

4.3. DISCUTINDO A OCUPAÇÃO: NEGOCIAÇÃO E ESTRATÉGIA POLÍTICA

O início da Ocupação da Reitoria, em 03.05.2007, marcou uma motivação ainda maior para a campanha de greve, construindo um movimento com apoio de vários sectores estudantis organizados em diversas universidades por todo o Brasil. A capacidade organizativa do movimento cresceu a medida em que os debates foram sendo feitos na universidade, contando com inúmeras assembleias, paralisações de aulas e intervenção dos estudantes em salas de aula, actividades culturais e formação de colectivos de debate e acção política. Esse primeiro momento praticamente desenhou o que seria visto adiante: a utilização do espaço de ocupação da Reitoria da USP como “epicentro da greve” permitindo tanto a mobilização constante dos estudantes, como reunião de grupos políticos ou de independentes, ou mesmo a saída para a mobilização da comunidade universitária e organização das actividades de greve – a nível local, na USP e a nível Estadual -; tal facto possibilitou a organização das bases do movimento.

Mediante esse panorama, uma questão se mantém: por que a ocupação? Quais os intuits dessa acção? Como, através desse acto, se poderia mobilizar toda a comunidade académica em torno da resistência aos Decretos Estaduais e discutir mais amplamente as condições actuais das Universidades Públicas no Brasil? Quais seriam as possibilidades reais dos estudantes em conseguir vencer a imposição legal dos Decretos? Essas questões devem ser pensadas no resgate do significado da ocupação para os estudantes e para o movimento universitário, de forma a conseguir perceber a diferenciação dessas lutas, não no sentido de “novas” lutas, mas no sentido de redefinir suas lutas políticas em termos actuais. Em carta aberta à sociedade, os estudantes afirmam:

⁵⁵ “Carta Aberta dos Funcionários ao Conselho Universitário da USP” (14.08.2007), Boletim do SINTUSP, N ° 67.

Ocupamos a reitoria em protesto contra seu silêncio e omissão, para sermos escutados e abrirmos o debate com a sociedade. Fomos acusados de "vândalos" e "violentos" por termos danificado uma porta. Violentos não seriam os governos que impedem a maioria da população de ter acesso à Universidade Pública, que é elitista e racista por responsabilidade dos mesmos que hoje nos criminalizam? Violentos não seriam os que têm punido juridicamente manifestações políticas, como esta ocupação? Violentos não seriam os que destroem a educação pública e reprimem os que querem defendê-la? Violenta não seria a polícia que reprime, dia a dia, a população pobre, negra, os trabalhadores e os movimentos sociais?⁵⁶

A palavra do movimento identifica a necessidade de uma acção política organizada em torno da defesa da Universidade Pública, mediante aos ataques dos governos Estaduais, Federais e das directrizes de instituições internacionais para o ensino superior no Brasil e na América Latina. A resposta dos estudantes, vista pelo Estado, como um acto de violência, nada mais representa do que uma resistência a própria violência exercida pelo Estado, no sentido da privação dos direitos de acesso ao ensino, privação do direito de se manifestar politicamente e do exercício do direito de cidadania. A reacção do Estado é a criminalização dos movimentos sociais e do movimento estudantil, na medida em que os movimentos acabam por, através de suas acções, infringir o Estado "Democrático" de Direito. A ocupação não apenas se caracterizaria por um ato de questionamento desses limites abstractos, mas também do questionamento do uso concreto do espaço das universidades públicas, no sentido da expropriação desses espaços. Como observado:

A ocupação nas reitorias e universidades é um ato simbólico por meio do qual tem lugar a reapropriação pelo público daqueles espaços que teoricamente são ou deveriam ser públicos. Como tal, a ocupação é uma resignificação de território na qual a sede da autoridade universitária, da tradição académica e da burocracia universitária passa a ser a sede de sua contestação, transgressão e questionamento. [...] A ocupação é, também, um ato por meio do qual os estudantes interpelam as autoridades universitárias e governamentais, colocando em evidência uma agenda política que de outro modo permaneceria na penumbra⁵⁷.

A possibilidade de retomada do espaço universitário por parte dos estudantes e da comunidade universitária vem a seguir uma linha de politização desse espaço, no sentido de sua utilização para a construção de uma luta praticamente diária e constante dos estudantes em termos de redefinição, tanto do sentido atribuído àquele espaço, como em sua lógica dominante, assumindo a posição de "contestação, transgressão e questionamento" desse espaço. Nesse sentido, a atitude estudantil não passa

⁵⁶ "Comunicado a sociedade" (21.05.2007). Blog da Ocupação da USP. Disponível <http://ocupacaoUSP.noblogs.br> (22.05.2009).

⁵⁷ Bianchi, Alvaro; Braga, Ruy; Carneiro, Henrique. "Ocupações universitárias na História", (21.05.2007). Blog da Ocupação da USP. Disponível <http://ocupacaoUSP.noblogs.br> (22.04.2009).

desaperecebida, já que se confrontam a legalidade da “desobediência civil” e a ilegalidade política e do descaso à educação:

Ocupação da Reitoria da USP e de qualquer outra Reitoria Ocupada no atual momento é um ato de Desobediência Civil, de resistência à uma tirania que avança. É uma luta política em nome da sociedade: da Educação Pública gratuita de qualidade. Condenar aqueles que lutam pela educação é condenar a própria educação. É este o projeto do poder? Então que fique claro: a Ocupação é legítima. É civil e historicamente legítima⁵⁸.

Isso significaria que a ocupação apresentaria tanto um carácter simbólico como político, questionador da situação actual da universidade, dos problemas da efectivação democrática da “educação pública gratuita e de qualidade”. A desobediência civil e acção directa dos estudantes têm um princípio claro, nomeadamente, a defesa da educação e a resposta a crise que se perpetua na instituição. Entretanto, conforme se questionou o acto, principalmente por parte dos media, perdeu-se de vista aquilo que seria o intuito inicial – defendido e sempre lembrado pelo movimento quando confrontado –, a defesa do ensino público e de melhores condições para a universidade. Contrariamente a isso, a ocupação foi sempre criticada no sentido de ridicularização dos estudantes, ou mesmo, de entender o acto da ocupação como algo violento ou sem sentido. Os estudantes rebatem essas críticas defendendo-se dos posicionamentos contrários à ocupação e justificando-a como um acto legítimo:

Os críticos da ocupação enquanto estratégia argumentam que ela fere não apenas o princípio da legalidade, como também a civilidade e o diálogo e que, portanto, trata-se apenas de uma ação violenta, autoritária e criminosa. [...]. Os críticos da ocupação da reitoria, em especial aqueles que partilham do mesmo propósito (a defesa da autonomia universitária), podem questionar se a ocupação está conquistando, por meio da sua estratégia, legitimidade junto à comunidade acadêmica e à sociedade civil. Esse é um dilema que todos que escolhem este tipo de estratégia de luta têm que enfrentar e que os ocupantes estão enfrentando. Mas desqualificar a desobediência civil e a ação direta em nome da legalidade e da civilidade das instituições é desaprender o que a história ensinou. [...] Independente de como a ocupação da reitoria termine, ela já conseguiu seu propósito principal: fomentar a discussão sobre a autonomia universitária numa comunidade acadêmica que permaneceu apática por meses às agressões do governo estadual e que só acordou com o rompimento da ordem⁵⁹.

A finalidade da ocupação remete-se também à ruptura da apatia instalada, resultado de aceitação e falta de questionamento constante das intenções sub-reptícias dos governos à universidade. Não obstante, a procura dos estudantes em tentar quebrar o silêncio e a incapacidade de manifestar sua opinião política gerou inúmeras

⁵⁸ “Desobediência Civil” (26.05.2007). Blog da Ocupação da USP. Disponível <http://ocupacaoUSP.noblogs.br> (22.05.2009).

⁵⁹ “Sobre a Desobediência Civil” (27.05.2007). Blog da Ocupação da USP. Disponível <http://ocupacaoUSP.noblogs.br> (22.05.2009).

manifestações de apoio de outros estudantes, centros acadêmicos, DCEs, professores, políticos, por todo o Brasil e a nível internacional, através de moções de apoio recebidas diariamente pelos estudantes no interior da ocupação. Através da troca de experiências dos estudantes dos campi da USP, UNESP e UNICAMP, informando, através dos respectivos blogs das greves e ocupações, o andamento das mobilizações e das greves, as pautas de reivindicação, a denúncia da imprensa e o debate acerca dos Decretos. Evidentemente, o espaço da ocupação da reitoria da USP não era um facto isolado da universidade, mas congregava nela, o centro de mobilizações estudantis do período, possibilitando a discussão a nível nacional – sem ser levado a cabo por uma organização estudantil mais formal, como a UNE – sobre os projectos de reforma e a autonomia universitária.

A ocupação, enquanto um instrumento político que garantiria uma contrapartida dos estudantes para a negociação, além de imprimir ao movimento um carácter de organização não-institucionalizado e sua resistência pacífica, permitiu as autoridades reverter sua desvantagem política, no sentido de negociar com os estudantes mediante o abandono da ocupação. A garantia do movimento, em termos da manutenção de sua luta, residiria no contraponto que a ocupação ofereceria: “ocupar para negociar”, enquanto que para as autoridades, a ordem seria “desocupar para negociar”. Como os estudantes não acataram essa ordem, mantendo a ocupação, as autoridades, através da Reintegração da Posse da Reitoria, resolveram confrontar o acto estudantil através do uso do aparato policial. Esse recurso ao uso das forças policiais se desenhou em uma crescente criminalização do movimento, em que o seu instrumento de negociação foi convertido em um instrumento para criminalização:

“Queremos dizer ainda, que repudiamos o uso da força policial do Estado para desocupar o prédio da reitoria. A ocupação representa uma ação política legítima para forçar o governo Serra a atender as reivindicações do movimento. Além de mostrar para a população paulistana e de todo país a política de destruição das universidades públicas deste governador. Se tal desocupação for feita, acreditamos ser necessário unificar os estudantes que estão em luta no país para dar apoio concreto aos companheiros da USP, do mesmo modo deveremos buscar apoio dos movimentos sociais e sindicatos. Se não dermos resposta a uma ação como esta, caso ela ocorra, a repressão policial poderá se intensificar no próximo período⁶⁰.”

A possibilidade de uma intervenção policial na USP (assim como já havia acontecido no CRUSP nos anos 1960 e na PUC nos anos 70), também levou a

⁶⁰ “Moção de Apoio de Maringá” (30.05.2007). Blog da Ocupação da USP. Disponível <http://ocupacaoUSP.noblogs.br> (03.08.2009).

mobilização dos estudantes e da comunidade acadêmica para se posicionar contrariamente à essa possibilidade. Como visto, já desde o início, nas primeiras pautas de reivindicações, os estudantes repudiaram essa possibilidade, afirmando que a ocupação foi um acto pacífico e não poderia ser resolvido de outra forma sem ser através de uma ampla negociação com a Reitora Suely Vilela e com o Governador José Serra. Diferentemente do que postulou a mídia, o movimento só poderia ser compreendido em seu todo, relevando as suas reivindicações e entendendo o acto de ocupação como uma consequência da falta de abertura de canais democráticos de negociação, contrariando a falta de democracia estabelecida na universidade – desde suas instâncias internas de participação, ao papel da universidade na sociedade e sua importância na produção do conhecimento e formação profissional, cultural e política. Como explicitado pelo próprio movimento:

Buscamos quebrar a apatia política que tem permitido aos governantes agir sem consulta à população, escondidos nos muitos palácios, a governar por decretos. Queremos o direito e a responsabilidade da atividade política, popular e direta, livre e cotidiana. A legitimidade de nossa causa, somada a nossa determinação em defendê-la, inspirou o movimento estudantil em todo o país a sair às ruas para transformar a triste realidade brasileira, através da cultura e da educação. [...] Não mais nos calaremos. Lutamos para democratizar o acesso e melhorar a qualidade do ensino público, em todos os seus níveis. [...] Mas nesse “diálogo” não somos ouvidos nem por governo nem por reitora. Tentam nos criminalizar. Continuamos sob ameaça de repressão policial...⁶¹

A desocupação da reitoria em 23 de Junho – dada principalmente pela ameaça de invasão policial e crescente enfraquecimento do movimento devido aos efeitos desmobilizantes do Decreto Declaratório e da possibilidade de negociação por parte dos funcionários com o CRUESP – implicou na continuidade das actividades de mobilização estudantil e de luta por melhor qualidade no ensino superior, observando as limitações de manutenção do movimento em termos organizativos e contingenciais. A invasão da polícia militar no campus da FCL-Ar da UNESP permitiu que a criminalização do movimento fosse tomada como patente, na medida em que essa ameaça persistia a todo o movimento, passando a ser uma constante preocupação do movimento. Também, as perspectivas de ganhos em termos de abertura democrática para participação da comunidade acadêmica revelam a importância adquirida pelo movimento em termos de ganhos práticos. Como apresentado pelos estudantes:

⁶¹ “Convite ao Ministro da Cultura - Gilberto Gil” (18,06.2007). Blog da Ocupação da USP. Disponível <http://ocupacaoUSP.noblogs.br> (11.08.2009).

Desocupar para Ocupar. Com a saída do prédio da reitoria, os estudantes dão continuidade às suas atividades. Afinal, há muito trabalho pela frente. Precisamos de 51 dias de Ocupação para que fôssemos ouvidos e entrássemos nessa nova etapa. O que virá agora? O combate à criminalização do movimento é latente e, além disso, temos que acompanhar o cumprimento do acordo feito com a reitoria, garantir a funcionalidade e eficácia da comissão proposta para discutir os demais pontos reivindicados durante a Ocupação (ainda não atendidos) e trabalhar na construção do 5º Congresso da USP com a pauta Estatuinte. E tudo isso é só o começo⁶².

Finalizada, a ocupação da Reitoria da USP, em 2007, representou um marco de lutas para o movimento estudantil actual, já que, através dele se conseguiram articular uma identidade colectiva com uma respectiva acção de um sujeito político. Sua constituição plural e criativa permitiu a utilização de um instrumento recorrente, a ocupação de espaços universitários, para pensar, questionar, transgredir e desafiar os limites da universidade, da política e da democracia legalmente instituída, promovendo a resignificação do quotidiano universitário, em termos de práticas opositoras, alternativas a ordem dominante. Pensar o significado que a ocupação da USP passa por observar perspectivas em aberto deixadas para o futuro, na construção do movimento estudantil actual, locais e globais, articuladas com a história do movimento, do ponto de vista do prosseguimento das lutas dos estudantes e participação cultural e política.

4.4. 20 DE JUNHO DE 2007: O DIA QUE A POLÍCIA ENTROU PELA PORTA DA FRENTE

Na madrugada dessa quarta-feira (20), na calada da noite, o prédio da diretoria da Unesp-Araraquara foi desocupado por cerca de 180 soldados da Tropa de Choque. O despejo ocorreu sem reunião dos ocupantes com o comando da polícia militar para programar a saída e durante a madrugada, praxe não utilizada em outros despejos. No local havia cerca de 100 estudantes de diversos cursos, os quais foram levados à 4ª DP. A ocupação ocorreu no dia 13 de Junho em protesto contra a repressão na Unesp e contra os decretos do governador José Serra que ameaçam a autonomia das universidades estaduais. O mandado de reintegração de posse foi entregue de surpresa no dia 15, durante uma reunião de negociação com a diretoria⁶³.

A criminalização crescente do movimento estudantil mostrou sua face na Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara, na noite de 20 de Junho, com a invasão da Tropa de Choque, a pedido das autoridades universitárias do campus. A prisão dos estudantes, um acto caracterizadamente político, coloca em questão os

⁶² “Blog atualizado!” (04.07.2007). Blog da Ocupação da USP. Disponível <http://ocupacaoUSP.noblogs.br> (08.07.2009).

⁶³ “Tropa de Choque despeja ocupação na UNESP-Araraquara” (21.06.2007), Centro de Mídia Independente. Disponível <http://prod.midiaindependente.org/pt/blue//2007/06/386233.shtml>, (01.09.2009).

limites da democracia na universidade e dos protestos estudantis, com a incidência da repressão policial sobre a comunidade universitária. A discussão acerca da proibição de actividades “político-partidárias” no campus (em decorrência da Portaria 002/2006, expedida pela Congregação da FCL-Ar) representou, para os estudantes, a infracção do direito de manifestação e exercício da liberdade política, agravada, em 2007, com a desocupação forçada pela Polícia Militar. Essa acção foi directamente comparada, pelo todo do movimento, com os actos de repressão policial do período do Regime Militar:

Denunciamos e repudiamos a acção policial contra os estudantes da Unesp/Araraquara. Neste momento, está sendo cumprido pela tropa de choque o mandado de reintegração de posse da diretoria da FCL (Faculdade de Ciências e Letras), ocupada no dia 13 de Junho. Os estudantes, estão sendo presos mesmo após terem desocupado o prédio pacificamente, de mãos dadas, sem oferecer resistência, conforme já haviam deliberado. Repudiamos a política de bater, prender, para não dialogar. Criminalizar a acção política estudantil é uma forma de inviabilizar ainda mais o diálogo democrático, proliferando o medo como forma de governo, o que remete aos anos do regime militar⁶⁴.

A criminalização do movimento estudantil é algo que revela a tendência da falta de democracia e desorientação após a consolidação dos princípios neoliberais, a chamada “Era da Indeterminação”, em que a política é substituída pela polícia e se altera a referência de “povo brasileiro”, como totalidade, para referências de democracia e cidadania e até mesmo para referências de carácter micro – representativo, como etnia, ou como movimento social (Oliveira & Rizek, 2007). Isso significa que a resistência encontra-se sujeita a uma reacção da intervenção violenta das instituições do Estado, intrinsecamente relacionada com diferentes concepções de democracia, espaço público e de interesses sociais. A referência ao “Estado de Excepção” – característico do totalitarismo e de regimes ditatoriais – ganha novamente referência, aparecendo como o limiar de indeterminação entre democracia e absolutismo (Agamben, 2005). O questionamento da actual “democracia” tornou-se fundamental para o movimento, em termos de sua reflexão crítica sobre a universidade, em seu espaço e tempo:

Durante anos a fio, o Brasil sofreu com o arbítrio e o autoritarismo perpetrados pela ditadura civil-militar, instaurada após o golpe de Estado, em 1964. Muitos/as foram os/as que lutaram pela democratização de nossa sociedade, muitos/as pagando mesmo com a própria vida por essa luta. Quarenta e sete anos após o golpe e vinte e sete anos depois da “democratização”, pouca coisa mudou: a questão social no Brasil ainda é um caso de polícia. Assistimos hoje a um crescente processo de criminalização dos movimentos sociais e populares. Muitos militantes estão sendo presos em todo o país – como “exemplo” para os

64 “Denúncia! Repúdio a Acção Policial Contra os Estudantes de Araraquara” (20.06.2007). Blog da Ocupação da USP. Disponível <http://ocupacaoUSP.noblogs.br> (01.09.2009).

demais –, há um claro ataque a direitos históricos dos/as trabalhadores/as, com as (contra) reformas, e até mesmo a possibilidade de proibição de um instrumento de luta, histórico e legítimo, dos/as trabalhadores/as: a greve. São fatos que demonstram que o estado de exceção permanece sendo a regra geral. Liberdade? Só para banqueiros, multinacionais, latifundiários, usineiros...⁶⁵

Nesse sentido, questiona-se, directamente, a real existência de uma democracia nas universidades, de forma a permitir, não apenas a representação dos estudantes em órgãos colegiados, como também a liberdade de expressão. É questionável se, num ambiente de contacto com o conhecimento científico, cultural e político, não haja a hipótese dos estudantes assumirem uma postura combativa, em termos da luta pela garantia de seus direitos. Essa conflituosidade é somente um dos exemplos da actual resistência ao projecto global para as universidades, pautado por ensino mercadológico, acrítico e instrumental, em contraposição com um papel social, cultural e político mais amplo da universidade e da produção de seu conhecimento.

Finalmente, um ano após a invasão da Tropa de Choque na UNESP de Araraquara foi organizado pelos estudantes um evento de debate dos efeitos desses acontecimentos e, uma estudante de ciências sociais apresentou o seguinte questionamento: “como voltar a normalidade depois desses acontecimentos?”. Partindo da própria reflexão crítica dos estudantes e da comunidade académica em seu todo, conhecendo o tempo histórico e o espaço que estão inseridos, as possibilidades ainda se encontram em aberto – é isso que constatam os estudantes em suas reflexões... nada mais real do que o possível.

⁶⁵ “Ninguém é ilegal: os estudantes não estão sozinhos! Repressão em Araraquara” (20.06.2007, Blog da Ocupação da USP. Disponível <http://ocupacaoUSP.noblogs.br> (01.09.2009).

À GUISA DE CONCLUSÃO OU “APESAR DE VOCÊ”⁶⁶

Uma das músicas mais tocadas nas actividades de greve de 2007 (lembro do carro de som do SINTUSP, em meio a manifestação de 30.05), pelo que me lembre, foi *Apesar de Você*, de Chico Buarque – música relacionada ao período da Ditadura Militar brasileira, repressão e perseguição política – em que a referência de uma pessoa indefinida, “você”, pode significar uma personificação do regime ou referência directa aos governantes. Certamente, o espírito da canção relaciona a situação de um Estado de Sítio, de repressão constante, do “você que inventou esse Estado, inventou de inventar, toda escuridão”, contrastando com o “amanhã vai ser outro dia”, a utopia da esperança, a nascente alternativa. Seu significado, hoje, ressoa diferente no ouvido daqueles que a escutam, em quotidianos sociais diferentes, em que as lembranças e memórias dos tempos passados é o sentido do som de um disco, de uma memória nem tão perto, nem tão longe – revivido no instante do início ao final de uma canção. Os estudantes que hoje exigem melhores condições de ensino ampliam e actualizam a necessidade de se escutar novamente a música, tem ouvidos ávidos pelas mudanças e pelo passado, por experimentar o permitido e não permitido, na infracção de limites os quais nunca nem sequer se puderam delimitar, ou, mesmo determinados, não são atribuídos sentidos razoáveis para essa delimitação. Repensar o espaço público é romper as fronteiras estabelecidas na escuridão dos processos decisórios e interesses de poder, acumulação e exercício de dominação – e nada melhor do que pensar nisso, no interior do próprio espaço, discutindo o imaginável e o inimaginável aos olhos daqueles que se colocam contrários ou expropriam esse espaço, em nome dos interesses mais diversos, que

⁶⁶ No momento em que finalizo essa dissertação sobre o movimento estudantil das Universidades Estaduais Paulistas de 2007, conjuntamente USP, UNESP e UNICAMP, seus estudantes, funcionários e professores estão novamente em greve. Não me parece que haja uma nova situação da qual o movimento reivindica, há sim uma continuidade de 2007. Exactamente, porque na medida em que suas reivindicações não foram atendidas e frente a um colapso do sistema de ensino superior – atacado de todos os lados, pela ameaça a autonomia, falta de investimentos no corpo docente, não negociação dos aumentos salariais dos trabalhadores e, ainda, a expansão do ensino virtual e os ataques da Tropa de Choque na manifestação de 16 de Junho na USP - o movimento estudantil continua a dar as respostas necessárias aos problemas do ensino superior. Não obstante, essa nota, vem a ressaltar que, nesse momento, a unidade política do movimento tende a se fortalecer paulatinamente, extrapolando o contexto específico de 2007 ou de 2009, mas se afirmando como um actor social e político, presente e combativo (Ver Anexo III).

diferem dos interesses daqueles que, quotidianamente se relacionam nesse espaço. A avidez dos ouvidos por Chico Buarque é tão grande quanto por Geraldo Vandré, entretanto, Vandré é directo, nitidamente fala num determinado contexto que pode ser apenas entendido dentro de seu tempo e espaço, na memória passada das lutas, derrotas e vitórias de pessoas que “não esperam acontecer”. Buarque é subtil, fala nas entrelinhas, não determina uma característica marcante desse tempo, deixa em aberto a esperança, ressalta a impunidade e o que recai sobre um “alguém” quase tão indefinido como o “você”. A manha que renasce e esbanja poesia está presente na visão ampliada daqueles que questionam o porque, independentemente daquilo que lhes aguarda, ou mesmo, que é esperado dado a inscrição de futuros incertos e de expectativas difíceis de se concretizar. O desenvolvimento desses agentes sociais é enunciado pelo dever, o inscrito mais ainda não concretizado, de uma acção, política e cultural, que encontra no grito ou nos escritos em vermelho em um cartaz, o meio necessário para dizer algo importante – que pode ser ouvido adequadamente, por aqueles à quem se direcciona, ou não. Esse grito dissonante permeado pelo caos da indefinição, atinge, sobretudo, àqueles que se posicionam em defesa de um direito geral que contraria os interesses pessoais, expõe os riscos da consequência de escutar o que não se deseja, ou que anuncia a indiferença e a insensatez dos detentores de poder, fazendo-se ouvir tão alto e em bom som, que desagrada, confronta e revela a preocupação de se livrar do excedente a todo custo, mesmo que esse excedente signifique o próprio Estado. Exige-se a autonomia, recebe-se autoritarismo. Autoritarismo envernizado de democracia ou, de Democracia, a da “Festa da Democracia” das eleições de 2002 e a possibilidade de afastamento do “fantasma” do cassetete e das bombas atiradas pelos militares contra a população desrespeitada, em especial, à classe trabalhadora expropriada do direito de organização e de greve.

Os estudantes, que historicamente se posicionaram contra as ditaduras e regimes autoritários, em vários lugares do mundo, desde o início das universidades, mostram sua capacidade de resistência, presente nas acções de grupos formados no interior das universidades, por compartilharem quotidianos semelhantes imersos na pluralidade de conhecimentos e na visão crítica do saber. Estudam e produzem saber, ora, sabendo quem o exercerá como poder – na lógica estabelecida por Foucault – ora, não sabendo e correndo o risco de seu estranhamento. Resistem os estudantes, que pensam o sujeito de destino desse conhecimento, os efeitos do estranhamento em

termos dos direitos práticos e do conseqüente desrespeito destes. Almejam ultrapassar os “muros da universidade”: muros simbólicos, colocados na exclusão do acesso, na precarização, na incapacidade de se fazerem ouvir naturalmente por seus tutores e pela sociedade em geral. Falam para um “você” indefinido, muito bem descrito e detalhado, com intenções definidas – que pode ser tanto um mais específico e concreto como um mais geral e abstracto. Lutam pela autonomia, em constante ameaça de ser infringida e extinta, que a cada dia se distancia mais do seu exercício em concreto, e passa a ser interpretada de forma incompleta ou subvertida. Méritos àqueles que esqueceram que sem a autonomia se desestruturaria facilmente as condições propícias da educação e produção de um conhecimento amplo, crítico e emancipador, tomando a falta de autonomia e democracia nas universidades por uma porta quebrada na Reitoria, resultado de uma manifestação violenta de “meia dúzia”. Violência maior está presente materialmente, na falta de infra-estrutura, em salários baixos, repressão ao direito de greve e prisões, representada pela inconstitucionalidade de decretos aparentemente inofensivos.

Ocupar as Reitorias e espaços académicos, a solução encontrada pelos estudantes nessa Greve, não é nada novo e, muito pelo contrário, já data das experiências concretas dos estudantes em décadas anteriores. Essas práticas, estiveram historicamente referenciadas no contexto estudantil, nos casos da Sorbonne e Nanterre em 1968 na França, e hoje, se constituem na aproximação com movimentos sociais brasileiros, latino-americanos e mundiais – não excluindo a atualidade do uso estudantil, nos últimos anos. Hoje, são elaboradas em um contexto diferente, questionando, directa ou indirectamente, modelos estabelecidos globalmente para o ensino. Recriam quotidianos e a discussão política permanente – a qual faz parte da universidade e não pode ser proibida – retomando a construção de suas identidades e construindo-as tendo em vista o processo político, procurando estabelecer sua “voz social” por meio dessas práticas. A incapacidade de abertura de negociação por parte das Reitorias e dos governantes com o movimento possibilita uma atitude não esperada, não inscrita através das organizações tradicionais do movimento estudantil e que, por seu carácter não institucionalizado, apanha a todos de surpresa, numa atitude drástica, mas não violenta – atitude que enuncia a respiração dos estudantes mediante a apatia estabelecida. Torna-se, o espaço académico, instrumento de luta política. Assim, segue a tendência da luta como um questionamento de saberes e valorização de

outras formas de experiências, num campo ontológico e epistemológico de lutas vastas, operando severas críticas aos saberes dominantes, poderes instituídos e valores humanos definidos, no sentido de compreender poderes simbólicos dissimulados e transfigurados na estrutura social.

A falta de democracia e o trato do movimento como criminoso e violento – fazem valer a comparação com a ditadura militar – resultado de uma criminalização pouco a pouco delineada pelo aumento das tensões sociais e a incapacidade de se estabelecer uma democracia de facto, com uma construção participativa e orientada por suas bases. Já que a ocupação se deu de forma ilegal, inesperada e não prevista, os estudantes enfrentaram diversos problemas com o Estado: a entrada da polícia em campus universitários (como o caso da UNESP - FCL-Ar, durante o período das ocupações, em que o conflito com a polícia foi inevitável e de difícil compreensão para os estudantes) e os processos de sindicância que alguns estudantes identificados nas ocupações estavam a responder nas respectivas universidades, correndo o risco de serem jubilados. Nesse sentido, o discurso da democracia na universidade em contraposição com a repressão dos estudantes parece desenhar um caminho mais vasto das lutas sociais, mas a intervenção violenta do Estado nas instituições desestabiliza o movimento, mostrando nitidamente as diferenças entre a democracia pretendida pelo movimento e a democracia das instancias de governo e poder.

Independentemente do ganho ou de perdas políticas que isso possa ter para o movimento, ele já tem um ganho como ponto de partida: a capacidade de ruptura com a apatia e a criação de uma mobilização almejando a ruptura com os tais muros universitários. A sutileza do movimento estudantil se mantém no coro que quebra a porta, por sua capacidade de articular diversas vertentes, heterogeneidades e irreverências: coro em conjunto com a comunidade universitária, na caminhada juntamente com os movimentos sociais. Continua, portanto, a tocar a musica de Buarque, mas a musica de Vandr e e de outras centenas de milhares de movimentos sociais por ai.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agamben, Giorgio (2005), *State of Exception*. Chicago: University of Chicago Press.
- Altvater, Elmar (1999), *Os Desafios da Globalização e da Crise Ecológica para o Discurso da Democracia e dos Direitos Humanos*. In: Heller, Agnes (Org), *A Crise dos Paradigmas em Ciências Sociais e os Desafios para o Século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Alvarez, Sonia; Dagnino, Evelina; Escobar, Arturo (2003), *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: Novas Leituras*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Appadurai, Arjun (2001), *Dimensões Culturais da Globalização*. Lisboa: Teorema.
- Barker, Colin (2002), *Revolutionary Rehearsals*. Chicago: Haymarket Books.
- _____ (2008), *Some Reflections on Student Movements of the 1960 and Early 1970s*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 81, 43-91.
- Bebiano, Rui (2003), *O Poder da Imaginação: Juventude, Rebeldia e Resistência nos Anos 60*. Coimbra: Angelus Novus.
- _____ (2006), *Anos Inquietos: Vozes do Movimento Estudantil em Coimbra: 1961-1974*. Porto: Afrontamento.
- _____; Estanque, Elísio (2007), *Do Activismo à Indiferença: Movimentos Estudantis em Coimbra*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Bianchi, Alvaro (2008), *Transgressões: As ocupações de Reitoria e a Crise das Universidades Públicas*. São Paulo: Sundermann.
- Boltanski, Luc; Chiapello, Ève (1999), *Le Nouvel Esprit du Capitalisme*. Paris: Gallimard.
- Boren, Mark Edelman (2001), *Student Resistance: A History of Unruly Subject*. London: Routledge.
- Bourdieu, Pierre (1996), *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação*. Campinas: Papyrus.
- _____ (2004), *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____ (2007), *A Distinção: Crítica Social do Julgamento*. São Paulo: Edusp.
- Burawoy, Michael (1990). *Politics of Production: Factory Regimes under Capitalism and Socialism*. London: Verso.
- _____ (1991), *Ethnography Unbound: Power and Resistance in the Modern Metropolis*. Berkeley: University of California Press.

Burke, Peter (2005). *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Zahar.

Cangas, Yanko (2004). *Boémios e Militantes: Identidades Juvenis no Chile 1900-1958*. In: Caccia-Bava, Augusto; Pampols, Carlos; Cangas, Yanko. *Jovens na América Latina*. São Paulo: Escrituras.

Cardina, Miguel (2007) *Memórias Incômodas e Rasura do Tempo: Movimentos Estudantis e Praxe Acadêmica no Declínio do Estado Novo*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 81, 111-131.

_____ (2008), *A Tradição da Contestação: Resistência Estudantil no Marcelismo*. Coimbra: Angelus Novus.

Caria, Telmo (2003). *A Construção Etnográfica do Conhecimento em Ciências Sociais: Reflexividade e Fronteira*. In: Caria, Telmo. (org) *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento.

Carloto, Maria; Ortellado, Pablo (2007). *A Esquerda Tem Uma Política Para o Ensino Superior e Para a Ciência?*; Leher, Roberto. *Rebeliões Estudantis Refundam a Luta pelo Público*; Pinassi, Maria, *A Hora e a Vez da Práxis: Breve ensaio sobre a recusa da ordem*. In *Margem Esquerda: Ensaio Marxistas N.º. 10*, São Paulo: Boitempo Editorial.

Casanova, Pablo (1999). *La Universidad Necesaria en el Siglo XXI*. México: Era, 1999.

_____ (2006). *As Novas Ciências e as Humanidades*. São Paulo: Boitempo.

Cohen, Jean; Arato, Andrew (1992). *Sociedad Civil y Teoria Política*. México, D.F: Fondo de Cultura Económica.

Della Porta, Donatella; Diani, Mario (2006). *Social Movements an Introduction*. Oxford: Blackwell Publishing.

Drago, Ana (2004), *Agitar Antes de Ousar: O Movimento Estudantil “Antipropinas”*. Porto: Edições Afrontamento.

Eder, Klaus (1993), *The New Politics of Class: Social Movements and Cultural Dynamics in Advanced Societies*. London: Sage Publications.

_____ (2001). *A Classe Social Tem Importância no Estudo dos Novos Movimentos Sociais?* *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 16, N.º 46.

Elias, Norbert (1995), *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____ ; Scotson, John (2000), *Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das Relações de Poder a Partir de uma Pequena Comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Estanque, Elísio; Mendes, João (1997). *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal: Um Estudo Comparativo*. Porto: Edições Afrontamento.

_____ (2000), *Entre a Fábrica e a Comunidade: Subjectividades e Práticas de Classe no Operariado do Calçado*. Porto: Afrontamento.

_____ & Nunes, João (2003), Dilemas e Desafios da Universidade: Recomposição Social e Expectativas dos Estudantes na Universidade de Coimbra. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, Outubro 2003: 5-44.

Fávero, Maria (2006), *A Universidade no Brasil: Das Origens à Reforma Universitária de 1968*. *Educar em Revista*, N°28, Curitiba, Jul/Dez.

Fernandes, Florestan (1975), *Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução*. São Paulo: Editora Alfa- Omega.

Ferreira, Oliveiros (2003), *Resgatando os Fundadores*. *Revista USP*, N° 60, Dez/Jan/Fev.

Filho, Michel; Machado, Otávio (2007), *Movimento Estudantil Brasileiro e Educação Superior*. Recife: Editora Universitária UFPE.

Flacks, Dick (2004), *A Questão da Relevância nos Estudos dos Movimentos Sociais*. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, N° 72, Outubro.

Foucault, Michel (2003), *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

_____ (2005), *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.

Fraser, Nancy (2006), *Redistribución o Reconocimiento? Un Debate Político-Filosófico*. Madrid: Ediciones Morata.

Gohn, Maria (2002), *Teorias dos Movimentos Sociais – Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. Edições Loyola, São Paulo.

_____ (2004), *Educação, Trabalho e Lutas Sociais*; Leher, Roberto, *Tempo, Autonomia, Sociedade Civil e Esfera Pública: Uma Introdução ao Debate a Propósito dos 'Novos' Movimentos Sociais na Educação*. In: Figotto, Gaudêncio; Gentilli, Pablo (Org.), *A Cidadania Negada: Políticas de Exclusão na Educação e no Trabalho*. São Paulo: Cortez Editora / CLACSO.

Gramsci, Antonio (1978), *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. São Paulo: Círculo do Livro.

Habermas, Jurgen (1987), *Teoria de la Accion Comunicativa*. Madrid: Taurus.

_____ (2006), *Técnica e Ciência como "ideologia"*. Lisboa: Edições 70

Hall, Stuart (1997), *O Político e o Económico*. In: Poulantzas, Nico; Hunt, Adam. *Classes e Estrutura de Classes*. São Paulo: Livraria Martins Fontes.

_____ (1997), *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DPA Editora.

Harvey, David. (2000), *Condição Pós - Moderna: Uma Pesquisa Sobre as Origens da Mudança Cultural*. São Paulo: Edições Loyola.

Hobsbawn, Eric (1995), *The Age of Empire: 1875-1914*. London: Abacus.

Honneth, Axel (2003). *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34.

Leff, Enrique (2007), *Ecología y Capital: Racionalidad Ambiental, Democracia Participativa y Desarrollo Sustentable*. México: Siglo XXI Editores.

Leher, Roberto (2004), *Para Silenciar os Campi*. Educação & Sociedade, Campinas, Vol 25, N°. 88.

Lévi-Strauss, Claude (2008), *Tristes Trópicos*. Lisboa: Edições 70.

Martins Filho, João (1998), *1968 - Faz Tantos Anos*. São Carlos: EDUFSCAR.

McAdam, Doug; McCarthy, John; Zald, Mayer (1999), *Movimientos Sociales: Perspectivas Comparadas*. Madri: Istmo.

_____; Tarrow, Sidney; Tilly, Charles (2001), *Dynamics of Contention*. Cambridge, Cambridge University Press.

Melucci, Alberto (2003), *Challenging Codes: Collective Action in the Information Age*. Cambridge: Cambridge University Press

Miceli, Sérgio; Waizbort, Leopoldo (2001), *Dossie Norbert Elias*. São Paulo: EDUSP.

Mills, Charles Wright (1969), *A Nova Classe Média*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Morin, Edgard (1996). *Ciência como Consciência*. São Paulo: Bertrand Brasil.

Oliveira, Francisco; Rizek, Cibele (2007), *A Era da Indeterminação*. São Paulo: Editora Boitempo.

Oliveira, Maria (2002), *A Ciência que Queremos e a Mercantilização da Universidade*. In. Loureiro, Isabel; Del-Masso, Maria (Orgs), *Tempos de Greve na Universidade Pública*. Marília: Unesp Marília Publicações.

Offe, Claus (1988), *Disorganized Capitalism: Contemporary Transformations of Work and Politics*. Cambridge: Polity Press.

Pinassi, Maria (2007). *A Hora e a Vez da Práxis: Breve ensaio sobre a recusa da ordem*. In Margem Esquerda: Ensaio Marxistas. N°. 10, São Paulo: Boitempo Editorial, Novembro.

Pocock, John (2003), *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: EDUSP.

Poerner, José (1968). *O Poder Jovem: História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Ranieri, Nina (1994), *Autonomia Universitária: As Universidades Públicas e a Constituição Federal de 1988*. São Paulo: EDUSP.

Ray, Larry (1993) *Rethinking Critical Theory: Emancipation in the Age of Global Social Movements*. London: Sage.

Ribeiro, António (2002). *A retórica dos limites. Notas sobre o conceito de fronteira*. In: Santos, Boaventura (org). *A Globalização e as Ciências Sociais*, São Paulo: Cortez.

Ribeiro, Darcy (1978). *A Universidade Necessária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Santos, Boaventura de Sousa (1987). *Um Discurso sobre as Ciências*. Porto, Afrontamento.

_____ (1989). *Introdução à uma Ciência Pós- Moderna*. São Paulo: Graal Editora.

_____ (1995). *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade*. São Paulo: Cortez Editora.

_____ (2005a). *Globalização: Fatalidade ou Utopia*. In Santos, Boaventura Sousa (org). *Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo, Cortez Editora.

_____ (2005b). *O Fórum Social Mundial: Manual de Uso*. São Paulo, Cortez Editora.

_____ & Filho, Naomar (2008). *A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova*. Coimbra: Almedina.

Sampaio, Anita (1998), *Autonomia Universitária: Um Modelo de Interpretação e Aplicação do Artigo 207 da Constituição Federal*. Brasília: EDUNB

Tilly, Charles (1996), *As Revoluções Europeias, 1492-1992*. Lisboa: Editorial Presença.

_____ (2005), *Social Movements, 1768-2004*. Boulder: Paradigm Publishers

Touraine, Alain (1972). *A Sociedade Post-Industrial*. Lisboa: Moraes.

_____ (1984). *O Retorno do Actor: Ensaio sobre Sociologia*. Lisboa: Instituto Piaget.

Thompson, Edward (2004), *A Formação da Classe Operaria Inglesa. Volume I: A Árvore da Liberdade*. São Paulo: Paz e Terra.

Valle, Maria Ribeiro (2007). *1968: O Diálogo é a Violência: Movimento Estudantil e Ditadura Militar no Brasil*. Campinas: Editora UNICAMP.

Wright, Erik (1989), *The Debate on Classes*. London: Verso

_____ (1994), *Análise de Classes, História e Emancipação*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 40, Coimbra, Centro de Estudos Sociais.

_____ (1997), *Class Counts: Comparative Studies in Class Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.

ARTIGOS E DOCUMENTOS

Bianchi, Alvaro; Braga, Ruy; Carneiro, Henrique. “Ocupações universitárias na História”, (21.05.2007). Blog da Ocupação da USP. Disponível [http: http://ocupacaoUSP.noblogs.br](http://ocupacaoUSP.noblogs.br) (10.03.2009).

Cohn, Gabriel (21.05.07), *As Três faces da Controvérsia*, O Estado de São Paulo.

Declaração de Bolonha (1999), *Declaração conjunta dos ministros da educação europeus, assinada em Bolonha*. Disponível [http: http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/links/language/1999_Bologna_Declaration_Portuguese.pdf](http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/links/language/1999_Bologna_Declaration_Portuguese.pdf)

Declaração de Bergen (2005), *The European Higher Education Area - Achieving the Goals*. Disponível [http: http://www.bologna-bergen2005.no/Docs/00-Main_doc/050520_Bergen_Communique.pdf](http://www.bologna-bergen2005.no/Docs/00-Main_doc/050520_Bergen_Communique.pdf)

Jorge, José Tadeu (01.02.07), *A Sobrevivência da Autonomia Universitária*. Folha de São Paulo.

Para não esquecer: Massacre da Praia Vermelha, Estudante.net, Disponível [http: http://www.une.org.br/home3/opiniao/artigos/m_10704.html](http://www.une.org.br/home3/opiniao/artigos/m_10704.html) (04/05/2009)

Pécora, Alcir; Foot-Hardman, Francisco (24.01.07), *Serra e o Fim da Autonomia Universitária*. Folha de São Paulo.

Musse, Ricardo, “A política de Serra e as ironias da História”, (21.05.2007). Blog da Ocupação da USP. Disponível [http: http://ocupacaoUSP.noblogs.br](http://ocupacaoUSP.noblogs.br) (10.03.2009).

Schwartzman, Simon (1988). *A Autonomia Universitária e a Constituição de 1988*. Simon’s Site, Disponível [http: http://www.schwartzman.org.br](http://www.schwartzman.org.br), (04/05/2009)

BOLETINS

Boletim do SINTUSP (01.02.2007), N°. 4.

Boletim do SINTUSP (08.02.2007), N°. 5.

Boletim do SINTUSP (26.03.2007), N°. 14,

Boletim do SINTUSP (02.04.2007), N°. 16

Boletim do SINTUSP, Específico de Pirassununga (24.04.2007).

Boletim do SINTUSP (14.05.2007), N°. 29.

Boletim do SINTUSP (25.06.2007), N°. 57.

Boletim do SINTUSP (14.08.2007), N°. 67.

Pauta do Fórum das Seis (17.04.2007).

ENDEREÇOS ELECTRÓNICOS

Blog da Ocupação da USP, Disponível <http://ocupacaousp.noblogs.br>. (13.09.2009, último acesso)

Centro de Mídia Independente, Disponível <http://www.midiaindependente.org>. Acesso em 12 de Maio de 2008.

Coordenação Nacional de Lutas, Disponível <http://www.conlutas.org.br>. Acesso em 02 de Maio de 2008.

Grupo de Estudos Sobre a Ditadura, Disponível <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br>. (02/05/2009).

Sindicato dos Trabalhadores da UNESP, Disponível <http://www.sintunesp.org.br>. Acesso em 20 de Abril de 2008.

Sindicato dos Trabalhadores da USP, Disponível <http://www.sintusp.org.br>. Acesso em 20 de Abril de 2008.

Sindicato dos Trabalhadores da UNICAMP. Disponível <http://www.stu.org.br>. Acesso em 20 de Abril de 2008.

ANEXOS

I - LOCAIS EM GREVE EM 30-05-2007

USP (SÃO PAULO)		EDUCAÇÃO FÍSICA	INDICATIVO
CAMPUS BUTANTÃ		BIOLOGIA	GREVE
CURSO	SITUAÇÃO	VETERINÁRIA	INDICATIVO
FAU	GREVE	POLITÉCNICA	DISCUSSÃO
JORNALISMO	GREVE	<i>UNIDADES EXTERNAS USP</i>	
ICB	GREVE	CURSO	SITUAÇÃO
FÍSICA	DISCUSSÃO	DIREITO	GREVE
BIBLIOTECONOMIA	GREVE	NUTRIÇÃO	GREVE
ÁUDIO VISUAL	GREVE	MEDICINA	
MÚSICA	GREVE	ENFERMAGEM	
ARTES PLÁSTICAS	GREVE	<i>EACH</i>	
ARTES CÊNICAS	GREVE	CURSO	SITUAÇÃO
FONOAUDIOLOGIA	GREVE	CIÊNCIAS DA NATUREZA	GREVE
FISIOTERAPIA	GREVE	GESTÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS	GREVE
TERAPIA OCUPACIONAL	GREVE	LAZER E TURISMO	GREVE
PEDAGOGIA	GREVE	MARKETING	-
GEOGRAFIA	GREVE	SISTEMAS DA INFORMAÇÃO	GREVE
CIÊNCIAS SOCIAIS	GREVE	TÊXTIL	GREVE
LETRAS	GREVE	CIÊNCIAS DA ATIVIDADE FÍSICA	GREVE
HISTÓRIA	GREVE	GERONTOLOGIA	GREVE
EAD	GREVE	OBSTETRÍCIA	GREVE
FILOSOFIA	GREVE	GESTÃO AMBIENTAL	GREVE
IAG	INDICATIVO		
GEOLOGIA	GREVE		
PSICOLOGIA	GREVE		

USP (OUTRAS CIDADES)		UNESP	
CURSO	SITUAÇÃO	CURSOS	SITUAÇÃO
SÃO CARLOS	GREVE	ARARAQUARA	GREVE
RIBEIRÃO PRETO	GREVE	ILHA SOLTEIRA	GREVE
PIRACICABA	INDICATIVO	MARÍLIA	GREVE
PIRASSUNUNGA	-	OURINHOS	GREVE
LORENA	-	PRES. PRUDENTE	GREVE
BAURU	-	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	GREVE
		OUTROS CAMPI	INDICATIVO
UNICAMP		PROFESSORES SITUAÇÃO	
CURSO	SITUAÇÃO		
FILOSOFIA	GREVE	ADUSP	GREVE
HISTÓRIA	GREVE	ADUNICAMP	GREVE
CIÊNCIAS SOCIAIS	GREVE	ADUNESP	GREVE
EDUCAÇÃO	GREVE		
GEOLOGIA	GREVE	FUNCIONÁRIOS SITUAÇÃO	
GEOGRAFIA	GREVE	SINTUSP	GREVE
ARTES	GREVE	STU (UNICAMP)	GREVE
EDUCAÇÃO FÍSICA	GREVE	SINTUNESP	GREVE
BIOLOGIA	DISCUSSÃO		
LETRAS	DISCUSSÃO		

ANEXOS

II – 2009: QUAL A UNIVERSIDADE QUE QUEREMOS?

2009: QUAL A UNIVERSIDADE QUE QUEREMOS?

“Luta campal”. Assim definiu o estudante da UNICAMP – Leonardo Rodrigues – os acontecimentos da tarde de terça-feira (09 de Junho) na USP. Os protestos faziam parte da Greve que perdura por mais de 35 dias entre os funcionários da USP e que conta com a adesão mais recente dos estudantes. A pauta de reivindicações dos trabalhadores tem como foco principal a readmissão do dirigente do SINTUSP, Claudionor Brandão, saída da Polícia Militar da universidade, e reabertura da negociação salarial. Para os estudantes, os principais pontos são a criação da UNIVESP (Universidade Virtual do Estado de São Paulo) e o fim da repressão nas universidades. Sobre os factos de Terça-feira, a polícia, que já se encontrava no campus, tentava barrar os piquetes dos trabalhadores em greve na universidade, em várias unidades de ensino.

No âmbito de um acto conjunto marcado para o meio-dia, estudantes e funcionários estiveram, durante 2 horas, frente a frente com a tropa de choque que tentou impedir o mesmo, até que o conflito surgiu a partir de provocações bilaterais e da tentativa de saída dos manifestantes pelo portão principal da USP. Daí resultou um conflito entre os estudantes e a polícia, que usou balas de borracha e bombas de “efeito moral” para dispersar os manifestantes. O conflito culminou na prisão de dois funcionários do sindicato, entre eles, o dirigente Claudionor Brandão, e de um estudante ferido.

A greve da USP conta com a adesão de, aproximadamente, 65% dos trabalhadores ligados ao SINTUSP, a que se somam os estudantes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Faculdade de Educação e parte da Escola de Comunicação e Artes; conta, também, com o apoio de cerca de 150 professores da USP, categoria esta que entrou em greve após os factos ocorridos e, também, por questões salariais. Apesar disso, o movimento que se iniciou com os trabalhadores ficou praticamente isolado durante 20 dias, apontando para o seu possível crescimento nos dias que se seguem – principalmente após o sucedido.

Estudantes, trabalhadores e professores das 3 Universidades do Estado de São Paulo têm pela frente um novo desafio, já lançado anteriormente, principalmente em 2007: impedir a repressão no campus universitário e a punição dos envolvidos.

a) PRECARIEDADE NA UNIVERSIDADE

Novamente, a polícia entrou “pela porta da frente” da universidade (já havia invadido a UNESP de Araraquara - SP em 20 de junho de 2007, após o fim do mandato de desocupação, juntamente com as ameaças constantes de entrada de polícias nas reitorias ocupadas). Notadamente, as bandeiras, alertando para a situação de precariedade na universidade, falta de verbas e problemas infra-estruturais, foram comedidas em torno da acção repressiva da polícia. Os ataques à autonomia universitária prevalecem, pautando-se por um carácter cada vez menos democrático no seu interior, impedindo a emergência de resistência por parte dos movimentos à implementação dessas alterações.

Em primeiro lugar, as universidades contam com o afunilamento dos seus recursos financeiros e confrontam-se com a possibilidade de criação de uma universidade virtual, encobrando o real problema da universidade pública: falta de verbas para a contratação de professores e funcionários. Que a educação superior não seja prioridade para o governo de Serra, isso quase já não se discute; entretanto, com o agravar da situação, a prioridade passa a ser a combater violentamente o movimento de protesto. Segundo os trabalhadores e estudantes, os “ataques” ao ensino público vêm sendo discutidos na universidade nos últimos anos. A discussão gira em torno de dois eixos: 1) a universidade é identificada com um lugar aberto à liberdade de pensamento, e promotor da segurança da autonomia académica; 2) tentativa de conter a perda da autonomia financeira, da qual o Estado é provedor. Perante a não verificação desta dupla dimensão de autonomia, é impossível a configuração do tripé que sustenta o funcionamento da universidade: pesquisa, ensino e extensão.

Dizer que os problemas da universidade pública estão a ser superados com os programas REUNI e PROUNI não condiz com a realidade, já que os principais problemas infra-estruturais e de falta de verbas persistem. Quanto ao projecto em curso, a criação da UNIVESP (Universidade Virtual do Estado de São Paulo), é uma iniciativa da Secretaria de Ensino Superior (criada em 2007), que oferece uma ampliação das vagas do ensino público superior por meio de aulas virtuais, com o uso de tecnologias avançadas, média e internet. O programa segue as directrizes do Governo Federal (LF. nº 10.172, de 2001, I.6.2), que afirma "ser preciso ampliar o conceito de educação à distância para poder incorporar todas as possibilidades que as

tecnologias de comunicação possam propiciar a todos os níveis e modalidades de educação".

Os investimentos dirigidos à universidade acabam por ser cada vez menos destinados à universidade em si, mas, pelo contrário, à criação de novas estruturas universitárias, que, para além de não garantirem a qualidade de ensino, são deslocadas dos centros de ensino e exigem maiores recursos dos governos Estadual e Federal. Os programas de expansão da universidade têm promovido a falta de "equidade" no ensino superior, juntamente com a criação de estruturas e instituições de ensino privado de baixa qualidade e altas mensalidades, além de redução nos tempos de curso, valorizando uma rápida formação para o mercado de trabalho, mas sem uma abertura consistente à empregabilidade. Da mesma forma, os trabalhadores e professores encontram-se em situações de perda de direitos, ausência de aumento salarial e dificuldades de trabalho nas actuais condições infra-estruturais. No IFCH da UNICAMP, por exemplo, a falta de professores e as reformas curriculares, levam ao debate da possibilidade de não abertura de cadeiras na licenciatura e pós-graduação para o segundo semestre de 2009.

O projecto neoliberal de universidade estende-se na direcção de um "sucateamento total" das estruturas, juntamente com a repressão drástica do movimento. Conflitos como esse marcam um período de tensão entre o governo e os movimentos, que ultrapassam possíveis disputas partidárias ou ideológicas. Assim, como em 2007, há novamente uma polarização do movimento e fortalecimento paulatino das lutas, da qual a UNE não apoia e perde o seu carácter de representatividade perante os estudantes. Abre-se espaço para um movimento de estudantes mais independentes, com partidos e grupos políticos que contribuem para a organização não - institucionalizada do movimento, cujo principal ponto de apoio é a solidariedade com os trabalhadores, construindo quotidianos e lutas em conjunto.

b) CRIMINALIZANDO O MOVIMENTO

O ataque da tropa de choque aos estudantes, trabalhadores e professores da USP, UNESP e UNICAMP é mais um confronto que indica a repressão que o movimento vem sofrendo, principalmente, após as greves de 2007. A abertura de processos de sindicância contra estudantes e funcionários é acoplada de constante repressão (como a entrada da Polícia no campus da USP, para controlar os piquetes

dos trabalhadores). Esses confrontos não são restritos ao Estado de São Paulo, mas também estiveram presentes na UNB e outras universidades brasileiras, sobretudo nos protestos contra o REUNI, em 2008. Conforme o movimento se articula e busca a negociação nos espaços deliberativos, como o CRUESP, a falta de democracia na universidade e nas suas instâncias implica acções maiores do movimento, como actos públicos, dos quais, a incapacidade de negociação do governo e a imposição de medidas que pecarizam ainda mais a universidade, acabam por gerar um carácter de contestação que fortalece o movimento.

Ainda que não haja uma radicalização do movimento, mas sim uma repressão sobre o movimento, o fortalecimento deste consiste num processo paulatino de construção de culturas política e de greve, marcadas pela politização, irreverência e capacidade de acção autónoma, independentes de uma organização nacional. São respostas locais dadas a problemas que ultrapassam a esfera dos governos Estaduais e Federais, mas que se confrontam directamente com os projectos hegemónicos em curso, ditados por instituições financeiras e internacionais.

Consequentemente, a incapacidade de negociação dos governantes, juntamente com os “ataques” mais constantes ao ensino, acabam por potenciar a construção de um movimento de defesa do ensino público, presencial, de qualidade e gratuito, maiores verbas para universidade, aumentos salariais e contratações de professores e funcionários. Ainda que os princípios de acção dos movimentos possam ser julgados como partindo de “meia dúzia”, não representando a opinião total dos estudantes das universidades, assiste-se a emergência de discussão e fortalecimento de um projecto diferenciado de universidade.

O projecto procura a construção de uma universidade mais democrática, que caminhe no sentido da preservação de uma infra-estrutura que garanta o reconhecimento como “centros de excelência”. Para além disso, verifica-se a tentativa de incorporação de sectores de classes mais desfavorecidas, oferecendo maiores oportunidades de ensino e formação, contrapondo-se a um ensino elitista, liberal e com formações pouco sólidas.

A entrada e o ataque da Policia no campus reflecte o processo de criminalização que vem incidindo, não só sobre o movimento estudantil, mas também sobre os movimentos sociais, no Brasil e América Latina. O argumento sempre caro aos governantes para justificar a sua ofensiva é a infracção do “Estado de Direito” e a

tentativa de garantia deste. Como dito pelo sociólogo Francisco de Oliveira, o Estado brasileiro centra a sua acção mais na “polícia” do que na “política”, reforçando a tendência de falta de democracia e desorientação verificadas após a consolidação dos princípios neoliberais.

Discurso semelhante ao da ditadura militar, no entanto, com algumas diferenças: ataque aos direitos dos trabalhadores e da universidade seguido por um ataque físico aos manifestantes. Dupla repressão. Emerge então, a possibilidade de articulação dos movimentos universitários com os movimentos sociais.

c) REAFIRMAM-SE AS CAPACIDADES DE ACÇÃO COLECTIVA

O movimento estudantil, de trabalhadores e professores das universidades (e porque não dizer, movimento universitário?) implica uma acção colectiva que ultrapassa as acções políticas dos movimentos anteriores. Ainda que unificados por questões já conhecidas e bandeiras que se tornaram históricas do movimento, a sua actualidade permite uma contextualização dos problemas existentes na universidade e que, dificilmente caminham para uma solução a curto prazo. O movimento consegue responder positivamente, com vitórias do ponto de vista da mobilização estudantil, ainda que isso não indique modificações que afectem a estrutura do ensino superior. Não menos importante, é perceber que, juntamente, emergem acções culturais de mobilizações, as “culturas de greve”, que preenchem o dia-a-dia da greve, através de filmes, debates, teatros e um quotidiano preenchido por assembleias, aulas públicas entre outros. O sentido de mobilização permanente permanece, criando novas experiências dos grevistas, em torno de uma cultura política mais democrática.

A classe trabalhadora, sobretudo os sectores do funcionalismo público, têm vindo a ganhar maior capacidade de acção, fortalecendo as alianças com os estudantes e professores. Neste momento, o movimento aponta para a intensificação das suas acções, concomitantemente com a manutenção da greve e das actividades de greve. Novamente, dois projectos de universidade são confrontados: o neoliberal e hegemónico, que busca a expansão da universidade sem recursos necessários, e outro, que se contrapõe a este, que procura uma expansão universitária concisa, baseada em critérios de qualidade, com bases democráticas e de abertura às demandas das camadas desfavorecidas da sociedade.

CONCLUSÕES

De 2007 a 2009, observamos alguns caminhos seguidos pelo movimento que apontam novas perspectivas de acção:

* Crise das organizações estudantis tradicionais (UNE e DCEs, controlados pelo PCdoB, no caso da UNE e, pelo PSOL e PSTU, no caso do DCE da USP)

* Emergência de um movimento estudantil mais independente, que conta com a participação dos partidos políticos de esquerda, cujos partidos enfrentam problemas de aproximação com os estudantes (linguagem política).

* Não há líderes políticos, todos são líderes. Na medida em que há uma mobilização crescente de estudantes não filiados a partidos políticos, provenientes de vários cursos, não apenas dos cursos de Ciências Humanas;

* Luta pela autonomia é uma bandeira histórica do movimento estudantil, e cada vez mais agrega estudantes em torno dessas questões;

* Aproximação dos estudantes aos trabalhadores (sindicatos e estudantes enfrentam o problema da aproximação aos trabalhadores terceirizados das universidades, em número cada vez maior);

* Tentativa crescente do Estado em “barrar” o movimento, no sentido de utilizar a Tropa de Choque para dispersar as manifestações e impedir o exercício de democracia na universidade.